



Rumos

Programa Operacional de Valorização
do Potencial Humano
e Coesão Social da RAM

ESTUDO DE AVALIAÇÃO INTERCALAR DO PROGRAMA OPERACIONAL DE VALORIZAÇÃO DO POTENCIAL HUMANO E COESÃO SOCIAL (2007- 2013) – PROGRAMA RUMOS

Relatório Final

JUNHO de 2012



Quaternaire
Portugal

Os melhores RUMOS para os Cidadãos da Região



REGIAO AUTONOMA DA MADEIRA



REPUBLICA PORTUGUESA



UNIAO EUROPEIA
Fundo Social Europeu

INDICE

Sumário executivo	1
1. Introdução	8
2. Âmbito e objetivos da avaliação	9
2.1. Apresentação geral do Programa Rumos	9
2.2. Objeto de avaliação	11
2.3. Objetivos da avaliação	12
3. Metodologia	14
3.1. Abordagem metodológica prosseguida	14
3.2. Instrumentos de recolha, análise e tratamento de informação	16
4. Quadro temporal do estudo	23
5. Resposta às questões de avaliação	24
5.1. Quais as alterações socioeconómicas ocorridas nas dimensões-problema que caracterizam a situação de partida, com implicações para o desempenho dos Eixos Prioritários do Programa?	24
5.2. Em que medida a estrutura e as prioridades do Programa correspondem às necessidades de intervenção atuais dos sistemas de educação, formação e emprego da Região?	38
5.3. Qual o grau de cumprimento dos indicadores de realização e resultado do Programa?	44
5.4. O perfil de desempenho corresponde ao esperado, em termos de necessidades de intervenção e de cobertura dos destinatários-alvo? Quais as explicações para o perfil observado?	50
5.4.1. Eixo I Educação e Formação	50
5.4.2. Eixo II Emprego e Coesão Social	54
5.5. Os níveis de realização e de resultados permitem caracterizar as trajetórias de concretização de impactos ao nível dos principais objetivos gerais (ou estratégicos) do programa?	57
5.5.1. Eixo I Educação e Formação	57
5.5.2. Eixo II Emprego e coesão social	68
5.6. Os impactos antecipáveis no âmbito da concretização das prioridades das diversas tipologias de intervenção estão alinhados com os objetivos gerais ou estratégicos do programa?	72
5.6.1. Análise e indicadores de suporte por objetivo geral	75
5.7. Quais os efeitos-tipo das principais áreas de intervenção do programa, em termos de contributos para as prioridades estratégicas da agenda do potencial humano? nomeadamente as que se referem à qualificação inicial dos jovens, à aprendizagem ao longo da vida, à formação e integração profissional de recursos humanos altamente qualificados, à transição para a vida ativa, à inclusão e desenvolvimento social e à igualdade de género?"	90
6. Principais conclusões e recomendações	96
6.1. Conclusões	96
6.2. Recomendações	107

INDICE DE TABELAS

Tabela 1. Fases e produtos do Estudo	8
Tabela 2. Tipologias do Programa Rumos abrangidas pelo Estudo	12
Tabela 3. Grupo de controlo – tipologias 1.2.6 e 2.1.1	17
Tabela 4. Entrevistas realizadas	19
Tabela 5. Inquérito às entidades beneficiárias	19
Tabela 6. Inquérito aos destinatários finais	20
Tabela 7. Calendarização do Estudo	23
Tabela 8. Taxa de Abandono Precoce de Educação e Formação	27
Tabela 9. Taxa de retenção e desistência, segundo o nível de Educação/ Ensino por ano letivo (%), na RAM	28
Tabela 10. População dos 25 aos 64 anos em aprendizagem (formal ou informal), segundo o género	29
Tabela 11. Trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos da Madeira, por nível de qualificação (%)	30
Tabela 12. Pessoal ao Serviço nos estabelecimentos da Madeira, por nível de habilitação (%)	30
Tabela 13. Taxas de Atividade, Emprego, Desemprego, e Inatividade na RAM	31
Tabela 14. Evolução do Desemprego na Madeira (2007-2011)	32
Tabela 15. Beneficiários do Rendimento Social de Inserção na Madeira	34
Tabela 16. Coesão Territorial e Desenvolvimento Equilibrado	37
Tabela 17. Indicadores de realização do Programa	45
Tabela 18. Indicadores de resultado do Programa	46
Tabela 19. Evolução anual acumulada dos indicadores financeiros (taxas em termos de FSE)	47
Tabela 20. Ponto de situação financeiro do Programa Rumos (31/12/2011)	48
Tabela 21. Indicadores financeiros por tipologia (31/12/2011)	48
Tabela 22. Distribuição do FSE por Tema Prioritário (31/12/2011)	49
Tabela 23. 1.1.2 Cursos Profissionalizantes – síntese das realizações e dos resultados	58
Tabela 24. 1.1.6 Cursos de Educação e Formação – síntese das realizações e dos resultados	60
Tabela 25. 1.2.2 Formação profissional da administração pública – síntese das realizações e dos resultados	62
Tabela 26. 1.2.6 Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências - síntese das realizações e dos resultados	65
Tabela 27. 1.3.2 Programas e bolsas de pós-graduação, mestrado, doutoramento e pós-doutoramento – síntese das realizações e dos resultados	67
Tabela 28. 2.1.1 Estágios Profissionais - síntese das realizações e dos resultados	69

Tabela 29. 2.2.5 Formação/ Emprego - síntese das realizações e dos resultados	70
Tabela 30. 2.3.4 Ocupação de desempregados - síntese das realizações e dos resultados	71
Tabela 31. Interação entre os objetivos específicos das tipologias do PO sujeitas a tratamento aprofundado, para os objetivos da Agenda do Potencial Humano	94
Tabela 32. Quadro síntese das recomendações	110

INDICE DE FIGURAS

Figura 1. Programa Rumos – Objetivos, vertentes de intervenção e tipologias	10
Figura 2. Cadeia de resultados e impactos das tipologias do Programa Rumos sujeitas a tratamento aprofundado	15

LISTA DE SIGLAS

BREPP Beneficiário Responsável pela Execução de Políticas Públicas
CITMA Centro de Ciência e Tecnologia da Madeira
CNO Centro de Novas Oportunidades
DRQP Direção Regional de Qualificação Profissional
FSE Fundo Social Europeu
IDR Instituto de Desenvolvimento Regional
IEM Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM
IGFSE, IP Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu, IP
OI Organismo Intermédio
OREPP Organismo Responsável pela Execução de Políticas Públicas
PDES Programa de Desenvolvimento Económico e Social
RVCC Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências
SIIFSE Sistema Integrado de Informação do Fundo Social Europeu

Equipa técnica

António Figueiredo (Coordenação)

Artur Costa

Isabel Leal

Maria de Lurdes Cunha

Paulo Feliciano

Sónia Trindade

SUMÁRIO EXECUTIVO

O relatório final está organizado em seis capítulos: (i) sumário executivo; (ii) objeto de avaliação; (iii) metodologia; (iv) quadro temporal de estudo; (v) resposta às conclusões de avaliação; (vi) principais conclusões e recomendações.

O **objeto de avaliação**, reportado ao período de janeiro 2008 a dezembro de 2011 e abrangendo os níveis das realizações, resultados e impactos, consagra uma abordagem simultaneamente inovadora e de aprofundamento. As tipologias de intervenção do Rumos não foram sujeitas a uma avaliação uniforme: algumas foram excluídas da análise; outras que revelavam baixa execução ou fraca relevância interna foram submetidas a uma avaliação sumária; finalmente, as de maior dinâmica de execução e forte relevância interna foram objeto de avaliação aprofundada. Este último grupo, onde a inovação metodológica foi mais saliente, é constituído pelas seguintes tipologias: Cursos profissionalizantes (1.1.2); Cursos de Educação e Formação (1.1.3); Formação Profissional da Administração Pública (1.2.2); Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (1.2.6); Programas e Bolsas (1.3.2); Estágios profissionais (2.1.1); Formação-emprego (2.2.5); Ocupação de desempregados (2.3.4).

As **questões de avaliação**, declinadas em sub-questões, centraram-se nas seguintes questões: (i) alterações sócio-económicas nas dimensões-problema; (ii) pertinência e relevância da estrutura e prioridades do programa face às atuais necessidades dos sistemas de educação, formação e emprego; (iii) grau de cumprimento de indicadores de realização e resultado; (iv) perfil de desempenho face ao esperado; (v) trajetórias de concretização de impactos de acordo com o perfil de realizações e resultados atingidos; (vi) impactos antecipáveis; (vii) contributos para as prioridades estratégicas da Agenda do Potencial Humano.

Do **ponto de vista metodológico**, é importante realçar a inovação introduzida pelo estudo de avaliação, sobretudo no que respeita ao tratamento das tipologias submetidas a aprofundamento analítico. A figura que consta da última página deste sumário executivo sintetiza a inovação metodológica ensaiada através do desenvolvimento analítico da cadeia de resultados e impactos desse grupo particular de tipologias. A inovação metodológica estendeu-se ainda à utilização (pioneira neste tipo de estudos em Portugal) de grupos de controlo para as tipologias de **Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências** e para os **Estágios Profissionais**. A metodologia em três passos analíticos dos grupos de controlo é rigorosamente descrita em sede de relatório e revelou-se uma solução a merecer utilização mais generalizada noutros estudos. Um conjunto diversificado de entrevistas, uma bateria de inquéritos (com taxas de resposta apreciáveis) dirigidos a entidades beneficiárias e destinatários finais e dois estudos de caso (formação para a administração pública e ocupação de desempregados) completam o quadro metodológico. O estudo foi desenvolvido no período compreendido entre setembro de 2011 e a data de publicação do presente relatório final.

Em **matéria de principais conclusões**, cuja fundamentação consta dos conteúdos analíticos e sintéticos de resposta às questões de avaliação, o relatório concluiu pelo seguinte:

- **A programação do Rumos deparou-se com mudanças consideráveis de contexto nas suas dimensões – problema:** o impacto da crise internacional na economia da região, o incremento considerável da taxa e volume do desemprego registado e os constrangimentos financeiros associados ao resgate financeiro da economia portuguesa alteraram radicalmente o contexto da programação. Face à margem de manobra da programação, o programa utilizou praticamente toda a flexibilidade possível, embora os constrangimentos financeiros tendessem a comprometer a capacidade de absorção dos compromissos assumidos.
- **Observam-se resultados matizados do ponto de vista das alterações de contexto e da sua relação com as dimensões –problema objeto da programação:** a dimensão “potencial humano e coesão social” é a que tem evolução mais satisfatória por via da redução progressiva do insucesso e abandono escolar e da lenta mas continuada melhoria de qualificações da população; em matéria de “inovação, empreendedorismo e sociedade do conhecimento”, a programação enfrenta um problema de desempenho crítico e de baixa

capacitação de procura; quanto ao domínio “coesão territorial e desenvolvimento equilibrado”, a avaliação regista como evoluções a exigir monitorização específica futura a cobertura do ensino pré-escolar e a empregabilidade de públicos específicos.

- **A programação do Rumos continua a revelar um grau consistente de pertinência estratégica face às dimensões-problema da Região, embora haja domínios com necessidade premente de capacitação de procura:** a melhoria das qualificações da população persiste como dimensão estratégica de esforço continuado; a formação para a empregabilidade de desempregados adquire uma maior relevância; a formação avançada carece de capacitação da procura com intervenção na frente organizacional; a transição das políticas ativas de emprego para políticas de empregabilidade será vital.
- **Elevados valores de compromisso e de execução, com níveis globais elevados de cumprimento de metas de realização e resultado:** a avaliação destaca a capacidade de resposta ao agravamento conjuntural da programação e a evidência da elevada experiência acumulada pela Região na programação FSE. O Eixo II “Emprego e Coesão Social” apresenta valores médios de compromisso e execução superiores ao PO como um todo.

Execução financeira do Programa Rumos (31/12/2011)

Eixos	Aprovação		Execução		Taxa de compromisso	Taxa de execução
	Despesa Pública	FSE	Despesa Pública	FSE		
Eixo I	114.819.657	91.855.725	54.835.453	43.868.362	100,2%	47,8%
Eixo II	46.284.679	37.027.743	35.764.262	28.611.410	121,0%	93,5%
Eixo III	2.619.806	2.226.835	1.483.842	1.261.266	82,5%	46,7%
Total	163.724.142	131.110.304	92.083.557	73.741.037	104,9%	59,0%

- **Necessidades de intervenção e públicos-alvo prioritários com bom nível de resposta e cobertura nas tipologias do Eixo I, embora com margens de progresso a explorar:** dinâmica sustentada de cursos profissionalizantes com dupla certificação revelando o profissionalismo instalado de escolas de turismo e escolas profissionais; dificuldades ainda salientes das escolas públicas nos CEF tipo 2 e 3 em matéria de resultados de qualificação profissional; procura muito diversificada para as ações de adaptabilidade e aprendizagem ao longo da vida, com incremento de qualidade da engenharia de projeto de formação; formação para a administração pública carecida de laços mais consistentes com a estratégia regional de formação e upgrading na estimativa de necessidades de formação; rede de CNO pressionada por públicos desempregados de mais complexa certificação; formação avançada com procura alta mas débil relação com a empregabilidade e a investigação científica.
- **Panorama não substancialmente distinto no Eixo II:** forte recetividade regional aos diferentes tipos de estágios profissionais apoiados; programas de formação-emprego com diminuição de procura; elevada procura de programas de ocupação de desempregados, ainda com baixa taxa de empregabilidade (35%, embora superior à meta de 25%) e sem evidências de que as competências de “*job search*” estejam a ser disseminadas; inovação desafiante de abertura de programas de formação para desempregados sem subsídio de desemprego.
- **A avaliação aprofundada de certas tipologias permitiu desenvolvimentos relevantes sobre os impactos esperados.**
 - **Cursos Profissionalizantes**
 - **Autoavaliação das entidades beneficiárias** refletindo um forte contributo dos cursos para a qualificação escolar, combate ao insucesso e abandono escolar, desenvolvimento de competências técnicas específicas e da inserção profissional e uma menor influência em termos de construção de condições de empregabilidade de jovens;

- **Reconhecimento crescente e consolidado dos cursos junto dos empregadores**, com relevo para a hotelaria e turismo;
- **Forte contributo para a concretização dos objetivos de redução dos níveis de insucesso e abandono escolar** sobretudo de jovens fragilizados;
- **Desafio crescente** para responder à procura de jovens em busca de melhores condições de empregabilidade.
- **CEF**
 - **A autoavaliação das entidades beneficiárias** aponta robustamente para um contributo relevante para o combate ao insucesso e abandono escolar e para a melhoria de qualificações escolares e profissionais;
 - **O cruzamento das diferentes fontes de informação** aponta para um contributo significativo na redução do insucesso e abandono escolar;
 - **A avaliação mantém reservas** quanto aos contributos para o prosseguimento de estudos (exceção da hotelaria e turismo) e quanto à consolidação de competências profissionais.
- **Formação Profissional para a Administração Pública**
 - **A autoavaliação de entidades beneficiárias e formandos** descreve um contributo útil e forte das formações, seja para o desempenho profissional, seja para o incremento da qualidade de serviço;
 - **O cruzamento das diferentes fontes de informação** aponta para um contributo relevante (competências técnicas específicas) para a melhoria das condições de adaptabilidade de trabalhadores envolvidos e para a motivação adicional que a reciclagem profissional tende a proporcionar;
 - **Não se regista evidência segura** de que o programa esteja a atingir o objetivo de aumento de eficiência e eficácia da administração pública regional, sobretudo porque o nexo existente entre a formação ministrada e as estratégias de modernização organizacional dos serviços não é totalmente claro, ou, pelo menos, não informa decisivamente o desenho dos programas de formação.
- **Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências**
 - **Contributo mais relevante** do processo para a melhoria de qualificações escolares;
 - **Evidências** de dificuldades de adaptação à maior presença de desempregados e às implicações que isso acarreta em termos de metodologias de certificação de competências.
- **Formação Avançada:** envolvimento necessário de entidades empregadoras, com capacitação das instituições de acolhimento e inserção da formação avançada apoiada.
- **Emprego e Coesão Social**
 - **Forte Contributo** dos estágios profissionais para os objetivos de empregabilidade – 56% dos beneficiários está empregado 6 meses após a conclusão do estágio, sem influência dos níveis de habilitação;
 - **O mesmo quanto à tipologia formação-emprego:** 77% está empregado 6 meses após a conclusão do estágio, mas as habilitações favorecem a empregabilidade;
 - **Programas ocupacionais de desempregados** com mais baixa empregabilidade: 35% está empregado 6 meses após a conclusão do programa, com influência dos níveis de habilitação;

- **Criação de emprego** fortemente penalizada pela nova conjuntura da programação;
- **Impactos esperados em termos de cumprimento de objetivos gerais do programa:** resultados matizados e diferenciados
 - **Mais elevado nível de concretização** do objetivo “*Garantir o aumento significativo dos níveis educativos e formativos*” sobretudo por via dos cursos profissionalizantes e CEF de dupla certificação; 1/3 de alunos de vias profissionalizantes continuam estudos; formação para a administração pública e processo de RVCC abrangem 11,8% da população entre os 25 e os 64 anos; formação avançada determinada na qualificação de mestrados.
 - **Impacto modesto** na formação de competências de base tecnológica, dado o baixa quota de bolseiros em áreas de ciência e tecnologia;
 - **Objetivo criação de emprego** impactado essencialmente por via de criação de condições de empregabilidade, com relevo para a via estágios; probabilidade de obter emprego mais elevada para ex-estagiários do que a do grupo de controlo analisado (63,3% contra 46,5%).
- **Ausência de evidências seguras** quanto ao contributo do programa para o objetivo “*Melhoria de eficiência da governação regional*”, com dificuldades de focagem da formação em função de processos concretos de reorganização;
- **Objetivo “aumentar a coesão social”** fortemente dependente das ações de melhoria do nível de qualificações da população mais desfavorecida e, em menor intensidade, dos programas ocupacionais para desempregados; maior contributo em termos de diminuição de risco de exclusão social.
- **A análise de um grupo de controlo** (adultos que desistiram ou suspenderam os seus processos de RVCC) não permite conclusões definitivas quanto aos efeitos ao nível da situação profissional, mas os que concluem esses processos apresentam indicadores mais positivos em termos de desenvolvimento pessoal, evolução de rendimento e continuidade de processos de formação.
- **Quanto aos contributos do Programa Rumos para as prioridades estratégicas da APH:**
 - **Destaque para a correção do défice estrutural de qualificações:** 16% do número de jovens que frequentava em 2009-10 o 3º ciclo do ensino básico e secundário envolvidos em dupla certificação; aumento de 7% da taxa de escolarização desde o arranque do programa; 1500 adultos envolvidos em processos de RVCC;
 - **Quanto à correção do défice estrutural de qualificações dos ativos empregados/ desempregados da RAM:** 45% dos certificados com RVCC secundário participou numa ação de formação profissional nos 6 meses anteriores à inquirição, sendo que no grupo de desistentes apenas 26% passaram por essa situação; 9% dos certificados com RVCC secundário ingressou num CET ou numa licenciatura após concluir o processo;
 - Em matéria de **promoção do conhecimento científico e da inovação dos recursos humanos regionais**, o programa tem um efeito pouco expressivo no desenvolvimento das áreas da ciência e tecnologia;
 - Quanto à **criação e qualidade do emprego da população madeirense**, os estágios profissionais são responsáveis pelo incremento dos níveis de empregabilidade, apesar da situação de crise.

Com estes resultados globais de avaliação, conclui-se que o programa Rumos:

- Revela até ao momento uma capacidade relevante de utilização das condições oferecidas pela programação para reagir ao agravamento do contexto da economia regional;

- Ao que não é indiferente a aprendizagem realizada pela gestão de programas FSE e também a crescente consolidação da oferta formativa e do próprio sistema de educação e formação;
- Para uma programação que reflete um conhecimento aprofundado das dimensões problema da economia regional passíveis de serem combatidas pelas intervenções FSE, os elevados níveis de realização e resultado já alcançados fazem prever impactos relevantes na concretização dos objetivos estratégicos definidos, sobretudo para a melhoria dos níveis educativos e formativos da população madeirense;
- O maior desafio que a programação enfrenta está relacionado com a transição para novas condições de procura de apoios determinadas pela intensificação do fenómeno do desemprego que, em alguns casos, tipicamente os processos de RVCC e de ocupação de desempregados, com profundas implicações de formação e capacitação das entidades promotoras de projetos nestes domínios, de modo a aumentar a qualidade das intervenções;
- Há domínios em que se verifica algum défice de focagem de intervenção e de projetos: a relação com o desenvolvimento científico e tecnológico da economia regional, o melhor entrosamento da formação avançada com as estratégias organizacionais de empresas de acolhimento e a necessidade de uma maior vinculação da formação para a administração pública com estratégias de reorganização e modernização de serviços;
- Há condições na programação para potenciar na Região uma transição de um modelo de políticas de emprego para um outro de políticas de empregabilidade, para o qual o Rumos tem um contributo que podemos considerar muito relevante;
- Tudo isto numa dinâmica de forte alinhamento com as prioridades da agenda do potencial humano.

O relatório final de avaliação conclui com uma **proposta fundamentada de recomendações**, organizadas segundo uma dupla lógica: aspetos que resultam das alterações de contexto e da relevância que a programação nelas assume; contraposição de recomendações a cada um dos grupos de conclusões oportunamente enunciadas com indicação das entidades destinatárias dessas recomendações.

No âmbito das primeiras, recomenda-se que:

- Possa ser equacionado um reforço da dotação financeira do Programa, subordinado a orientações de afetação prioritária para as tipologias de intervenção que se situam no interface formação/emprego (formação de ativos empregados e desempregados, estágios profissionais processos de RVCC e ocupação de desempregados);
- Uma abordagem combinada das reprogramações do campo das Intervenções do FEDER e do FSE, na Madeira por forma a que a promoção da iniciativa empresarial do desenvolvimento económico (áreas de atuação do Programa Intervir+) beneficiem de prioridade adequada à condição de variável crítica de atuação das políticas públicas regionais, designadamente através da dinamização do investimento empresarial, enfatizando a prioridade atribuída aos critérios relacionados com a manutenção e, sobretudo, a criação de emprego.

No âmbito das segundas, recomenda-se:

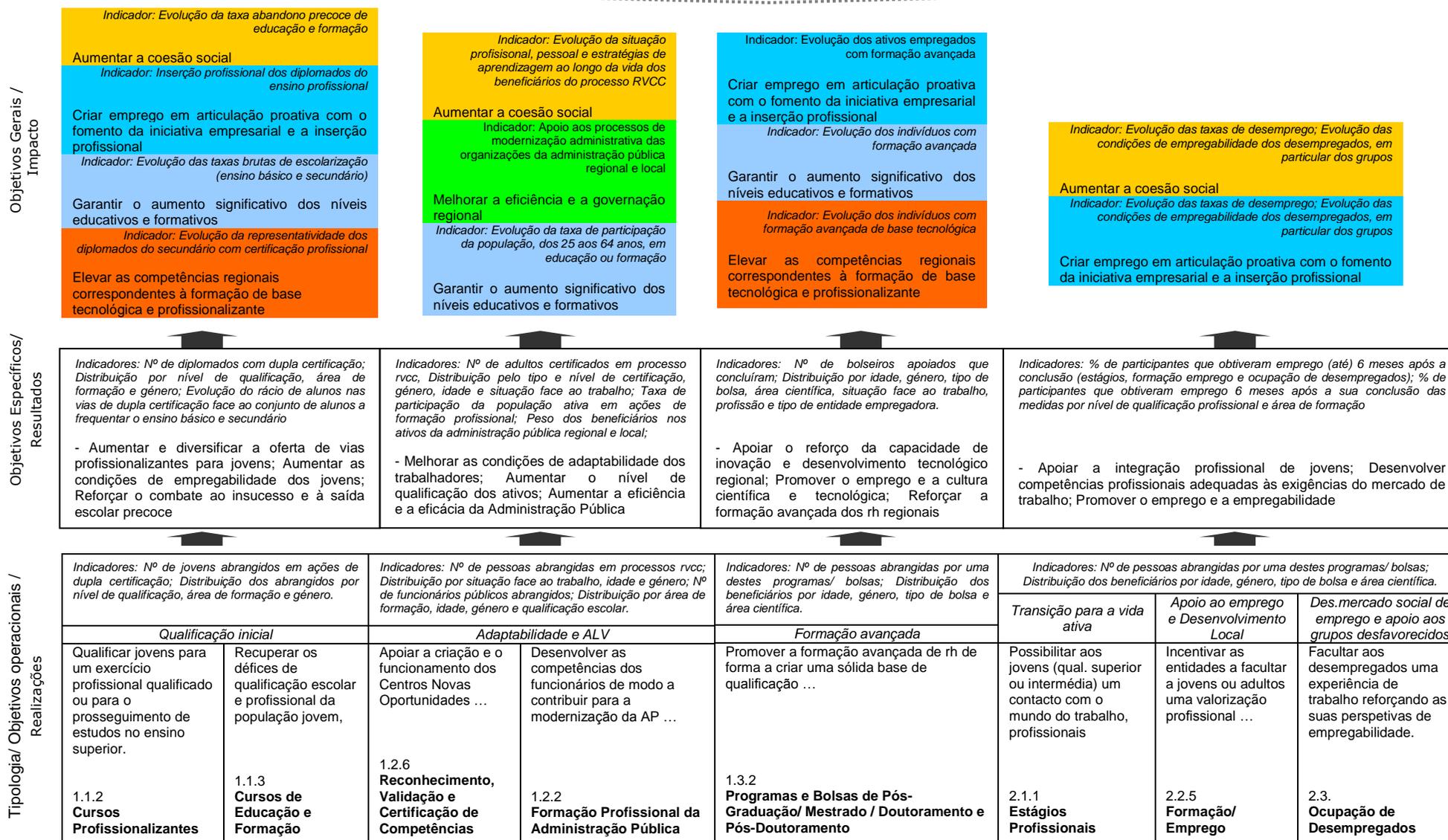
- Reforço da dotação financeira do Programa com orientação de afetação prioritária para as tipologias de intervenção que se situam no interface formação/emprego (formação de ativos empregados e desempregados, estágios profissionais processos de RVCC e ocupação de desempregados).
- Alargamento e diversificação das respostas dirigidas à melhoria da escolaridade e redução dos indicadores de abandono escolar dos jovens dos 15 aos 24 anos, no âmbito da Vertente de Intervenção da Qualificação Inicial, alargando a rede de ofertas com origem nas escolas e

unidades formativas privadas e qualificando as intervenções sócio-educativas (diagnósticos de necessidade de formação, qualificação de formadores e das metodologias utilizadas).

- No âmbito da Vertente de Intervenção da Adaptabilidade e da Aprendizagem ao Longo da Vida, conferir maior amplitude aos públicos-alvo a abranger pelas intervenções educação-formação e melhorar a qualidade das ofertas e das intervenções formativas com vista a um ajustamento mais eficaz entre formação e necessidades prioritárias do tecido empregador regional.
- Articular a conceção de formação para os agentes do Estado com o desenvolvimento de projetos de modernização e qualificação dos serviços públicos, identificando necessidades prospetivas de formação nesses projetos
- Melhorar as metodologias em matéria de educação e formação de adultos do pessoal dos CNO, nomeadamente com reforço da experiência em processos de certificação de competências informais e não formais.
- Aumentar a oferta/Dinamizar a procura de Bolsas de Mestrado, Doutoramento e dos Pós-Doutoramento, valorizando os contributos pretendidos com a Formação Avançada nos domínios de atração de bolseiros estrangeiros e do reforço das capacidades de I&DE e criando condições para uma mais eficaz integração de competências avançadas no quadro de trabalho das instituições científicas e organizações empregadoras
- Reforçar a dotação financeira dos Estágios Profissionais e, em simultâneo, estabelecer prioridades que discriminem positivamente o apoio a jovens diplomados por modalidades de qualificação (Cursos Profissionais e Cursos Tecnológicos) que reforçam a dotação de competências valorizadas pelo tecido empregador.
- Dinamizar as Tipologias Formação/ Emprego e Desenvolvimento Local, enquanto geradores de contributos para reforçar as relações entre formação e emprego no contexto empresarial, e para suscitar a iniciativa empresarial nos territórios da Região.
- Reforçar a dotação financeira da Tipologia Ocupação de Desempregados de modo a enquadrar o universo crescente de desempregados sem subsídio de desemprego que preenchem os requisitos de elegibilidade e podem encontrar na Tipologia mecanismos de ajuda orientados para o reingresso no mercado de trabalho.

Cadeia de resultados e impactos das tipologias do Programa Rumos sujeitas a tratamento aprofundado

Outros fatores com influência nos objetivos gerais do Programa: evolução do contexto, instrumentos de política (Planos Regionais... Emprego, Inclusão ...), outras tipologias do Programa Rumos ...



1. INTRODUÇÃO

O presente documento corresponde ao Relatório Final de Avaliação do Estudo de Avaliação Intercalar do Programa Operacional de Valorização do Potencial Humano e Coesão Social da Região Autónoma da Madeira (Programa Rumos), tal como definido no planeamento do Estudo que se apresenta seguidamente.

Tabela 1. Fases e produtos do Estudo

<i>Fases</i>	<i>Produtos</i>
1ª Fase – Quadro metodológico	Relatório Inicial
2ª Fase – Desenvolvimento do Estudo	1ª Síntese de Progresso 2ª Síntese de Progresso Relatório Preliminar de Avaliação
3ª Fase – Conclusão do Estudo	Relatório Final de avaliação

A estrutura do relatório contempla, para além deste, os seguintes capítulos:

- O capítulo 2 (Âmbito e objetivos da avaliação) é dedicado à apresentação geral do objeto da avaliação, o Programa Rumos, e à apresentação dos objetivos do Estudo e respetivas questões de avaliação.
- O capítulo 3 (Metodologia) está dividido em dois subcapítulos. O primeiro desenvolve a abordagem metodológica baseada na cadeia de objetivos do Programa e apresenta o produto que serve de referência para a avaliação – a cadeia de realizações, resultados e impactos das tipologias do Programa Rumos sujeitas a tratamento aprofundado. O segundo descreve os aspetos mais relevantes dos instrumentos de recolha de informação, remetendo para anexo informação mais detalhada.
- O capítulo 4 (Quadro temporal do Estudo) apresenta o cronograma do trabalho com referência às fases, atividades e produtos.
- O capítulo 5 (Resposta às questões de avaliação) corresponde ao núcleo central do trabalho de avaliação, na medida em que apresenta a resposta às questões e sub-questões de avaliação propostas para o Estudo, bem como os elementos do trabalho empírico que suportam a análise realizada.
- Finalmente, o capítulo 6 (Principais conclusões e recomendações da avaliação) apresenta um exercício de síntese e integração dos resultados da avaliação e as respetivas recomendações.

O Relatório Final de Avaliação inclui um volume de anexos, organizado em documento autónomo.

2. ÂMBITO E OBJETIVOS DA AVALIAÇÃO

2.1. APRESENTAÇÃO GERAL DO PROGRAMA RUMOS

A orientação estratégica do Programa Rumos aponta para a sua relação direta com a estratégia e as prioridades de desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira para o período 2007/ 2013, definidas no Plano de Desenvolvimento Económico e Social (PDES), que tem naturalmente em conta as Orientações Estratégicas da Comunidade para a Coesão e o Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN).

A relação do Programa Rumos com o QREN assenta fundamentalmente nas prioridades estratégicas “Promover a qualificação dos portugueses”, “Garantir a coesão social” e “Aumentar a eficiência da governação”. As ligações com o PDES da RAM estão expressas na expectativa de o Programa contribuir de forma significativa para concretização do desígnio estratégico de nível superior assumido pela Região no referido Plano – “Manter ritmos elevados e sustentados de crescimento da economia e do emprego, assegurando a proteção do ambiente, a coesão social e o desenvolvimento territorial”. Este contributo pressupõe uma forte interação entre o Programa e as prioridades estratégicas e temáticas do PDES, em particular o objetivo associado à educação, formação e coesão social “Garantir o aumento significativo dos níveis educativos e formativos da população da Região Autónoma da Madeira e, simultaneamente, aumentar a coesão social”.

Para além destas interações, o Programa Rumos assume também um contributo significativo para a concretização das prioridades gerais do Plano Regional de Emprego 2005-2008: Atrair e reter mais pessoas no emprego e modernizar os sistemas de proteção social; Melhorar a adaptabilidade dos trabalhadores e das empresas e a flexibilidade do mercado de trabalho; aumentar o investimento em capital humano melhorando a educação e as competências.

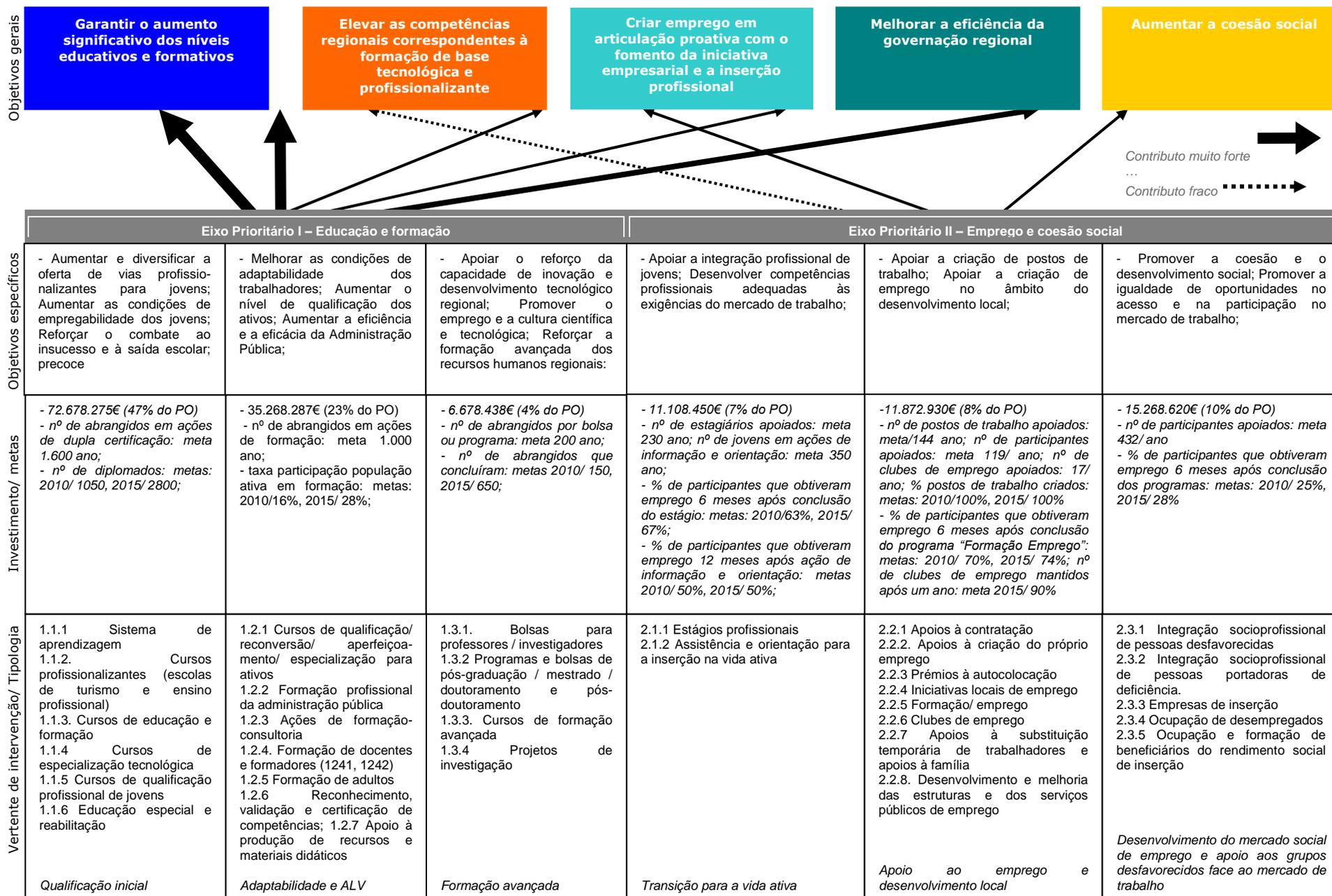
Baseado neste conjunto de orientações estratégicas e instrumentos de nível comunitário, nacional e regional, o Programa organiza-se por referência a cinco objetivos estratégicos:

- Garantir o aumento significativo dos níveis educativos e formativos da população da Região Autónoma da Madeira;
- Elevar as competências regionais correspondentes à formação de base tecnológica e profissionalizante;
- Criar emprego em articulação proativa com o fomento da iniciativa empresarial e a inserção profissional;
- Aumentar a coesão social;
- Melhorar a eficácia da governação regional nos domínios da educação, da formação, do emprego e da coesão social.

O desenho do Programa assenta em dois eixos prioritários, o Eixo I: Educação e Formação e o Eixo II: Emprego e Coesão Social, a que acresce um terceiro relativo à assistência técnica à gestão do Programa.

A figura seguinte apresenta a cadeia de objetivos do Programa, determinada em função das vertentes de intervenção, tipologias de ação e respetivas metas de realização e resultado e esforço de investimento financeiro programado.

Figura 1. Programa Rumos – Objetivos, vertentes de intervenção e tipologias



Dados financeiros referentes a 31.12.2011

O Programa apresenta uma diversidade significativa de tipologias de ação, quer na componente de educação e formação, que percorre todos os níveis e espaços de formação, desde a formação inicial até à formação avançada, quer na área do emprego, que aliás integra todos os instrumentos de apoio ao emprego em vigor Região.

Contudo, a grande aposta do Programa é claramente a componente de educação e formação, em particular a formação inicial de jovens – o Eixo I “Educação e Formação” corresponde a 73% do total da dotação financeira do Programa. Esta é uma linha de continuidade face ao período de programação anterior no que se refere à ação ao nível da qualificação escolar e profissional dos jovens e da diversificação das ofertas de vias profissionalizante, mas com uma orientação mais forte ao nível do insucesso e da saída escolar precoce. A introdução dos cursos CEF (tipologia 1.1.3) constitui uma marca com relevo nesta estratégia.

Os jovens serão, de facto, o público-alvo primordial do Programa, mas este novo período de programação introduziu inovações em termos das tipologias de ação e dos públicos. Ao nível da educação e formação de adultos, destaca-se a tipologia 1.2.6. Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências, que acompanha a forte iniciativa política desenvolvida a nível nacional e da qual se esperam resultados em termos de desenvolvimento das qualificações, das competências e das estratégias de aprendizagem ao longo da vida. Este é também o período de programação que permite um incremento com significado de metodologias inovadoras de formação para as PME, através da tipologia 1.2.3 Ações de formação-consultoria, com o intuito de apoiar, simultaneamente, a qualificação dos empresários e dos trabalhadores e a modernização das empresas. Finalmente, registe-se ao nível da formação avançada a introdução da tipologia 1.3.4 Projetos de investigação, centrada na inovação de processos e produtos e na relação universidades/ empresas.

O modelo de governação definido para o Programa atribui à DRQP e ao IEM os estatutos de, respetivamente, organismo intermédio para o Eixo Prioritário I – Educação e Formação e de OREPP e BREPP para o Eixo Prioritário II - Emprego e Coesão Social, enquanto que o IDR assegura à gestão do Programa uma plataforma para a coordenação política. Procura-se com este modelo aproveitar de forma mais intensa as competências específicas destas entidades e potenciar os espaços de cooperação entre os sistemas de educação, formação e emprego.

Os promotores envolvidos no Programa são de ordem diversa. No EP I – Educação e Formação, na área da qualificação inicial, assumem protagonismo as escolas e centros de formação privados, públicos, mas também com relevância crescente as escolas públicas. Na componente de formação de adultos, emergem os promotores privados (escolas, centros de formação, empresas de consultoria), com relevo para promotores oriundos do Continente. Na formação avançada, gerida diretamente pelo CITMA, as candidaturas são realizadas pelos indivíduos que se candidatam às bolsas.

No EP II – Emprego e Coesão Social, gerido diretamente pelo IEM, os beneficiários das tipologias, para além dos indivíduos, repartem-se entre as organizações da administração pública regional e local, as empresas e as organizações do terceiro setor.

2.2. OBJETO DE AVALIAÇÃO

O objeto do Estudo é, naturalmente, o Programa Rumos mas algumas tipologias foram excluídas, e as tipologias abrangidas são sujeitas a análises avaliativas com aprofundamento distinto, conforme indicações explícitas do Caderno de Encargos do Estudo.

As tipologias excluídas do Estudo são as seguintes: Eixo Prioritário I: 1.1.5 Cursos de Qualificação Profissional de Jovens, 1.2.3 Ações de Formação-Consultoria, 1.3.3 Cursos de Formação Avançada, 1.3.4 Projetos de Investigação. Eixo Prioritário II – 2.1.2 Assistência e orientação para a inserção na vida ativa, 2.2.7 Apoios à Substituição Temporária de Trabalhadores e Apoios à Família., 2.2.8 Desenvolvimento e Melhoria das Estruturas e dos Serviços Públicos de Emprego, 2.3.2 Integração Socioprofissional de Pessoas Portadoras de Deficiência, 2.3.5 Ocupação e Formação de Beneficiários do Rendimento Social de Inserção.

As tipologias abrangidas pelo Estudo são apresentadas na tabela seguinte, com referência ao tipo de análise avaliativa definida.

Tabela 2. Tipologias do Programa Rumos abrangidas pelo Estudo

<i>Vertentes de Intervenção</i>	<i>Tipologias com execução baixa ou fraca relevância interna/ Análise básica</i>	<i>Tipologias com maior dinâmica de execução ou com forte relevância interna/ Análise aprofundada</i>
Qualificação Inicial	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 1.1.1 Sistema de Aprendizagem ▪ 1.1.4 Cursos de Especialização Tecnológica ▪ 1.1.6 Educação Especial e Reabilitação 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 1.1.2 Cursos Profissionalizantes ▪ 1.1.3 Cursos de Educação e Formação
Adaptabilidade de Aprendizagem de Longo da Vida	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 1.2.1 Cursos de Qualificação / Reconversão / Aperfeiçoamento / Especialização para Ativos ▪ 1.2.4 Formação de Docentes e Formadores ▪ 1.2.5 Formação de Adultos ▪ 1.2.7 Apoio à Produção de Recursos e Materiais Didáticos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 1.2.2 Formação Profissional da Administração Pública ▪ 1.2.6 Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências
Formação Avançada	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 1.3.1 Bolsas para Professores / Investigadores 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 1.3.2 Programas e Bolsas de Pós-Graduação / Mestrado / Doutoramento e Pós-Doutoramento
Transição para a Vida Ativa		<ul style="list-style-type: none"> ▪ 2.1.1 Estágios Profissionais
Apoio ao Emprego e Desenvolvimento Local	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 2.2.1 Apoios à Contratação ▪ 2.2.2. Apoios à Criação do Próprio Emprego ▪ 2.2.3 Prémios à autocolocação ▪ 2.3.4 Iniciativas Locais de Emprego ▪ 2.2.6 Clubes de Emprego 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 2.2.5 Formação/Emprego
Desenvolvimento do Mercado Social de Emprego e Apoio aos Grupos Desfavorecidos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 2.3.1 Integração Socioprofissional de Pessoas Desfavorecidas ▪ 2.3.3 Empresas de Inserção 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 2.3.4 Ocupação de Desempregados

2.3. OBJETIVOS DA AVALIAÇÃO

O Estudo de avaliação está centrado na análise das realizações, resultados e impactos do Programa Rumos como está bem claro no seguinte excerto do Caderno de Encargos, “a avaliação intercalar do Programa Rumos está integralmente focada na análise das realizações, resultados e impactos das intervenções apoiadas até ao momento da execução desta avaliação. Neste sentido, o objetivo central deste Estudo é avaliar os contributos das intervenções apoiadas (e das realizações) no âmbito do Programa para os resultados e os impactos já verificados nesta fase da sua implementação ou esperados no futuro.

Este objetivo de natureza geral depende ou é acompanhado pela obtenção de alguns resultados avaliativos de carácter operacional: definir uma proposta de bateria de indicadores de impacto, identificar e explicar os desvios relevantes no desempenho do Programa, identificar eventuais ajustamentos a propor de modo a potenciar a eficácia e eficiência do Programa, elencar iniciativas que possam ser consideradas boas práticas.

A metodologia de avaliação definida para o Estudo assenta no princípio da análise das relações que se estabelecem na cadeia de objetivos do Programa (realizações, resultados e impactos), de modo a

determinar as relações causais entre os diversos níveis de objetivo e compreender e isolar os contributos do Programa para os resultados alcançados e, sobretudo, os impactos registados.

As questões de avaliação que norteiam o Estudo refletem este princípio base e clarificam os resultados esperados do exercício:

Q1: Quais as alterações socioeconómicas ocorridas nas dimensões -problema que caracterizam a situação de partida, com implicações para o desempenho dos Eixos Prioritários do Programa?

Q2: Em que medida a estrutura e as prioridades do PO correspondem às necessidades de intervenção atuais dos sistemas de educação, formação e emprego da Região?

Q3: Qual o grau de cumprimento dos indicadores de realização e resultado (metas programadas até final de 2011)?

Q4: O perfil de desempenho corresponde ao esperado, em termos de necessidades de intervenção e de cobertura dos destinatários-alvo? Quais as explicações para o perfil observado?

Q5: Os níveis de realização e de resultados permitem caracterizar as trajetórias de concretização de impactos ao nível dos principais objetivos gerais (ou estratégicos) do PO?

Q6: Os impactos antecipáveis no âmbito da concretização das prioridades das diversas tipologias de intervenção, estão alinhados com os objetivos gerais ou estratégicos do PO?

Q7: Quais os efeitos-tipo das principais áreas de intervenção do Programa, em termos de contributos, para as prioridades estratégicas da Agenda do Potencial Humano, nomeadamente as que se referem à qualificação inicial dos jovens, à aprendizagem ao longo da vida, à formação e integração profissional de recursos humanos altamente qualificados, à transição para a vida ativa, à inclusão e desenvolvimento social e à igualdade de género?

O horizonte temporal da avaliação situa-se entre janeiro de 2008 e dezembro de 2011, sendo certo que em algumas dimensões da avaliação o ano de 2010 será uma referência central na medida em que corresponde ao ano para o qual estão definidas as metas quantificadas do Programa.

3. METODOLOGIA

3.1. ABORDAGEM METODOLÓGICA PROSSEGUIDA

A metodologia definida para a avaliação do Programa Rumos baseia-se no princípio geral da análise da cadeia de objetivos do Programa (realizações, resultados e impactos), ou seja o Estudo está orientado para aferir o grau de concretização de cada nível de objetivo e as relações de causalidade e dependência que se estabelecem entre os diferentes níveis.

Mas este princípio geral não se aplica de modo igual a todas as tipologias do Programa, estando estabelecida uma distinção da abordagem metodológica entre as tipologias com execução baixa e/ou fraca relevância interna e as tipologias com maior dinâmica de execução e/ou com forte relevância.

Assim, no caso das tipologias com execução baixa e/ou fraca relevância interna o Estudo deve disponibilizar informação relativa à análise das realizações e dos resultados e proceder à sua leitura crítica, usando como fonte de informação fundamental os indicadores de realização e resultados definidos pelo Programa. Complementarmente, poderá ser mobilizada informação qualitativa para apoiar a interpretação da evolução desses indicadores, sobretudo no que respeita aos fatores explicativos dos desempenhos verificados. Os documentos do Programa e as reuniões com os órgãos de gestão são as fontes a acionar para esta análise qualitativa.

A metodologia a acionar para as tipologias com maior dinâmica de execução e/ou com forte relevância é substancialmente diferente da apresentada anteriormente, dado que para além da análise das realizações e dos resultados e respetiva leitura crítica, a avaliação integra também a análise da relação realizações/ resultados/ impactos, de modo a compreender os contributos que podem ser imputados ao Programa, em particular no domínio dos impactos.

A avaliação a desenvolver, segundo esta metodologia, pressupõe uma intervenção na bateria de indicadores para o Programa. No caso dos objetivos de realização e de resultado trata-se de identificar outros indicadores relevantes, para além dos que foram definidos pelo Programa, e no caso dos indicadores de impacto está em causa a apresentação de uma proposta de bateria de indicadores.

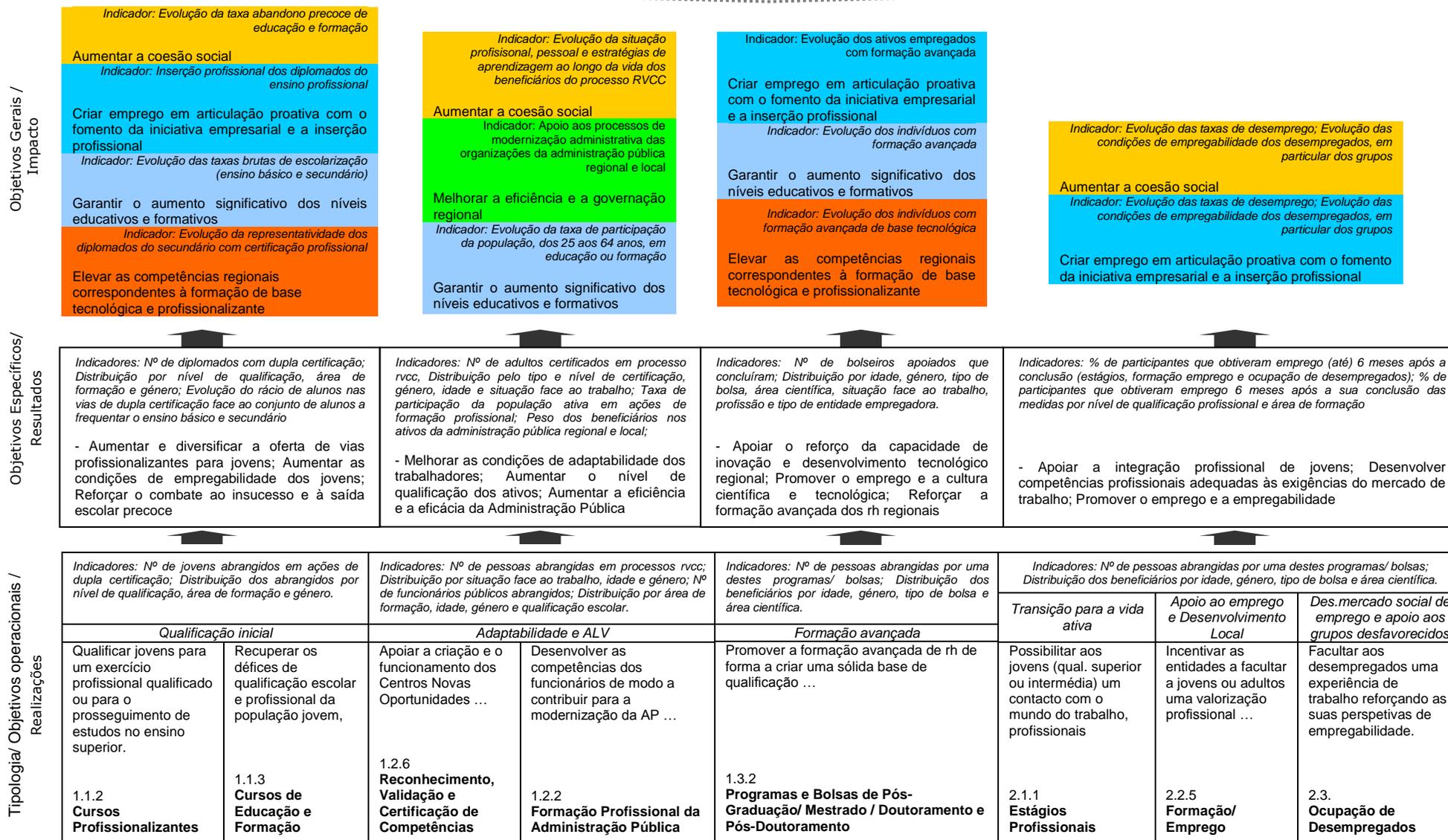
Assim, com base num primeiro exercício de estruturação do quadro de objetivos do Programa, que estabelece as relações causais entre os diferentes níveis de objetivo, foi identificada uma bateria de indicadores a acionar no Estudo de avaliação. Este exercício respeita a formulação e composição dos objetivos do Programa inscrita nos seus documentos de referência – documentos de programação e regulamento específico.

A figura seguinte representa a cadeia de resultados e impactos das tipologias sujeitas a tratamento aprofundado. O exercício de encadeamento lógico dos diferentes níveis de objetivo é enriquecido com a apresentação dos indicadores de realização e de resultado, e com a identificação, para cada um dos objetivos gerais, dos principais domínios de impacto que se podem imputar ao Programa Rumos.

Esta versão incorpora ajustamentos face à versão apresentada no Relatório Inicial, que decorrem do incremento do conhecimento do Programa e das suas dinâmicas de execução.

Figura 2. Cadeia de resultados e impactos das tipologias do Programa Rumos sujeitas a tratamento aprofundado

Outros fatores com influência nos objetivos gerais do Programa: evolução do contexto, instrumentos de política (Planos Regionais... Emprego, Inclusão ...), outras tipologias do Programa Rumos ...



3.2. INSTRUMENTOS DE RECOLHA, ANÁLISE E TRATAMENTO DE INFORMAÇÃO

O desenvolvimento do Estudo envolve diversos métodos e fontes de recolha de informação. A utilização da informação estatística e documental abrange todas as questões de avaliação, mas a abordagem qualitativa através das entrevistas constitui também uma estratégia de recolha de informação que abarca as diversas dimensões analíticas do Estudo. Na linha dos métodos qualitativos, os estudos de caso orientaram-se para o aprofundamento da informação e da compreensão das dinâmicas e condições de operacionalização e de alcance dos objetivos do Programa.

Os processos de inquirição previstos justificam-se pela orientação do Estudo para a avaliação das realizações, resultados e impactos, e pela necessidade de reforçar os dados quantificados disponíveis. Os inquéritos envolvem dois grupos distintos: as entidades beneficiárias e os destinatários finais. Adicionalmente, os Grupos de Controlo assumem-se como uma metodologia que procura reforçar a componente de avaliação de impactos, por via da análise comparativa de grupos de indivíduos de características similares aos beneficiários do Programa.

Seguidamente procede-se à apresentação de cada um dos métodos usados.

Grupo de controlo

Na escolha das técnicas e métodos a utilizar para a avaliação de impactos de algumas das linhas de intervenção do Programa Rumos emergiu a utilização de grupos de controlo (ou, mais exatamente, de grupos de comparação) para aplicação de um método quase-experimental de avaliação.

As tipologias em causa são as seguintes: 1.2.6 Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências; 2.1.1 Estágios Profissionais.

No primeiro caso (RVCC) destaca-se a sua relevância a vários níveis. Estamos em presença de uma linha de intervenção inovadora, não só na RAM, como a nível nacional e mesmo internacional, para a qual se registou uma intensa procura (os valores de aprovação no período em análise superam claramente as metas definidas no Programa). A possibilidade de recolher determinada informação, que isole alguns dos resultados e impactos esperados da participação neste tipo de programas, nos sistemas estatístico ou de informação das autoridades ou dos centros de RVCC, é muito remota. Não há, também, estudos de referência que permitam uma aproximação a esses efeitos ou mesmo à construção de um referencial comparativo específico para a RAM. Parece, assim, justificar-se que seja a própria avaliação a construir esse referencial, o que pode ser conseguido através da criação de um grupo de controlo (comparação).

No segundo caso (estágios profissionais), é evidente a sua representatividade no contexto do Programa (tem grande importância financeira no quadro do EP II e as metas de programação em termos de número de estágios apoiados estão claramente a ser superadas pelas aprovações, existindo uma pressão muito significativa de procura que não pode ser atendida devido à insuficiência da dotação financeira). Recorda-se que a problemática do desemprego juvenil é muito relevante na RAM, o que vem acrescer a esta ideia de importância da intervenção do Programa Rumos através desta tipologia de apoios.

Neste caso, a existência de um número significativo de inscritos nos Centros de Emprego que não têm acesso a apoio para estágio profissional sugere que um método comparativo, em que os grupos em presença são o de beneficiários de estágio e o de não -beneficiários, pode ser adequado para avaliação de impactos, tanto mais que é previsível a disponibilidade da informação de caracterização homogénea e atualizada dos indivíduos no que se refere tanto às suas características de base (para construir os grupos/ amostras) como aos fenómenos a analisar (percurso em termos de empregabilidade).

A metodologia usada contemplou três passos principais.

Passo 1: descrição e análise do *grupo participante*, a partir dos dados disponíveis, e determinação das características compartilhadas que o grupo de controlo (comparação) deve ter.

Dada a necessidade de realizar o trabalho num prazo relativamente curto e com baixo orçamento, a sofisticação desta tarefa não pode ser excessiva, dada a complexidade que é expectável na fase de determinação das amostras com o *matching* adequado. Cada fator/ característica adicional acarreta sempre custos muito significativos no ajustamento dos grupos.

Para a tipologia RVCC emergem os fatores relacionados com a idade e o género, que são variáveis muito relacionadas com a situação familiar e face ao trabalho, o desenvolvimento pessoal e a aprendizagem ao longo da vida, dimensões de impacto que aqui estaremos a avaliar. Na prática, significa que os dois grupos (o de participantes e o de controlo) devem ter distribuição por sexos e por grupos etários equivalente. Não será utilizado mais nenhuma variável para o ajustamento dos grupos. Um eventual fator adicional diria respeito ao nível da certificação. Limitando a análise às certificações de nível III (secundário) consegue-se evitar a complexidade no tratamento da informação sem prejudicar de forma significativa a avaliação de impactos nas dimensões referidas.

No caso dos estágios profissionais, foram definidos dois fatores: o género, variável com relevância nas questões da inserção profissional, e a área de formação escolar no momento da inscrição, já que a empregabilidade é fortemente influenciada por esta variável. A questão etária é aqui pouco relevante, já que se trata de indivíduos (jovens desempregados) com idades muito aproximadas. Outro fator, o nível de qualificação, também seria relevante, mas este aspeto é contornado limitando a análise aos jovens desempregados inscritos com ensino superior.

Passo 2: definição concreta dos grupos de participantes e de controlo (comparação).

Grupo de participantes:

- Para a tipologia RVCC, dado que há um número elevado de beneficiários, o grupo de participantes foi definido por amostragem aleatória, mantendo na amostra as proporções específicas de cada uma das características definidas no passo 1 (sexo e idade). A dimensão da amostra foi determinada de forma a obter uma margem de erro máxima de 5% para um intervalo de confiança de 95%.

- Para os estágios profissionais, no lançamento de inquéritos o grupo de participantes foi inquirido na totalidade.

Grupo de controlo (comparação):

O procedimento foi o mesmo, definindo-se amostras específicas que podem ter dimensão diferente do grupo de participantes mas que respeitam os mesmos parâmetros estatísticos e de *matching*.

O quadro seguinte apresenta os “universos” e as amostras de cada um dos grupos.

Tabela 3. Grupo de controlo – tipologias 1.2.6 e 2.1.1

<i>Grupos de análise</i>	<i>RVCC</i>	<i>Estágios profissionais</i>
Grupo de participantes	Todos os inscritos em RVCC de nível secundário nos diversos CNO da RAM que <u>concluíram</u> o processo de certificação no período correspondente ao desta avaliação.	Jovens desempregados inscritos nos Centros de Emprego com ensino superior que <u>obtiveram colocação</u> em estágio profissional.
	Universo/ Número de adultos: 198 Amostra/ Número de adultos: 148 ¹	Universo/ Número de ex-estagiários: 379 ³ Amostra/ Número de ex-estagiários: 185
Grupo de controlo (comparação)	Todos os inscritos em RVCC de nível secundário nos diversos Centros da RAM que <u>não concluíram</u> (por desistência ou suspensão) o processo no período correspondente ao desta avaliação.	Jovens desempregados inscritos nos Centros de Emprego com ensino superior em condições de realizar estágio profissional mas que <u>não obtiveram colocação</u> .
	Universo/ Número de adultos: 625 Amostra/ Número de adultos: 149 ²	Universo/ Número de inscritos: 1998 ⁴ Amostra/ Número de inscritos: 1011

Notas:

¹ A elevada proporção de contactos inválidos refletiu-se sobre a dimensão da subamostra de inquiridos certificados, tendo sido possível apenas entrevistar 154 inquiridos. Desses, 6 indivíduos dados como certificados pela DRQP não tinham ainda obtido o diploma de ensino secundário, pelo que foram posteriormente excluídos da subamostra de inquiridos certificados.

² Cálculo para uma margem de erro de cerca de 5%, para um intervalo de confiança de 90,0%.

³ Beneficiários com ações concluídas e endereços de e-mail conhecidos. Inicialmente cifrava-se em 208 beneficiários, mas foi reforçado por via da atualização de contactos de e-mail realizada pelo IEM.

Passo 3: Recolha de informação.

Após a estabilização da constituição dos grupos procedeu-se à recolha da informação através dos seguintes métodos.

<i>Grupos de análise</i>	<i>Tipologia 1.2.6. RVCC</i>	<i>Tipologia 2.1.1 Estágios profissionais</i>
Grupo de participantes	Inquérito telefónico 20/ 29 fev	Inquérito <i>on-line</i> 10 fev/ 7 mar
Grupo de controlo (comparação)	Inquérito telefónico 20/ 29 fev	Exploração da informação da base de dados do IEM

Refira-se que no caso da tipologia 2.1.1 o IEM responsabilizou-se pelo contacto direto com os ex-estagiários, e o processo preparatório ficou a cargo da equipa do Estudo.

Em anexo são apresentados os guiões de inquérito e os dados originados pelas respostas ao inquérito.

Entrevistas

Trata-se de um instrumento de recolha de informação que serviu os diversos objetivos e domínios de resultado previstos para o Estudo e cujo objetivo específico esteve centrado na recolha de informação e opinião relativa aos seguintes grandes temas:

- alterações de contexto e implicações em termos de necessidades de intervenção nos sistemas de educação, formação e emprego; necessidades de ajustamento em termos das áreas de intervenção do Programa; realizações, resultados e impactos do Programa e respetivos fatores explicativos; sinalização de boas práticas.

Simultaneamente, as entrevistas assumiram um carácter mais operacional de apoio à preparação dos inquéritos, estudos de caso e da metodologia “Grupo de Controlo”, incluindo a realização de pré-testes aos instrumentos de inquirição.

O planeamento definido foi cumprido de forma integral. As entrevistas realizaram-se em dois momentos principais. Na primeira fase do Estudo, que culminou com a preparação do Relatório Inicial, foi realizada uma ronda de entrevistas exploratórias com as entidades de gestão e CITMA. Na segunda fase do Estudo, retomaram-se os contactos com estas entidades e foram alargados o número e âmbito das entidades entrevistadas, incluindo um número significativo de entidades beneficiárias.

Tabela 4. Entrevistas realizadas

<i>Data</i>	<i>Entidades</i>
Novembro e dezembro 2010	DRQP, Direção Regional de Qualificação Profissional
Novembro e dezembro 2010 e março 2011	IEM, Instituto de Emprego da Madeira/ Presidência e Direção de Planeamento e Promoção do Emprego
Novembro e dezembro 2010	CITMA – Centro de Ciência e Tecnologia da Madeira
Dezembro 2010	INETESE – Associação para o Ensino e Formação
Dezembro 2010	APEL – Associação Promotora do Ensino Livre
Dezembro 2010	Escola Profissional Cristóvão Colombo
Dezembro 2010	Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de S. Roque (Escola do Galeão)
Dezembro 2010	Vice-presidência do Governo Regional da Madeira
Dezembro 2010	Celff, Centro de Estudos, Línguas e Formação do Funchal SA (entidade concessionária da Escola Profissional de Hotelaria e Turismo da Madeira)
Março 2011	DRE, Direção Regional da Educação

Inquéritos

A aplicação do inquérito por questionário no âmbito do Estudo centrou-se num processo de administração de uma bateria de questionários organizados em dois segmentos: Entidades Beneficiárias e Destinatários finais do Programa Rumos.

Entidades Beneficiárias do Programa Rumos

Neste segmento foram contempladas as Entidades Beneficiárias das tipologias do EP I sujeitas a análise aprofundada, exceto a tipologia 1.3.2 Programas e Bolsas de Pós-Graduação, Mestrado, Doutoramento e Pós-Doutoramento em que não se aplica esta figura. Na mesma situação estão as tipologias do EP II, por isso também não foi aplicado o questionário. O inquérito foi aplicado *on-line* ao universo de entidades. A fim de evitar que as entidades recebessem mais do que um inquérito, relativamente àquelas que participam em diferentes tipologias objeto de inquirição, impôs-se a seleção da tipologia sobre a qual cada entidade devia ser inquirida. Assim, para cada entidade em que coexistia mais do que uma tipologia, foi selecionada aquela que apresentava um valor total de entidades inferior, de forma a garantir valores mínimos aceitáveis de subamostras, o que correspondeu a 74 entidades.

Foram aplicados três inquéritos distintos, já que no caso das Tipologias 1.1.2 Cursos Profissionalizantes e 1.1.3 Cursos de Educação e Formação o inquérito é comum. Conforme evidencia o quadro seguinte foram obtidas taxas de resposta muito positivas.

Tabela 5. Inquérito às entidades beneficiárias

<i>Tipologias</i>	<i>Universo</i>	<i>Amostra</i>	<i>Operacionalização</i>
1.1.2 Cursos Profissionalizantes	10	10	- Aplicação on-line; - 1º Envio – 30 de janeiro; - Reforço por <i>mail</i> ; - Reforço por telefone;
1.1.3 Cursos de Educação e Formação	28	25	
1.2.2 Formação Profissional da Administração Pública	32	26	
1.2.6 Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências	4 ¹	4	

¹ Não foi considerado o CNO da DRQP.

Em anexo são apresentados os apuramentos e informação complementar relativa ao processo de inquirição e à constituição das amostras.

Destinatários finais do Programa Rumos

Neste segmento são contemplados destinatários finais de todas as tipologias do EP I e EP II sujeitas a análise aprofundada, exceto os destinatários das tipologias 2.2.5 Formação/ Emprego e 2.3.4 Ocupação de Desempregados.

Foram aplicados cinco inquéritos distintos². Dadas as limitações das bases de contactos quanto aos endereços de *mail* dos destinatários finais, foi necessário reforçar o inquérito por via telefónica, o que tornou o processo de inquirição mais difícil e trabalhoso. Conforme evidencia o quadro seguinte foi possível cumprir em todos os casos as amostras definidas.

Tabela 6. Inquérito aos destinatários finais

<i>Eixo I / Tipologia</i>	<i>Universo</i>	<i>Amostra</i>	<i>Aplicação/ início e fim</i>
1.1.2 Cursos Profissionalizantes	714	300 ¹	Telefone 30 jan/ 7 fev
1.1.3 Cursos de Educação e Formação	1.031		
1.2.2 Formação Profissional da Administração Pública	5.334 ²	336 ¹	Telefone 7 / 20 de fev
1.3.2 Programas e Bolsas de Pós – Graduação, Mestrado, Doutoramento e Pós – Doutoramento	398 ⁴	242	On-line 7 fev/ 7 mar

Notas:

¹ Cálculo para uma margem de erro de cerca de 5%, para um intervalo de confiança de 90,0%.

² Formandos de cursos realizados após 1 de janeiro de 2010 e cuja diferença entre a data de início e data do fim não é inferior a 10 dias. Atendendo à grande heterogeneidade dos cursos abrangidas na Tipologia de Formação para a Administração Pública, decidiu-se construir uma amostra estratificada em função da área de formação dos formandos, abrangendo áreas com um elevado número de formandos (superior a 100) e procurando-se, simultaneamente, garantir a maior abrangência temática possível. Esta opção resultou num reforço do número de inquéritos previsto inicialmente.

³ A elevada proporção de contactos inválidos refletiu-se sobre a dimensão da subamostra de inquiridos certificados, tendo sido possível apenas entrevistar 154 inquiridos. Desses, 6 indivíduos dados como certificados pela DRQP não tinham ainda obtido o diploma de ensino secundário, pelo que foram posteriormente excluídos da subamostra de inquiridos certificados.

⁴ Beneficiários com ações concluídas e endereços de e-mail conhecidos.

⁵ Beneficiários com ações concluídas e endereços de e-mail conhecidos. Inicialmente cifrava-se em 208 beneficiários, mas foi reforçado por via da atualização de contactos realizada pelo IEM.

Em anexo são apresentados os apuramentos e informação complementar relativa ao processo de inquirição e à constituição das amostras.

² Os inquéritos aplicados às tipologia 1.2.6 Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências e 2.1.1 Estágios Profissionais são apresentados no âmbito da metodologia “Grupo de controlo”.

Estudos de caso

Na linha dos métodos qualitativos, os estudos de caso orientaram-se para o aprofundamento da informação e da compreensão das dinâmicas e condições de operacionalização e de alcance dos objetivos do Programa, pretendendo-se obter os seguintes resultados específicos:

- Analisar a evolução dos indicadores previamente estabelecidos no âmbito das intervenções e devidas justificações associadas a esse perfil de evolução; Analisar as causas subjacentes à evolução dos indicadores de resultado; Analisar a relação entre realizações, resultados e impactos, identificando eventuais resultados não esperados, assim como os principais fatores (internos e externos à intervenção) que influenciam os resultados e impactos registados.

Simultaneamente, pretendia-se identificar boas práticas que pela sua inovação e/ou potencial de replicabilidade (para outros públicos ou outros contextos) fossem passíveis de ser utilizadas como objeto de divulgação e promoção do Programa.

Os estudos de caso abrangeram as seguintes tipologias

- 1.2.2 Formação profissional da administração pública
- 2.3.4 Ocupação de desempregados.

A seleção destas Tipologias foi realizada em função: (i) da relevância dos valores de execução física e financeira e do correspondente significado em termos de contributo para os objetivos específicos e gerais do Programa; (ii) da necessidade de acionar métodos complementares de recolha de informação, para além do inquérito, que potenciessem a compreensão da cadeia de resultados e permitam inferir das condições necessárias à prossecução desses mesmos resultados; e (iii) do potencial de difusão de boas práticas.

O planeamento inicial incluía abranger a tipologia 1.1.2. Cursos Profissionalizantes, mas o investimento que foi necessário colocar na componente dos inquéritos, sobretudo pela necessidade de generalizar o inquérito telefónico de forma a viabilizar a recolha de informação, levou à necessidade de concentrar o trabalho nessa componente.

Estudo de caso - Tipologia 1.2.2 Formação Profissional da Administração Pública.

A seleção do caso recaiu num projeto de formação desenvolvido por uma autarquia local³. A seleção baseou-se, fundamentalmente, na análise da informação dos projetos disponibilizada pelo IDR e no inquérito às entidades beneficiárias. Foram auscultadas entidades associadas à tipologia para a seleção prévia de casos mas as características dos projetos e dos promotores não favoreceu uma informação proveitosa.

O projeto selecionado, iniciado em outubro de 2009 e finalizado em janeiro de 2010, apresentava as seguintes características gerais: 367 formandos; 22 cursos, com duração máxima de 35h; 3 áreas de formação: fiscalização municipal, jardinagem e inglês no atendimento, realizadas com envolvimento de três entidades externas

Após um contacto inicial com a autarquia foi disponibilizada informação documental relativa ao projeto. A análise do caso recorreu a esta informação e à auscultação da cadeia de atores envolvidos, nomeadamente a coordenação do projeto na autarquia e um chefe de divisão que esteve envolvido na definição de um dos grupos de cursos desenvolvidos. A reunião com ex-formandos esteve prevista mas por questões operacionais acabou por não se realizar.

Estudo de caso – Tipologia 2.3.4 Ocupação de Desempregados.

A tipologia integra três subações distintas – programa para desempregados subsidiados, programa para desempregados não subsidiados e programa para desempregados seniores. No sentido de

³ Optou-se por manter o anonimato do caso estudado.

assegurar uma recolha de informação abrangente, optou-se por privilegiar uma abordagem em profundidade à tipologia e não a análise de um projeto ou candidatura específico.

Assim, o estudo aprofundado da tipologia contemplou as seguintes fontes de informação: (i) análise da informação documental disponível e da informação estatística relativa às realizações e resultados, (ii) entrevista aprofundada com o técnico do IEM responsável pelo programa e (iii) entrevista aprofundada com um grupo de entidades acolhedoras dos desempregados. Nesta entrevista estiveram representadas cinco IPSS, que foram selecionadas, com o apoio do IEM, tendo em consideração critérios relacionados com o número de desempregados acolhidos e integrados.

Os estudos de caso tinham também a intenção em sinalizar boas práticas, mas este objetivo não foi concretizado de forma a integrar um produto do Estudo com autonomia. No projeto de formação da autarquia local foram sinalizados alguns aspetos, nomeadamente ao nível da identificação dos cursos, que merecem relevo mas que não têm consistência para figurar como boas práticas. No caso do programa ocupacional para desempregados, a situação é, de algum modo, semelhante. Foram recensadas práticas das entidades acolhedoras de desempregados que são interessantes, mas estão centradas em dimensões particulares do processo, que não permitem configurar um caso de boa prática com a consistência esperada.

Finalmente, uma referência para a informação secundária.

A informação documental utilizada assenta, sobretudo, nos documentos do Programa: Programa Operacional de Valorização do Potencial Humano e Coesão Social da RAM (2007/ 2013); Regulamento Específico do Programa Rumos/ Versão Final; Relatórios de Execução do Programa Rumos (2007, 2008, 2009 e 2010); Programa Operacional de Valorização do Potencial Humano e Coesão Social da RAM (2007/ 2013) / Relatórios de Monitorização – Anos de 2009, 2010 e 1º semestre de 2011; Programa Operacional de Valorização do Potencial Humano e Coesão Social da RAM – 2007-201, Reprogramação, (Aprovada pela Comissão Europeia em 9.12.2011); Relatório Final do Estudo de Avaliação da Operacionalização do Programa Rumos (2010).

Para a informação estatística relativa às realizações e aos resultados recorreu-se ao SIIFSE e à informação disponibilizada pelo IDR, DRQP, IEM e CITMA. Foram também usadas fontes de informação do sistema estatístico nacional e regional. No caso dos indicadores regionais relativos à educação e formação foi realizada uma reunião com o OSECRAM dedicada à exploração da informação produzida por esta entidade com interesse para o Estudo.

4. QUADRO TEMPORAL DO ESTUDO

O cronograma do Estudo sofreu alguns ajustamentos relativamente ao planeamento inicial, que incidiriam na 1ª fase (Quadro metodológico), e sobretudo na fase seguinte (Desenvolvimento do Estudo). As exigências associadas à operacionalização da panóplia de instrumentos de recolha de informação, em particular os processos de inquirição, levaram à necessidade de prolongar esta fase.

Tabela 7. Calendarização do Estudo

mês	set	out	nov	dez	jan 2012	fev	mar	abril							
Quinzenas	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
1ª Fase – Quadro metodológico															
Análise documental preliminar															
<i>Relatório Inicial/ versão preliminar</i>		*													
Reunião e entrevistas com órgãos de gestão															
<i>Relatório Inicial/ versão final</i>				*											
2ª Fase – Desenvolvimento do Estudo															
Análise documental aprofundada															
Tratamento de dados do sistema estatístico															
Entrevistas com órgãos de gestão do PO															
Entrevistas com Entidades Beneficiárias															
Inquéritos: entidades beneficiárias															
Inquéritos: destinatários finais															
Grupos de controlo															
Estudos de caso															
<i>1ª Síntese de Progresso</i>						*									
<i>2ª Síntese de Progresso</i>										*					
<i>Relatório Preliminar da Avaliação</i>													*		
3ª Fase. Conclusão do Estudo															
Reunião com IDR/ GAEA															
Investigação complementar															
<i>Relatório Final da Avaliação</i>														*	

5. RESPOSTA ÀS QUESTÕES DE AVALIAÇÃO

5.1. QUAIS AS ALTERAÇÕES SOCIOECONÓMICAS OCORRIDAS NAS DIMENSÕES-PROBLEMA QUE CARACTERIZAM A SITUAÇÃO DE PARTIDA, COM IMPLICAÇÕES PARA O DESEMPENHO DOS EIXOS PRIORITÁRIOS DO PROGRAMA?

No Diagnóstico estratégico do mercado de trabalho e da respetiva envolvente económico-empresarial que integra o texto de Programa Rumos são destacados elementos-chave que contextualizam as dimensões-problema associadas ao Domínio do Potencial Humano e da Coesão Social na situação de partida do Programa, em 2007. Entre esses elementos-chave anotam-se os seguintes quer na ótica da síntese daquele Diagnóstico, quer na ótica das principais alterações socioeconómicas, entretanto, ocorridas:

Vitalidade demográfica

Trajectoria de quebra do índice de juventude, em contrapartida do crescimento da população em idade ativa alimentado por fluxos migratórios atraídos pelas dinâmicas do mercado de trabalho regional na década e meia de vigência das três gerações do POPRAM. Padrão de povoamento concentrado sob influência do mercado imobiliário regional e estruturado em torno das rendas diferenciais geradas pela dinâmica de investimento público daquele período (redes de infraestruturas, equipamentos económico-sociais, ...).

Ao longo da última década a população residente na R.A. Madeira cresceu 9,3% (245.011 habitantes, em 2011) e acentuou as tendências da década precedente: os segmentos mais jovens têm atualmente menor expressão (0-14 anos, quebra de 6,1% no decénio); a população entre 25 e 64 anos cresceu cerca de 20%, tal como o grupo com idade igual ou superior a 65 anos.

As assimetrias de povoamento observaram uma ligeira atenuação com o reforço da expressão demográfica dos centros urbanos que viram melhorada a acessibilidade ao Funchal, designadamente Santa Cruz (+44,7%, passando a concentrar 16,1% da população da Região), Câmara de Lobos (+3%, passando a concentrar 13,3% da população da Região) e Ribeira Brava (+7,1%, passando a concentrar 5% da população da Região). No entanto, a reduzida vitalidade económico-empresarial destes concelhos não contrariou a polaridade empregadora do Funchal, acentuada em período de recessão do investimento e da atividade económica enquanto os importantes investimentos na rede viária e nos Parques Empresariais ainda não induziram efeitos sobre as dinâmicas demográficas de concelhos do interior que registam mesmo perdas de população (p.e., S. Vicente, Calheta e Santana).

Terciarização crescente do mercado de trabalho

Níveis de empregabilidade (medidos pela taxa de emprego) elevados associados a níveis reguláveis da taxa de desemprego que oscilou entre 3 a 5% entre 1995 e 2004, expressando a dinâmica empregadora do setor estruturado da economia, ainda que num quadro estrutural marcado pelo peso do emprego público e dos níveis de subemprego das atividades tradicionais. Melhorias da estrutura de níveis de habilitação e qualificação da população empregada refletindo a chegada ao mercado de trabalho de milhares de diplomados com habilitações médias e superiores, que andou de par com uma procura dinâmica de competências associada à reorganização dos processos de trabalho e da atividade empresarial dos segmentos mais dinâmicos da economia regional.

A evolução da estrutura de emprego afasta-se do padrão de evolução do tecido empresarial, sobretudo pela intensidade do ajustamento nas indústrias transformadoras (-10,5% de pessoal ao serviço, em apenas dois anos), na construção (-16,7%) e no alojamento, restauração e similares (-7,5%); para além destes ramos de atividade com maior expressão empregadora, crescem comportamentos negativos no emprego que não ocorreram na evolução do “stock” empresarial casos do comércio por grosso e a retalho (-3,2%); atividades administrativas e dos serviços de apoio (-

4,9%); e atividades financeiras e de seguros (-2,9%). Por sua vez, comportamentos positivos do emprego ocorreram, sobretudo, em áreas protegidas [Educação (+14,2%), Saúde e apoio social (+22,4%)]; em outras atividades de serviços (+12,5%) e nas atividades imobiliárias (+7,4%); e em áreas residuais em termos de volume de emprego [Artes, espetáculos, desporto e recreio (+24,9%); Agricultura (+16,4%); e águas e saneamento (+16%)].

A evolução da população residente, segundo o nível de escolaridade mais elevado completo, acentua a melhoria das habilitações com destaque para as qualificações básicas (2º e 3º ciclo), que aumentam 22,1 e 36,6% respetivamente, e para os níveis pós-secundário (+224,3%) e superior (+40,6%), traduzindo o duplo efeito do aumento da escolaridade obrigatória e das trajetórias de prosseguimento dos estudos em direção a habilitações superiores. Esta melhoria encontra-se, de alguma forma, presente na evolução da estrutura de habilitações do pessoal ao serviço dos estabelecimentos onde se regista uma redução do peso das habilitações mais baixas (inferiores ao 1º ciclo e Ensino Básico) e um reforço do peso das qualificações médias e, sobretudo, superiores (de 7,3 para 8,9%, do total do pessoal ao serviço).

Crescimento não estruturado do tecido empresarial

Tendência de diversificação das atividades económicas em direção a serviços qualificados de apoio à atividade económica, impulsionados pelo adensamento do complexo de atividades que abrange imobiliária turística/ alojamento hoteleiro/ restauração/ animação, e beneficiando do desenvolvimento da sociedade da informação na Região. Consolidação de grupos económicos regionais evoluindo do “core” de atividades do Cluster do Turismo para iniciativas empresariais na área das tecnologias da informação e comunicação, dos serviços de natureza económica e do comércio internacional.

A evolução dos principais agregados económicos (indicadores de contexto regional) entre 2007 e 2010 caracteriza-se por uma estabilidade tendencial positiva ainda que com quebras pós-2008 e recuperações ligeiras em 2010: PIB Regional (+3,5%, entre 2007/2010); PIB per capita (+3%), bastante superior ao valor médio para Portugal (oscilando entre 128 e 130 %) e acima da média da UE27 (oscilando entre 101 e 105%); e VAB Regional (crescimento de +4,9%).

No tocante às “performances” do tecido empresarial destaca-se a quebra da proporção do VAB das empresas em setores de alta e média-alta tecnologia (de 4,5%, em 2007, para 2,2%, em 2009) e a melhoria da proporção dos nascimentos de empresas nestes setores (de 1,4% para 1,6%). Os indicadores económicos da principal atividade de especialização regional (Turismo) apontam para uma variação negativa, no período 2007-2010, do volume dos hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros (-13,1%), do volume das dormidas (-16,6%), da taxa de ocupação-cama (-20,3%), dos proveitos totais (-19,5%) e do pessoal ao serviço (-8,7%), de acordo com os dados da D.R. Estatística da Madeira.

Entre 2007 e 2009 ocorreu uma redução ligeira do volume de estabelecimentos empresariais da Região (-0,6%), com um perfil sectorial que reflete transformações em curso na especialização económica regional nas quais se destacam as quebras do “stock” de empresas na indústria transformadora (variação negativa de 7,8%), na construção (-11,3%) e (ligeira) no alojamento, restauração e similares (-0,5%), a par do crescimento nas atividades das TIC (+17,1%), nas atividades imobiliárias (+15,6%) e nas atividades financeiras e de seguros (+8,9%).

Esta evolução recente do tecido empresarial regional tende a aprofundar tendências mais estruturais detetadas com o encerramento do ciclo de infraestruturação material e a deterioração da capacidade competitiva do destino Madeira nos mercados turísticos emissores, variáveis fortemente condicionadoras da consolidação e desenvolvimento de importantes grupos empresariais regionais. Entretanto, parte destes grupos encetou processos de deslocalização do investimento para fora da Região.

Nos anos mais recentes, com a envolvente macroeconómica desfavorável a persistir, a capacidade económica e financeira dos potenciais promotores de projetos de investimento deteriorou-se acentuadamente com implicações tanto na concretização dos projetos aprovados e/ou contratados no âmbito dos instrumentos de financiamento disponíveis, mas também nas expectativas de dinamizar a apresentação de novas candidaturas, nomeadamente ao Programa Intervir+. Este constrangimento

tem afetado tanto os domínios de maior ambição para a modernização e internacionalização da base económica regional (inovação tecnológica e produtiva, economia do conhecimento, ...), como as frentes de investimento público, designadamente nas áreas do Desenvolvimento Sustentável e da Coesão Territorial, tradicionalmente geradoras de oportunidades de contratação pública com implicações positivas na animação económica e no emprego.

As principais alterações socioeconómicas ocorridas nas dimensões-problema que caracterizam a situação de partida em ambos os domínios residem em dois vetores-chave fortemente interdependentes que têm contextualizado a implementação do Programa:

Crescimento acentuado do volume de desemprego registado, tendo mais que duplicado entre dezembro de 2007 e dezembro de 2011 e cifrando-se em 19.016 inscritos no final de 2011, correspondendo a uma taxa de desemprego atual de 13,8%. Este limiar, pela composição de segmentos em presença, tem gerado naturais tensões na gestão das medidas ativas da política de emprego, designadamente sobre as tipologias de operação do Eixo Emprego e Coesão Social mobilizáveis para apoio aos desempregados, e de formação de adultos, no âmbito do Eixo Educação e Formação.

Persistência prolongada de constrangimentos orçamentais (acentuados pelo contexto de reduzido dinamismo do investimento económico empresarial), associados à crise económica e financeira que afeta tanto entidades públicas, como associações e beneficiários privados com implicações no ritmo e qualidade da absorção das ajudas, nomeadamente na ótica da empregabilidade. Os dados disponíveis referentes à evolução do setor estruturado da economia (período 2007-2009) apontam para uma demografia empresarial dinâmica (número de empresas criadas superior às que foram dissolvidas) mas revelam uma pulverização de unidades empresariais escassamente indutoras de oportunidades de emprego e de procuras dinâmicas de qualificações escolares médias e superiores e de formação profissional.

A combinação destas duas vertentes teve notórias implicações nas dinâmicas de absorção de recursos de ambos os Eixos do Programa, com destaque para o Eixo II que rapidamente esgotou a dotação financeira com especial relevo para as tipologias dos Estágios Profissionais, da Formação-emprego e da Ocupação de Desempregados (procurando responder à pressão/expansão da procura de desempregados inscritos); e para a formação de adultos e os RVCC, no quadro das tipologias do Eixo I.

Os Relatórios de Monitorização têm alertado para a necessidade de acompanhar o interface de evolução das tendências de desemprego com as dinâmicas de investimento económico-empresarial, que têm influenciado a recessão do volume de emprego do setor estruturado da economia. Com efeito, também na perspetiva dos responsáveis, qualquer alteração consistente do panorama atual do mercado de emprego da Região, pressupõe um relançamento global da atividade económica e das dinâmicas de investimento⁴, com potencial criação de emprego que absorva parte dos desempregados inscritos e estructure uma procura mais qualificada de formações técnicas especializadas que induza uma reorientação de segmentos da oferta formativa com capacidade para dinamizar respostas diferentes das atualmente disponíveis.

Elementos de abordagem às Sub-questões, a partir da evolução das Dimensões-Problema identificadas nos domínios Potencial Humano e Coesão Social e Inovação, Empreendedorismo e Sociedade do Conhecimento

Num contexto de empregabilidade favorável, que caracterizava a economia regional em meados da 1ª década de 2000, a sinalização de dimensões-problema, constante da Matriz SWOT dos domínios que dão substância às duas Sub-questões de avaliação, encontra-se sintetizada (principais dimensões-problema) na tabela seguinte.

⁴ A evolução da procura de ajudas ao investimento, no âmbito dos Sistemas de Incentivos dos Eixos 1 e 2 do Programa Intervir+, tem sido centrada em pequenos projetos de investimento com dinâmicas de concretização que se têm revelado problemáticas (ritmos lentos de execução, projetos contratados com reduzida despesa executada, desistências, ...) e relativamente aos quais se desconhece os impactos efetivos ao nível da manutenção e criação de emprego.

<i>Potencial Humano e Coesão Social</i>	<i>Inovação, Empreendedorismo e Sociedade do Conhecimento</i>
<ul style="list-style-type: none"> • Níveis de insucesso e abandono escolares elevados • Qualificações escolares de base e profissionais dos ativos empregados (e desempregados) reduzidas, num contexto de baixos índices de frequência de ações de formação • Crescimento do desemprego atingindo novos segmentos e com maior duração média • Florescimento de situações de risco e marginalidade social 	<ul style="list-style-type: none"> • Escassez do nº de projetos de I&DT desenvolvidos pelas empresas regionais • Fragilidade das cadeias de valor das produções de bens e serviços predominantes na base económica regional • Níveis limitados de renovação e de rejuvenescimento do tecido empresarial, sem retorno do investimento realizado na promoção do empreendedorismo • Dificuldade de desenvolver parcerias de projeto entre as empresas regionais e Unidades de I&D da Região e extrarregionais, indispensáveis à estruturação de um Sistema

Qual a evolução registada nas dimensões-problema associadas ao Domínio “Potencial Humano e Coesão Social” e quais as implicações para o desempenho do Programa?

As dimensões-problema apontadas para a dimensão Potencial Humano e Coesão Social centram-se nas vertentes educação e formação básicas, desemprego e integração/inclusão social que, em última análise, remetem para a racionalidade dos Eixos de intervenção do Programa. Os principais traços de evolução das vertentes assinaladas encontram-se sistematizados nas alíneas seguintes.

(a) Insucesso e abandono escolar

O abandono da escola antes de concluída com sucesso a educação básica/escolaridade obrigatória constitui tradicionalmente um obstáculo para o crescimento e desenvolvimento regional. O combate ao abandono escolar continua a fazer parte da agenda de prioridades da Estratégia de Aprendizagem ao Longo da Vida, lugar cativo que é também impulsionado na Região Autónoma da Madeira pela circunstância de o abandono escolar precoce constituir um fator potenciador da pobreza e do risco de exclusão social na Região.

No período 2007-2011 a trajetória de evolução da taxa de abandono precoce de educação e formação da Madeira regrediu 16,6 pontos percentuais recuperando de um valor muito elevado (48,3%) para um valor que reduz o “gap” face ao Continente. Anote-se, no entanto, que essa recuperação é abrupta e centrada, sobretudo, na passagem de 2010 para 2011.

Tabela 8. Taxa de Abandono Precoce de Educação e Formação

<i>Anos</i>	<i>Continente</i>			<i>R.A. Madeira</i>		
	<i>Total</i>	<i>H</i>	<i>M</i>	<i>Total</i>	<i>H</i>	<i>M</i>
2007	36,1	42,1	29,9	48,3	61	34,9
2008	34,5	40,7	28	46,8	56,2	36,8
2009	30,4	35	25,7	39,5	48	30,4
2010	27,9	31,6	24,1	37,3	43	31,3
2011	22,3	27	17,4	31,7	39,3	23,6

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

No caso dos homens a diminuição é, ainda, mais acentuada (de 61 para 39,3%), enquanto o abandono precoce das jovens revelou alguma oscilação durante o período para se fixar em 23,6%, em 2011.

Ao longo do período o comportamento da taxa de abandono da Região foi atenuando as distâncias face ao Continente que eram de 12,2 pontos percentuais em 2007 e se cifravam, no final de 2011, em 9,4 pontos percentuais.

No âmbito desta dimensão-problema (níveis de abandono e insucesso escolar) deve, ainda, referir-se o comportamento da taxa de retenção e desistência, segundo o nível de educação, nos quatro últimos anos letivos com informação disponível (cf. quadro seguinte).

Tabela 9. Taxa de retenção e desistência, segundo o nível de Educação/ Ensino por ano letivo (%), na RAM

Anos	Ensino Básico				Ensino Secundário
	Total	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	
2006/2007	14,4	8,3	16,7	21,3	29,3
2007/2008	12,4	6,3	13,5	20,3	26,6
2008/2009 ⁽¹⁾	11,4	6,1	11,7	18,8	26,7
2009/2010 ⁽¹⁾	11,8	5,8	12,8	19,4	24,4

⁽¹⁾ Nos anos letivos 2008/2009 e 2009/2010, o cálculo da taxa de retenção e desistência inclui os Cursos Profissionais.

Fonte: GEPE (2006/2007) e OSECRAM (2007/2008 a 2009/2010).

A diminuição dos indicadores de insucesso e abandono é também notória tanto no Ensino Básico (diminui de 14,4% para 11,8%), como Ensino Secundário (diminui de 29,3% para 24,4%). Os dados evidenciam, todavia, uma realidade preocupante para os sistemas educativos: à medida que se progride no nível de educação/ensino as taxas de retenção também, aumentam e, em simultâneo, o ritmo de diminuição das respetivas taxas torna-se mais lento.

Esta evolução positiva dos indicadores de abandono precoce e insucesso escolar (com redução sensível das respetivas taxas na Região) encontra-se associada ao reforço da oferta de formação escolar e profissional de dupla certificação, no âmbito do Eixo I do Programa, que contribuiu para a recuperação de jovens das situações de insucesso e também de abandono, função de uma maior capacidade de atração de modalidades como a formação em alternância e outras de carácter profissionalizante.

(b) Qualificações de base escolares e profissionais

A formulação desta dimensão-problema remete, em simultâneo, para os baixos níveis de qualificação e para a reduzida frequência de ações de formação.

Trata-se de matérias específicas em que os dados de caracterização disponíveis e a atualização dos mesmos deixam a desejar, sobretudo, na ótica de uma apreciação de detalhe que permita ventilar as evoluções ocorridas à luz do esforço de formação inicial e contínua desenvolvido sob a matriz de prioridades das tipologias de intervenção do Eixo Educação e Formação do Rumos.

Em matéria de aprendizagem formal (ou informal) a participação da população com idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos nas atividades de aprendizagem no âmbito do sistema de educação e formação, manteve-se em níveis muito baixos e sem evolução assinalável (2,6%, em 2007, e 2,5%, em 2010).

Tabela 10. População dos 25 aos 64 anos em aprendizagem (formal ou informal), segundo o género

Anos	Portugal			R.A.M. (Total)
	Total	H	M	
2004	4,3	4,1	4,4	2,4
2005	4,1	4,0	4,2	1,9
2006	4,2	4,1	4,4	2,1
2007	4,4	4,4	4,5	2,6
2008	5,3	5,0	5,6	2,9
2009	6,5	6,2	6,8	3,2
2010	5,7	5,8 ^(a)	5,7 ^(a)	2,5

^(a) Dado Provisório

Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*.

Estes indicadores de participação situam-se bastante abaixo das “performances” do País como um todo: entre 2007 e 2011, a participação cresceu em Portugal de 4,4 para 5,7%, níveis bastante inferiores à meta de 12,5% fixada nos objetivos de Lisboa da Estratégia Europeia.

O comportamento deste Indicador, que tem por fonte o Inquérito ao Emprego, deve ser analisado conjugadamente com a trajetória de concretização de resultados das tipologias de intervenção do Rumos, nomeadamente com os Indicadores de Resultado constantes do Relatório de Execução de 2010 do Programa os quais referem uma Taxa de participação da população ativa em ações de formação profissional de 23,4%, comparável com a meta prevista para 2010 (16%), na programação inicial. A apreciação dos indicadores de realização física do Eixo I até final de 2010, evidencia uma capacidade para superar as metas quantificadas para a realização dos objetivos de diversos grupos-alvo das intervenções de aprendizagem ao longo da vida, com especial ênfase justamente para os ativos abrangidos em ações de formação, para os professores e formadores e para os agentes do Estado

Na relação com o mercado de trabalho (setor estruturado da economia), ainda que os dados disponíveis dos Quadros de Pessoal permitam contextualizar apenas a 1ª fase do ciclo de implementação do Programa (2007-2009), um período manifestamente curto para aferir ajustamentos e intensidade de impactos, constata-se as evidências seguintes:

- melhoria dos indicadores de qualificação dos trabalhadores por conta de outrem centrado num ganho de peso entre 2007 e 2009, por parte dos quadros superiores (de 4,9% para 5,7%) e dos quadros médios (entre 4,2 e 4,8%);
- redução do peso dos profissionais não qualificados e dos estagiários, praticantes e aprendizes e, ainda, do segmento dos profissionais qualificados, o segmento com maior expressão na composição do emprego e onde mais se concentra a quebra do volume global de pessoal ao serviço (-1.730 postos de trabalho em dois anos);

Tabela 11. Trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos da Madeira, por nível de qualificação (%)

<i>Níveis de Qualificação</i>	<i>2007</i>	<i>2009</i>	<i>Variação</i>
Total	100,0	100,0	-4,1
Quadros Superiores	4,9	5,7	11,3
Quadros Médios	4,2	4,8	10,1
Encarregados cont. Chefes de Equipa	3,1	3,1	-4,2
Profissionais altamente qualificados	7,9	8,3	-0,1
Profissionais qualificados	39,5	38,4	-6,6
Profissionais semiqualeificados	15,5	16,5	2,3
Profissionais não qualificados	14,2	12,3	-16,7
Estagiários, praticantes e aprendizes	7,3	6,9	-9,4
Nível desconhecido	3,4	4,0	10,5

Fonte: Quadros de Pessoal, GEP – MSSS

Melhoria dos indicadores de habilitação escolar dos trabalhadores por conta de outrem traduzido, sobretudo, no aumento dos diplomados com o ensino secundário (+0,8%, entre 2007 e 2009), ensino pós-secundário não superior - Nível IV (+2,1%), Licenciatura (+18,4%), Mestrado (+2,1%) e Doutoramento (+15,8%), estes últimos níveis com uma base de partida muito estreita;

Tabela 12. Pessoal ao Serviço nos estabelecimentos da Madeira, por nível de habilitação (%)

<i>Níveis de Habilitação</i>	<i>2007</i>	<i>2009</i>	<i>Variação</i>
Total	100,0	100,0	-4,3
Inferior ao 1º Ciclo do Ensino Básico	2,2	2,0	-12,3
Ensino Básico	67,2	64,6	-8,0
Ensino Secundário	21,9	23,0	0,8
Ensino pós Secundário não Superior Nível IV	0,3	0,3	2,1
Bacharelato	1,2	1,1	-8,1
Licenciatura	6,7	8,3	18,4
Mestrado	0,5	0,5	2,1
Doutoramento	0,1	0,1	15,8
Ignorado	0,1	0,2	16,0

Fonte: Quadros de Pessoal, GEP – MSSS

Melhoria dos indicadores de habilitação superior concentrada na Educação e Saúde, na Administração Pública, nos Transportes e Armazenagem e nas águas e saneamento enquanto o alojamento, restauração e similares são, igualmente, recetivos às ofertas de nível IV, tal como o comércio por grosso e a retalho.

Nesta evolução da estrutura de qualificações são de admitir efeitos induzidos pelas dinâmicas de realização das tipologias de intervenção do Eixo I, orientadas para os ativos empregados (e desempregados, nomeadamente encaminhados pelo serviço público de emprego) nas modalidades

de Formação de adultos, Ações de Qualificação/Reconversão/aperfeiçoamento/Especialização e Ações RVCC, com contributo potencial para a recuperação do défice de qualificações e para a melhoria das condições de empregabilidade, especialmente dos adultos desempregados. Este padrão de reforço da procura dirigida ao Eixo I deveria ter implicações no reajustamento qualitativo da estrutura da oferta formativa (conteúdos, metodologias, capacidades formativas, ...), uma trajetória que não é, ainda, muito notória no desenvolvimento das ofertas existentes.

(c) Evolução do Desemprego

A economia madeirense apresenta taxas de atividade superiores a 60% as quais evoluíram positivamente entre 2007 (61,8%) e 2011 (63,4%) na população com 15 e mais anos.

As taxas de emprego têm uma trajetória de melhoria até 2010, diminuindo 4 pontos percentuais entre 2010 e 2011, sobretudo, por contrapartida do agravamento do desemprego que entre 2007 e 2011 aumentou de 6,8 para 13,8% e com ritmos de crescimento mais notórios (superiores à variação global) nos jovens dos 15-24 anos (de 16,9 para 39,1%, no final de 2011), de acordo com o Inquérito ao Emprego do INE.

Tabela 13. Taxas de Atividade, Emprego, Desemprego, e Inatividade na RAM

<i>Indicador</i> (Un: %)	2007	2008	2009	2010	2011
<i>Taxa de atividade (15 e mais anos)</i>	61,8	62,3	62,9	63,3	63,4
Homens	70,4	70,9	70,2	70,5	70,2
Mulheres	54,4	54,8	56,6	57,0	57,5
<i>Taxa de emprego</i>	57,6	58,5	58,1	58,6	54,6
Homens	65,8	66,9	63,9	64,5	59,5
Mulheres	50,5	51,4	53,1	53,4	50,4
15 e mais anos	57,6	58,5	58,1	58,6	54,6
Dos 15 aos 24 anos	33,9	33,8	28,8	28,5	22,6
Dos 25 aos 34 anos	79,8	78,6	79,1	79,4	76,9
Dos 35 aos 44 anos	82,7	84,0	82,1	82,8	79,4
Com 45 e mais anos	45,0	47,0	48,6	49,4	45,1
<i>Taxa de desemprego</i>	6,8	6,0	7,6	7,4	13,8
Homens	6,5	5,7	9,0	8,6	15,3
Mulheres	7,1	6,3	6,1	6,2	12,2
15 e mais anos	6,8	6,0	7,6	7,4	13,8
Dos 15 aos 24 anos	16,9	15,1	19,7	17,3	39,1
Dos 25 aos 34 anos	7,0	7,4	9,3	9,3	14,8
Dos 35 aos 44 anos	6,6	4,5	5,2	6,1	11,4
Com 45 e mais anos	3,1	3,1	4,7	4,6	8,3
<i>Taxa de Inatividade (15 e mais anos)</i>	38,2	37,7	37,1	36,7	36,6

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego.

A evolução do desemprego registado (dados do Instituto de Emprego da Madeira) no período 2007-2011, devolve-nos uma realidade complexa exposta com detalhe no quadro seguinte que espelha o agravamento acentuado do desemprego regional, em termos absolutos (19 mil desempregados em dezembro de 2011 correspondendo a um aumento de 116,8% face a dezembro de 2007) e em termos com o aumento da procura de novo emprego, da duração média do tempo de inscrição e do maior peso dos habilitados com níveis de instrução médios e superiores.

Tabela 14. Evolução do Desemprego na Madeira (2007-2011)

Indicador	2007		2011		Var. 2007-2011 (%)
	Nº	%	Nº	%	
<i>Desemprego registado</i>	8.773	100,0	19.016	100,0	116,8
Homens	4.505	51,4	10.703	56,3	137,6
Mulheres	4.268	48,6	8.313	43,7	94,8
Jovens	1.584	18,1	3.170	16,7	100,1
Homens	665	7,6	1.517	8,0	128,1
Mulheres	919	10,5	1.653	8,7	79,9
Adultos	7.189	81,9	15.846	83,3	120,4
Homens	3.840	43,8	9.186	48,3	139,2
Mulheres	3.349	38,2	6.660	35,0	98,9
<i>Desemprego de Curta Duração</i>	5.856	66,8	10.365	54,5	77,0
Homens	3.032	34,6	5.685	29,9	87,5
Mulheres	2.824	32,2	4.680	24,6	65,7
<i>Desemprego de Longa Duração</i>	2.917	33,2	8.651	45,5	196,6
Homens	1.473	16,8	5.018	26,4	240,7
Mulheres	1.444	16,5	3.633	19,1	151,6
Primeiro Emprego	849	9,7	1.810	9,5	113,2
Novo Emprego	7.924	90,3	17.206	90,5	117,1
Nível de Instrução					
< 1º Ciclo Ensino Básico	557	6,3	1.182	6,2	112,2
1º Ciclo Ensino Básico	2.784	31,7	5.332	28,0	91,5
2º Ciclo Ensino Básico	1.885	21,5	4.220	22,2	123,9
3º Ciclo Ensino Básico	1.317	15,0	3.038	16,0	130,7
Ensino Secundário	1.603	18,3	3.767	19,8	135,0
Ensino Médio - bacharelato	50	0,6	1.477	7,8	2854,0
Ensino Superior - licenciatura	577	6,6	1.182	6,2	104,9
<i>Procura ao longo do mês</i>	737	100,0	1.253	100,0	70,0

Indicador	2007		2011		Var. 2007-2011 (%)
	Nº	%	Nº	%	
Homens	362	49,1	774	61,8	113,8
Mulheres	375	50,9	479	38,2	27,7
Primeiro Emprego	82	11,1	86	6,9	4,9
Novo Emprego	655	88,9	1.167	93,1	78,2
Ofertas de emprego					
Ao longo	285	-	214	-	-24,9
Permanecem	251	-	79	-	-68,5
Colocações	122	100,0	176	100,0	44,3
Homens	39	32,0	86	48,9	120,5
Mulheres	83	68,0	90	51,1	8,4

Fonte: <http://www.iem.gov-madeira.pt/>

O desempregado-tipo no final de dezembro de 2011 é adulto (83,3%), do sexo masculino (56,3%), encontra-se em situação de desemprego há menos de um ano (54,5%), procura novo emprego (90,5%), teve ocupação anterior no comércio e serviços (dois terços) e tem habilitações inferiores ao 3º ciclo do Ensino Básico (56,4%); nesta variável, regista-se um agravamento do volume de inscritos com habilitações correspondentes ao 2º e 3º ciclo do Ensino Básico e ao ensino secundário e ao bacharelato, bastante acima da variação global ocorrida, traduzindo uma dificuldade de absorção das qualificações escolares médias que orientaram as prioridades da oferta formativa da última década.

O ritmo de entrada no desemprego, mais acelerado nos homens, corresponde a perdas de emprego em atividades mais consolidadas e com menores índices de rotação, caracterizadas por índices mais elevados de trabalho masculino (atividades transformadoras, construção civil e obras públicas, etc.), mas é também expressivo no terciário de natureza económica.

A informação referente às ofertas e colocações é reconhecidamente diminuta face às dimensões absolutas e relativas do desemprego regional, remetendo para o carácter residual do ajustamento via serviço público de emprego, sem prejuízo do trabalho meritório desenvolvido pelos serviços do IEM, no âmbito do acompanhamento das ofertas e da procura. Os serviços têm procurado proporcionar respostas de acesso ao emprego e de frequência de ações de formação, tendo como suporte de financiamento as medidas de política ativa de emprego que têm procurado adequar à evolução negativa das condições de empregabilidade na Região.

Com efeito, este retrato do desemprego regional evidencia um conjunto de dimensões-problema particularmente preocupante na medida em que tem obrigado a uma ativação das políticas de emprego em múltiplas direções implicando uma atenção redobrada na gestão das medidas existentes. Estas medidas foram compelidas a abranger um número mais elevado e heterogéneo de destinatários num período de fortes constrangimentos orçamentais e em que os recursos do Eixo Emprego e Coesão Social se encontram esgotados, com níveis de aprovações acima do montante programado.

A utilização de medidas ativas de apoio à sustentação do emprego, que foi sendo estimulada de forma continuada (dentro dos limites impostos pelos requisitos de cofinanciamento dos instrumentos e pela programação dos recursos do Eixo Prioritário Emprego e Coesão Social do Programa Rumos), encontra agora uma complexa restrição de financiamento, numa conjuntura prolongada em que a sua pertinência se tem mostrado acrescida. (cf. Relatório de Monitorização do Rumos, 1º semestre de 2011, IDR).

(d) Situações de risco e marginalidade social

No âmbito desta dimensão-problema os dados de caracterização da evolução no período 2007-2011 são escassos e reportam, sobretudo, aos beneficiários do rendimento social de inserção que pode ser entendido como uma *proxy*, ainda que grosseira dos problemas da pobreza e da exclusão social na Região.

Tabela 15. Beneficiários do Rendimento Social de Inserção na Madeira

Un: N°	2007	2008	2009	2010
Total	9.632	8.901	9 828	11.252
Homem	4.241	3.929	4 495	5.278
Mulher	5.391	4.972	5.333	5.974
Menos de 25 anos	5.157	4.649	5.014	5.604
25-39 anos	1.483	1.363	1.646	1.918
40-54 anos	1.799	1.749	2.050	2.460
55 e mais anos	1.193	1.140	1.118	1.270

Fonte: INE; Anuário Estatístico da R.A. Madeira (2007 até 2010).

Entre 2007 e 2010 o volume de beneficiários abrangidos aumentou cerca de 17%, observando-se uma redução do peso dos jovens com menos de 25 anos e um aumento do peso dos adultos, até 54 anos.

Na esfera das ajudas proporcionadas pelas tipologias de intervenção do Eixo Emprego e Coesão Social, constata-se que o volume de participantes apoiados no âmbito de Integração socioprofissional de Pessoas desfavorecidas e de Pessoas portadoras de Deficiência (4.606, no período 2007-2010) se situa acima da meta anual média, prenunciando a existência de necessidades de apoio superiores às estimadas na fase de programação.

A informação empírica qualitativa obtida a partir das entrevistas aponta no sentido de um agravamento das situações de desfavorecimento face ao mercado de trabalho com alastramento dos focos de pobreza e marginalidade a novas áreas urbanas e também em freguesias do interior. Paralelamente, salienta-se uma erosão acentuada das capacidades de resposta das IPSS, Centros Paroquiais e Casas de Povo por redução do financiamento público (comunitário e regional – OSS) e por menor disponibilidade do patenariado e mecenato social de empresas e instituições.

Qual a evolução registada nas dimensões-problema associadas ao Domínio “Inovação, Empreendedorismo e Sociedade do Conhecimento” e quais as implicações para o desempenho do Programa?

A evolução das dimensões-problema enunciadas no âmbito deste Domínio constitui, provavelmente, um dos desafios/prioridades de intervenção do PDES 2007-2013 que não se afirmaram ao longo destes últimos quatro anos, sobretudo tendo presente o investimento acumulado em gerações precedentes de intervenção dos Fundos estruturais.

Com efeito, a criação e funcionamento de um conjunto relevante de entidades de interface no âmbito da Ciência e Tecnologia (UMa, Madeira Tecnopólo e CITMA), do empreendedorismo (IDE, Madeira Parques Empresariais e CEIM) e da Sociedade da Informação (NESI) faria acreditar que, uma vez consolidado o investimento em equipamento, seria possível desenvolver uma abordagem pró-ativa de oferta de serviços estratégicos às atividades económicas, de suscitação de projetos e iniciativas de qualificação do tecido empresarial (subida na cadeia de valor, internacionalização, ...), de constituição de parcerias de projeto entre empresas regionais e entidades do SCTR e SCTN e parceiros internacionais - uma das apostas do PDES 2007-2013 - etc.

No plano institucional, as principais entidades de interface e de dinamização da iniciativa empresarial têm revelado dificuldade em concretizar as perspetivas acima referidas sendo de destacar, entre outros obstáculos em presença:

- a reduzida atividade e resultados alcançados pelo CEIM, no domínio da incubação de empresas e do lançamento de “*start-ups*” e unidades de capital semente;
- o NESI – Núcleo Estratégico da Sociedade da Informação foi, entretanto, extinto
- o perfil de atividades instaladas nos Parques Empresariais que se caracteriza pela presença de atividades que não renovam o padrão de especialização económica e, frequentemente, correspondem a estratégias de relocalização que combinam ações de reordenamento urbano, estimuladas pelas autarquias locais, com perspetivas de dinamização de operações imobiliárias por parte dos proprietários das empresas;
- os investimentos mais recentes do Madeira Tecnopólo, apoiados no âmbito do Intervir+, traduzem um afastamento do core de atividades de C&T da entidade.

De acordo com o Relatório de Monitorização do Programa Intervir+ referente ao 1º semestre de 2011, “As atividades enquadradas no Sistema Científico e Tecnológico e na Sociedade do Conhecimento têm revelado uma reduzida procura de financiamento com um escasso número de projetos candidatados e aprovados, na maior parte dos casos (em termos de volume de investimento) de iniciativa de entidades públicas dos setores da Educação, da Saúde e dos Transportes Aéreos. O SI +Conhecimento, no âmbito da Área de Intervenção dos Incentivos Diretos e Indiretos às Empresas, tem um montante acumulado de investimento aprovado correspondente a 9,13 M Euros em quatro anos.

Este Domínio de Intervenção permanece, assim, com desempenho crítico no conjunto do Programa quando se trata, na ótica do PDES 2007-2013 e da renovação da capacidade competitiva da Região, de um Domínio prioritário, que, aliás, beneficiava no passado da existência de importantes entidades de I&D, com recursos e ativos com iniciativa de projeto”, conforme assinalado.

Neste contexto, permanece válida a recomendação da Avaliação ex-ante do Intervir+ que enfatizava a necessidade de “dinamizar a participação no Programa do conjunto de entidades/ instâncias de regulação da atividade económica com atribuições e competências nas esferas da dinamização económica e da promoção do desenvolvimento regional (IDE, Tecnopólo Madeira, Parques Empresariais e Sociedades de Desenvolvimento, sobretudo) procurando encontrar soluções para melhorar as articulações entre si e as interfaces com os potenciais promotores, bem como assegurar níveis de eficácia mais satisfatórios em termos de qualidade e valor acrescentado dos serviços públicos prestados aos agentes económicos, p.e., através da disponibilização de novos serviços da Administração Regional”.

A tabela seguinte sintetiza algumas evidências relativas às dimensões-problema do Domínio Inovação, Empreendedorismo e Sociedade do Conhecimento.

<i>Dimensões-problema</i>	<i>Evidências</i>
Projetos de I&DT desenvolvidos por empresas regionais	<ul style="list-style-type: none">• Infraestruturas tecnológicas intervencionadas: contratadas 3, o que permite atingir a meta para 2015• Contratação de 71 projetos de Inovação/I&DT no âmbito do Intervir+ (sem indicação de origem do promotor). Meta para 2015: 50• Empresas participantes em projetos de Inovação/I&DT – 60 para uma meta de 40 em 2015. Apenas 30% dos projetos com execução.
Cadeias de valor das produções de bens e serviços predominantes na base económica regional	Em cerca de uma dezena de projetos da iniciativa de promotores do setor turístico contratados no âmbito do Eixo II, foram identificados investimentos no domínio da racionalidade e eficiência energética, do aproveitamento de águas residuais, da integração de atividades de saúde, lazer e animação e de formação de competências (gestão e competências técnicas especializadas). No âmbito da Área de Intervenção Incentivos

<i>Dimensões-problema</i>	<i>Evidências</i>
	Diretos e Indiretos às Empresas (Eixo I do Intervir+), o Madeira Tecnopólo foi apoiado para desenvolver o projeto “Alargamento da gama de bens ou serviços, melhoria da qualidade dos bens ou serviços, maior flexibilidade de produção ou fornecimento de serviços” (Montante: 648.867€).
Renovação e rejuvenescimento do tecido empresarial	<p>Os dados do INE referentes à constituição de Sociedades apontam para a criação de cerca de 2.000 empresas entre 2008 e 2011, 75% das quais foram constituídas em 2010/11. Os setores mais representados na constituição são o comércio por grosso e a retalho e o alojamento, restauração e similares seguidos, à distância, pelas atividades de consultoria, técnicas e similares. Ou seja, um perfil de atividades caracterizadas por reduzidas barreiras à entrada e custos reduzidos de instalação e que repercutem o padrão empresarial existente. Ao longo deste período foram dissolvidas na Região cerca de 3.900 Sociedades com forte predomínio do comércio por grosso e a retalho, das atividades de consultoria, técnicas e similares, da construção e do alojamento, restauração e similares.</p> <p>As atividades de promoção do empreendedorismo têm sido escassas sendo, no entanto, de destacar as seguintes: (i) O CEIM tem vindo a desenvolver, desde 2009, o Projeto RS4e II – <i>Road Show for Entrepreneurship</i> 2008 financiado pelo eixo I do Intervir+, com financiamento de cerca de 2,4 Milhões de Euros, não tendo sido encontrados elementos de avaliação de resultados intermédios deste projeto; (ii) A Universidade da Madeira foi apoiada, em 2009, pelo Eixo I do Intervir+ para desenvolver o projeto SEE - Simulação Empresarial e Empreendedorismo (Montante: 1,29 Milhões de Euros).</p>
Estruturação de um Sistema Regional de Inovação	<p>Entre as parcerias de projeto envolvendo empresas regionais e Unidades de I&D da Região e extrarregionais, salienta-se a Iniciativa Madeira-ITI (<i>Madeira Interactive Technologies Institute</i>).</p> <p>No âmbito dos Projetos Madeira – ITI têm sido desenvolvidos, desde 2009, vários projetos de parceria entre esta entidade (enquadrada no Madeira Tecnopólo) e instituições universitárias estrangeiras (Carnegie Mellon e Hawaii – EUA e Oulu – Finlândia) e nacionais (Universidade Católica e Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto), bem como com a empresa Zon Madeira. Estes projetos, com financiamento predominante do Sistema de Incentivos +Conhecimento, compreendem, entre outras, as seguintes áreas técnicas: fluxos urbanos e redes, plataformas de software, coordenação de respostas de emergência em situações de catástrofe, técnicas de deteção para transporte urbano e serviços de engenharia.</p>

Relativamente aos demais Domínios Prioritários referenciados no PDES 2007-2013 (Coesão Territorial e Desenvolvimento Equilibrado, Cultura e Património e Desenvolvimento Sustentável) a relação com as áreas de intervenção dos Eixos do Programa Rumos apenas adquire significado no Domínio Coesão Territorial e Desenvolvimento Equilibrado, com financiamento por via do Programa Intervir +, relativamente ao qual se sistematizam na tabela seguinte as principais evidências.

Tabela 16. Coesão Territorial e Desenvolvimento Equilibrado

<i>Dimensões-problema</i>	<i>Evidências</i>
Cobertura do território no domínio do ensino pré-escolar	<p>No âmbito do Eixo Coesão Territorial e Governação do Intervir+ não foram apoiados investimentos neste Domínio.</p> <p>A informação relativa à educação pré-escolar na R.A. Madeira indica que entre os anos letivos de 2007/08 e 2009/2010, o número de estabelecimentos se manteve estável (aumento ligeiro de 172 para 178, sobretudo graças ao crescimento do segmento privado). Os dados referentes à cobertura territorial estão disponíveis apenas para o último daqueles anos e seguem de perto, com ligeiras oscilações, a estrutura de concentração da população: 39,9% dos estabelecimentos do pré-escolar estão sediados no Funchal (41,8% da população residente); 12,9% em Câmara de Lobos (13,3% da população); 12,9% em Sta. Cruz (16,1%); 7,3% no Machico (8,2%); 7,3% na Ribeira Brava (5,0%) (<i>Anuário Estatístico da Região</i>, 2010).</p>
Combate à exclusão social de cidadãos com problemas específicos	<p>No âmbito do Eixo Coesão Territorial e Governação do Intervir+ não foram apoiados investimentos neste Domínio.</p> <p>A D.R. de Educação Especial e Reabilitação teve aprovados 5 projetos no âmbito da Tipologia 1.1.6. do Rumos no montante 2,23 Milhões de Euros destinados a promover a empregabilidade e a incentivar a inserção profissional e social das pessoas portadoras de deficiência, através do desenvolvimento de competências relacionais interpessoais e técnicas.</p>
Fixação e atração de população ativa jovem, com habilitações escolares e competências técnicas	<p>Entre as principais alterações demográficas ocorridas encontra-se o crescimento da população residente nos Concelhos de Sta. Cruz, Ponta do Sol e Ribeira Brava sendo de admitir que essa evolução resulte predominantemente da dinâmica de procura de habitação de casais jovens, tendencialmente portadores de habilitações escolares superiores à média (secundárias e superiores, sobretudo).</p>

5.2. EM QUE MEDIDA A ESTRUTURA E AS PRIORIDADES DO PROGRAMA CORRESPONDEM ÀS NECESSIDADES DE INTERVENÇÃO ATUAIS DOS SISTEMAS DE EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E EMPREGO DA REGIÃO?

Em função das alterações socioeconómicas ocorridas na Região que novos desafios se colocam às políticas de educação, formação e emprego?

As alterações socioeconómicas ocorridas desde o arranque do Programa reforçam a importância da prioridade estratégica do investimento na melhoria das qualificações, pelo que de uma forma global, os objetivos estratégicos que enquadram o Programa Rumos se mantêm atuais perante os desafios das políticas de educação e formação, assim como das políticas ativas de emprego, de acordo com as principais tendências assinaladas na resposta à questão anterior.

Esta prioridade estratégica de investimento foi recentemente afirmada no seio da Comissão Europeia, por ocasião da divulgação dos Domínios prioritários para a cooperação europeia no domínio da educação e da formação em 2012 – 2014⁵. O pressuposto de que a educação desempenha um papel relevante na perspetiva de produção a prazo de ganhos económicos globais, sai assim reforçado e, conseqüentemente, o reforço das estratégias de investimento na melhoria das qualificações e de requalificação tem uma importância acrescida no contexto atual.

O exercício que se apresenta parte da sistematização de um conjunto de evidências de alterações ocorridas no período de vigência do Programa para enquadrar os desafios que se colocam quer ao sistema de educação e formação, quer às políticas ativas de emprego, por relação com as principais áreas e objetivos estratégicos do Programa.

No plano do sistema de educação e formação, destacam-se os seguintes elementos:

<i>Objetivos Específicos do Eixo I do Programa</i>	<i>Alterações socioeconómicas</i>
<p><u>Qualificação inicial</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Aumentar e diversificar a oferta de vias profissionalizantes para jovens • Aumentar as condições de empregabilidade dos jovens • Reforçar o combate ao insucesso e à saída escolar precoce 	<ul style="list-style-type: none"> • Manutenção da taxa bruta de escolarização no ensino básico em valores acima dos 130%, entre 2007 e 2010, numa tendência muito próxima dos valores registadores no Continente; • Evolução positiva e constante do indicador de taxa bruta de escolarização no ensino secundário, mas ainda inferior ao valor registado no continente (121,2% na RAM e 148,4% no Continente, em 2009/2010); • Evolução positiva da redução do abandono precoce de educação e formação, mas com valores ainda acima da média nacional (37,3% na RAM e 28,7% no total do país, em 2010) e europeia (14,1%); • Novos operadores de formação na Região que apesar de dificuldades iniciais na adaptação às inovações (critérios de seleção, SIIFSE, especialização das candidaturas, ...) evoluíram positivamente no plano da elaboração das candidaturas. • Aumento acentuado do desemprego jovem (16,9% em 2007; 17,3% em 2010 e 39,1% em 2011); • 37,5% dos diplomados de Cursos Profissionalizantes e Cursos de Educação Formação empregados em dezembro de 2011, 36,8% desempregados e 25,7% inativos, sendo a taxa de empregabilidade superior entre os diplomados com 12.º ano, face aos que possuem 9.º ano.

⁵ Que defende que “nas suas medidas de consolidação das finanças públicas, os Estados-Membros deveriam dar prioridade às despesas com políticas favoráveis ao crescimento, como é o caso da educação e formação”.

<i>Objetivos Específicos do Eixo I do Programa</i>	<i>Alterações socioeconómicas</i>
<p><u>Adaptabilidade e ALV:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> Melhorar as condições de adaptabilidade dos trabalhadores Aumentar o nível de qualificação dos ativos Aumentar a eficiência e a eficácia da Administração pública 	<ul style="list-style-type: none"> Evolução positiva da participação da população entre os 25 e os 64 anos em aprendizagem (formal ou informal), mas com ritmo mais modesto face à média nacional; Variação positiva da estrutura da população empregada por nível de escolaridade completo, no sentido do aumento da absorção das qualificações mais elevadas. Entre 2007 e 2010 as evidências dessa evolução apresentam-se da seguinte forma: <ul style="list-style-type: none"> - em 2007, 73,2% da população empregada possuía habilitações iguais ou inferiores ao 3.º ciclo do ensino básico, face a 69,7% em 2010; - os empregados com ensino superior passaram dos 12,4% em 2007 para 14,2% em 2010; Alterações no padrão de entidades beneficiárias de ações na tipologia de Formação para a Administração Pública, de um padrão inicial caracterizado sobretudo por promotores da administração pública regional, com destaque para a Vice-presidência do Governo Regional da Madeira, para uma maior participação de entidades privadas e sindicatos (candidaturas correspondem a cerca de 50% dos projetos e do valor financeiro).
<p><u>Formação avançada:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> Apoiar o reforço da capacidade de inovação e desenvolvimento tecnológico regional Promover o emprego e a cultura científica e tecnológica Reforçar a formação avançada dos rh regionais 	<ul style="list-style-type: none"> Acréscimo residual do pessoal ao serviço com qualificação superior na Região: 0,46% com mestrado e 0,05% com doutoramento, em 2007; 0,49% com mestrado e 0,06% com doutoramento, em 2009; Acréscimo residual do pessoal em I&D na população ativa: 0,26% em 2007 e 0,3% em 2009 (Fonte: INE; Anuário Estatístico R.A. Madeira); Maior peso do setor Estado, face ao setor empresarial, no total da despesa em I&D na Região (Fonte: INE; Anuário Estatístico R.A. Madeira); Maior capacidade de absorção dos diplomados com bolsas de formação avançada apoiadas pelo RUMOS por parte da Administração pública (59,4% dos diplomados empregados), seguido do setor empresarial (27,6%); com destaque para os setores de atividade da Saúde e Educação (61,9% do total dos diplomados empregados). Fraca valorização por parte das entidades empregadoras da elevação das qualificações em matéria de formação avançada: apesar de uma apreciação globalmente positiva dos ex-bolseiros em relação à aplicação das aprendizagens adquiridas durante a formação no seu contexto profissional, reportam limitações que advêm sobretudo da fraca valorização da formação por parte da entidade empregadora/chefias (34,9% dos casos) e da organização do trabalho na instituição/ empresa, que não promove essa transferência (23,3% dos casos).

Vertente de Intervenção: Qualificação inicial

No plano da qualificação inicial, assistiu-se ao reforço da oferta de educação – formação com atribuição de dupla certificação, com contributos positivos na elevação dos níveis educativos e formativos da população regional e na capacidade de recuperação de alunos com insucesso escolar. O perfil de tipologias de qualificação inicial de jovens valoriza a aposta em percursos profissionalizantes que promovem a inserção no mercado de trabalho de jovens com médias qualificações, em percursos alternativos, como o sistema de aprendizagem, ou mais generalistas,

como os cursos profissionalizantes, contribuindo para o alargamento da oferta da Região e para uma maior capacidade de atração de jovens para o sistema de educação-formação.

A estratégia de aposta na diversificação da oferta de qualificação inicial de jovens revela resultados positivos na elevação das qualificações e no combate ao abandono escolar, assim como numa resposta positiva do mercado de trabalho às qualificações mais elevadas, o que vem reafirmar a relevância de dar sequência às principais linhas de intervenção das políticas de educação e formação em matéria de:

- Aposta na oferta profissionalizante, de forma a elevar a proporção de jovens que conclui o ensino básico e secundário;

- Reforço do objetivo de 12 anos de escolaridade obrigatória como uma prioridade da Região;

- Aposta em Cursos de Educação e Formação como estratégia de combate ao abandono escolar;

A diminuição da capacidade de absorção do mercado de trabalho pode ter efeitos positivos no prolongamento das estratégias de aprendizagem dos jovens. Importa, contudo, ter presente o risco de abandono escolar motivado pela degradação das condições económicas das famílias, sinalizado por algumas Entidades Beneficiárias.

É no plano da inserção profissional dos jovens que se desenham os maiores desafios, sendo os jovens, dos 15 aos 24 anos, o grupo mais afetado pelo desemprego na Região, seguindo uma tendência que se faz sentir um pouco por todo o país. Apesar das dificuldades que se colocam à entrada dos jovens no mercado de trabalho, o combate à baixa escolaridade e ao abandono escolar precoce constitui uma aposta de futuro. O grande desafio a este nível passa pela definição de uma oferta ajustada às principais necessidades da Região que se revele atrativa, tanto para os jovens como para o tecido empregador e que, apesar dos constrangimentos orçamentais sentidos pelas Entidades Formadoras (de entidades públicas, associativas e privadas), mantenha padrões elevados de qualidade, tanto em matéria de qualificação dos formadores, como das metodologias utilizadas. Nesta lógica, as Entidades inquiridas alertam para o facto de a oferta dirigida a jovens com qualificações inferiores ao 9.º ano de escolaridade e em risco de abandonar a escola estar concentrada nas escolas públicas, o que pode condicionar o leque de ofertas disponíveis para este público.

Vertente de Intervenção: Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida

A formação de ativos tem um peso determinante no conjunto do Eixo I e distribui-se por várias tipologias de intervenção no plano da Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida, incluindo intervenções que visam a qualificação de ativos inseridos em setores estratégicos, como os funcionários para a Administração Pública e os Docentes e Formadores.

Incluem-se igualmente tipologias alargadas aos ativos em geral, empregados e desempregados, como formação de Adultos, Ações RVCC e Qualificação/ Reconversão/ Aperfeiçoamento/ Especialização, orientadas para a recuperação do défice de qualificações e para a melhoria das condições de empregabilidade dos ativos. Ao desafio de reconversão, naturalmente lenta, da estrutura de qualificações dos ativos da Região, acresce a necessidade de (re)qualificar ativos desempregados e promover a manutenção do emprego dos ativos empregados, privilegiando a oferta formativa em setores importantes para o desenvolvimento da Região e com necessidade de recursos mais qualificados.

De uma forma global, as tipologias de intervenção existentes são consideradas ajustadas a este perfil de necessidades, porém subsistem segmentos da população cujas problemáticas de qualificação se revelam mais difíceis de trabalhar, designadamente os adultos com níveis de escolaridade muito baixos, incluindo adultos em situação de exclusão social. Refira-se que o Programa contempla intervenções especificamente dirigidas a esta população, nomeadamente a ação-tipo 1.2.5.3. Outras Formações. A informação recolhida no terreno que aponta para a escassez deste tipo de intervenções reflete as limitações da formação como instrumento de desenvolvimento das condições de inserção social destes públicos, bem como as necessidades de articulação com a intervenção no domínio do desenvolvimento social.

Vertente de Intervenção: Formação Avançada

No plano da Formação Avançada, as intervenções centram-se fundamentalmente nos Programas e nas Bolsas de Pós-Graduação, Mestrado, Doutoramento e Pós-Doutoramento (com pouca expressão noutros campos de aplicação da tipologia, como as Bolsas para Professores e Investigadores ou Cursos de Formação e Projetos de Investigação), no sentido de estimular o desenvolvimento da formação avançada. No perfil de apoios concedidos dominam as bolsas de pós-graduação e a abrangência de diplomados empregados na Região, sobretudo nos setores da Saúde e Educação, com efeitos pouco visíveis no plano da geração de novos negócios e de novos empregos em setores de I&D.

O processo de inquirição levado a cabo junto dos ex-bolseiros de bolsas de pós-graduação, mestrado, doutoramento e pós-doutoramento, revelam uma cultura organizacional pouco sensível à valorização da formação avançada. Com efeito, a falta de valorização por parte das entidades empregadoras sobre a importância da formação pós graduada e limitações impostas pela organização do trabalho na instituição/ empresa de enquadramento dos ex-bolseiros são os principais fatores condicionadores de uma aplicação mais efetiva das aprendizagens desenvolvidas, relevando um campo de desafio pertinente.

No plano das políticas de emprego, assiste-se a uma forte convergência com as opções das políticas ativas de emprego enquadradas pelo Plano Regional de Emprego. Neste plano, o desenvolvimento do Programa acompanhou um contexto de restrição de financiamento disponível para as medidas ativas de apoio à sustentação do emprego, em confronto com uma conjuntura em que a sua pertinência se revela cada vez mais necessária, como demonstram os indicadores abaixo identificados:

<i>Objetivos Específicos do Eixo II do Programa</i>	<i>Alterações socioeconómicas</i>
<ul style="list-style-type: none">• Apoiar a integração profissional de jovens• Desenvolver competências profissionais adequadas às exigências do mercado de trabalho• Promover o emprego e a empregabilidade	<ul style="list-style-type: none">• Agravamento do desemprego: taxa de desemprego na Região atingiu 13,9% no final do 1º Trimestre de 2011, um valor acima da média nacional (12,4%) (Fonte: INE).• Agravamento particular do desemprego masculino, de longa duração (Fonte: Instituto de Emprego da Madeira, dados de junho de 2010 e junho de 2011).• Agravamento do desemprego qualificado: agravamento do volume de inscritos nos Centros de Emprego com habilitações correspondentes ao ensino superior (+ 39,8%), bastante acima da variação global registada (16,5%); (Fonte: Instituto de Emprego da Madeira, dados de junho de 2010 e junho de 2011);• Redução da capacidade de criação de emprego no setor do comércio e serviços (em junho de 2011, 63% dos inscritos nos Centros de Emprego teve ocupação anterior nesse setor);• Persistência de reduzidos níveis de dinamismo do investimento económico-empresarial, com implicações na recessão do volume de emprego do setor estruturado da economia: entre 2007 e 2009, o volume de pessoal ao serviço decresceu cerca de três mil indivíduos, segundo os dados dos Quadros de Pessoal;• A recente pressão do serviço público de emprego no atendimento à população tem prejudicado uma atuação mais eficaz do serviço na captação de novas ofertas de emprego.

Políticas de emprego

A distribuição das tipologias de intervenção do Eixo Prioritário relativo ao Emprego e Coesão Social atribui prioridade de investimento ao apoio a estágios profissionais, à ocupação de desempregados e à formação-emprego. As restantes Tipologias, nomeadamente as iniciativas locais de emprego e as empresas de inserção colhem uma expressão limitada (4% e 5,7% do custo total elegível aprovado no Eixo II, em junho de 2011, respetivamente).

Segundo o Relatório de Monitorização do Programa Rumos relativo ao 1.º semestre de 2011, esta tendência reflete as dificuldades originadas numa envolvente desfavorável do mercado, que não proporciona condições de valorização económica dos bens e serviços limitando a sustentabilidade potencial das iniciativas de pequena escala de base local.

Com efeito, a envolvente desfavorável do mercado de trabalho tem conduzido à necessidade de ativação das políticas de emprego em múltiplas direções para responder a um volume crescente de beneficiários. Os desafios que se colocam neste nível são, assim, muito acentuados, nomeadamente no que respeita à conciliação da atribuição de apoios com estratégias de estímulo à atividade económico-empresarial, com potencial na criação de emprego e na absorção dos desempregados inscritos.

Que tipo de ajustamento deveria ser introduzido nas prioridades de intervenção e respetivas tipologias do PO de modo a dar uma resposta mais eficaz às necessidades atuais dos sistemas de educação, formação e emprego da RAM?

De uma forma global, a estrutura de tipologias de intervenção está bastante coerente com as atuais necessidades dos sistemas de educação, formação e emprego da RAM. Esta perspetiva é suportada tanto pelos representantes de entidades dos serviços públicos de emprego e educação entrevistados, como pelas entidades beneficiárias inquiridas, que demonstram uma apreciação positiva da orientação estratégica das tipologias de intervenção do Programa.

Com efeito, as Entidades questionadas acerca das propostas de melhoria a introduzir às tipologias de intervenção de Cursos Profissionalizantes, Cursos de Educação Formação, Formação para a Administração Pública e RVCC, concentram as propostas de melhoria a imprimir nestas tipologias de intervenção nos níveis seguintes:

(i) aspetos relacionados com a dimensão de operacionalização das ações, como o período de abertura de candidaturas, critérios de elegibilidade das entidades e recursos disponíveis (p.e., prazos de pagamentos de reembolso, necessidade de recrutamento de formadores especializados...);

(ii) o perfil de público – alvo a abranger, numa perspetiva de conferir maior amplitude de públicos abrangidos nas medidas de educação - formação, por via:

- do alargamento da faixa etária de referência [no caso dos Cursos de Educação Formação];
- da maior diversidade funcional (nos vários níveis hierárquicos das organizações) dos ativos abrangidos [no caso da Formação para a Administração Pública];
- da maior capacidade de absorção de beneficiários em processos de RVCC em situação de desemprego e em percursos de certificação do nível básico (6º e 9º anos de escolaridade) [no caso do Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências];
- da preferência a tipos de apoios que implicam um financiamento menor e por isso permitem alargar o leque de beneficiários apoiados, como no caso das bolsas de pós-graduação [no caso da tipologia de Programas e Bolsas de Pós-graduação/Mestrado/Doutoramento e Pós-Doutoramento];

Também no plano das medidas de apoio ao emprego e coesão social se equaciona o reforço dos beneficiários abrangidos, o que pode implicar ajustamentos à configuração dos apoios (p.e., redução da duração dos estágios, de 12 para 9 meses).

(iii) a dimensão de qualidade das intervenções, potenciada por via da capacitação técnica dos formadores, de um melhor ajustamento entre a formação e as necessidades prioritárias para o mercado de trabalho da Região, assim como por um melhor planeamento da oferta disponibilizada pelos diversos operadores da Região.

Esta visão é complementar com os elementos de natureza recomendatória que emanam dos Relatórios de Monitorização do Programa e que, no essencial, foram também validados pelos resultados da Avaliação de Operacionalização, designadamente:

Prioridade à formação de ativos em tipologias mais diretamente relacionadas com a adaptação e reconversão de competências aos desempregados. Com efeito, as Tipologias de intervenção no âmbito da Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida podem reforçar a sua relevância no suporte à reconversão profissional de desempregados, nomeadamente junto de população com baixos níveis de escolaridade. Importa ter presente, contudo, que são reportados níveis de dificuldade de captação do público para formação de longa duração, como os cursos EFA e, por outro lado, importa equacionar a complementaridade com outras ofertas disponíveis na Região, como o ensino recorrente.

Reforço das modalidades qualificantes da formação inicial de dupla certificação, nomeadamente através da conceção e desenvolvimento de ofertas formativas em áreas técnicas sectorialmente especializadas, tendo em vista reforçar os contributos para atenuar/corrigir défices de competências tecnológicas.

Esta prioridade remete para a necessidade de trabalhos sistemáticos de prospeção da procura, capazes de apoiar, de forma mais sustentável, o planeamento da rede de oferta dos vários operadores. Acresce que o alargamento da oferta profissionalizante mobiliza novos operadores, como as escolas públicas, com menos experiência na dinamização de ofertas profissionalizantes dirigidas a jovens (32,0% das Entidades Beneficiárias inquiridas responsáveis por Cursos de Educação Formação não possuíam oferta profissionalizante para jovens até 2007) e práticas de auscultação das necessidades de mercado de trabalho ainda pouco expressivas: do conjunto de 25 entidades que responderam ao inquérito às Entidades Beneficiárias responsáveis por Cursos de Educação Formação, apenas 12,0% refere inquirir entidades empregadoras para recolher informação de suporte à definição da oferta; no grupo de Entidades Beneficiárias responsáveis por Cursos Profissionalizantes, essa prática é mais frequente, sendo levada a cabo por 5 das 10 Entidades inquiridas.

Estímulo à conceção de iniciativas de formação de agentes do Estado, articuladas com o desenvolvimento de projetos de modernização e qualificação dos serviços públicos, potenciando a articulação com a tipologia de operação do Programa Intervir+ referente à Modernização Administrativa.

A este nível, os resultados do Inquérito aos Destinatários Finais de ações de Formação para a Administração Pública apresentam um perfil de respostas que valoriza, de forma bastante positiva, a relação entre a formação realizada e a sua relação com a situação profissional dos ativos e a melhoria da eficiência e eficácia da Administração Pública. Contudo, a relação entre a formação e a concretização de projetos de modernização administrativa (os exemplos mais frequentes são projetos de implementação tecnológica e processos de acreditação/ certificação e qualidade dos serviços) é sinalizada por apenas 1/3 dos ativos inquiridos, sendo por isso uma relação que pode beneficiar da articulação com o Programa Intervir+.

5.3. QUAL O GRAU DE CUMPRIMENTO DOS INDICADORES DE REALIZAÇÃO E RESULTADO DO PROGRAMA?

Qual o grau de cumprimento dos indicadores de realização face às metas programadas? Qual o grau de cumprimento dos indicadores de resultado face às metas programadas? Que fatores justificam desvios no cumprimento dos indicadores de realização e de resultado?

A análise dos indicadores físicos de realização do Programa apurados para os anos de 2008, 2009 e 2010 revela que na generalidade dos casos as metas definidas foram alcançadas e mesmo amplamente ultrapassadas.

No Eixo I – Educação e Formação, os indicadores relativos à vertente de intervenção “Adaptabilidade e aprendizagem ao longo da vida” (em particular, os indicadores relativos aos abrangidos oriundos dos setores público e privado em ações de formação e abrangidos em processos RVCC) são os que apresentam uma situação de maior distância positiva entre as metas e a execução, que aliás aumenta consideravelmente se atendermos ao indicador relativo à realização prevista/ aprovações. A elevada procura por parte dos ativos e o incremento da capacidade de apresentação de candidaturas por parte das entidades formadoras, que está associada ao forte incremento na Região de promotores oriundos do Continente, justificam esta tendência. Nas vertentes de intervenção “Qualificação inicial” e “Formação avançada”, mantém-se esta tendência mas a execução e as aprovações apresentam valores mais próximos. No primeiro caso importa considerar que se trata de ações de formação de longa duração, que exigem uma programação cuidada que dificilmente incorpora ajustamentos com significado em termos do número de beneficiários. No segundo caso, a elevada dinâmica da procura de apoios centra-se nos ativos empregados e mais recentemente nos jovens envolvidos na formação complementar de mestrado do ciclo de estudos superiores no âmbito do Processo de Bolonha.

No Eixo II – Emprego e Coesão Social constata-se uma situação geral em tudo similar à do Eixo I, embora a grandeza do valor das metas e da execução seja francamente inferior. O indicador associado à vertente de intervenção “Transição para a Vida Ativa” (nº de estagiários apoiados) apresenta valores muito significativos de execução, o que atesta a relevância deste instrumento de intervenção no quadro das políticas de emprego protagonizadas pelo IEM. De igual modo, o número de participantes apoiados no quadro das tipologias associadas à vertente de intervenção “Desenvolvimento do mercado social de emprego e apoio aos grupos desfavorecidos” apresenta também valores muito superiores às metas, mas neste caso o indicador engloba cinco tipologias distintas. A exceção a esta tendência geral de ultrapassagem das metas definidas centra-se na tipologia 2.1.2. Assistência e orientação para a inserção na vida ativa, que figura como uma tipologia sem execução. Esta situação decorre da opção do IEM de desenvolver este tipo de intervenção sem recorrer ao financiamento e de canalizar os valores disponíveis para reforçar outras tipologias.

Tabela 17. Indicadores de realização do Programa

Indicador	Meta 2007-2013 (Média anual)	2008		2009		2010	
		Realização efetiva (execução)	Realização prevista (aprovações) (1)	Realização efetiva (execução)	Realização prevista (aprovações) (1)	Realização efetiva (execução)	Realização prevista (aprovações) (1)
Eixo I- Educação e formação							
N.º de jovens abrangidos em ações de dupla certificação	1.600	1.901	2.914	1.669	2114	2.032	2575
N.º de ativos abrangidos em ações de formação	1.000	982	7.425	5.538	4389	3.434	0
N.º de Funcionários Públicos abrangidos em ações de formação	4.000	1.308	7.428	5.436	5452	6.259	7650
N.º de PME abrangidas por ações de formação-consultoria	50	0	510	55	510	184	0
N.º de professores e formadores abrangidos em ações de formação profissional	2.000	1.073	6.219	5.145	5926	3.268	3555
N.º de pessoas abrangidas em processos de reconhecimento e validação de competências	550	416	4.968	1.893	7913	2.248	950
N.º de pessoas que se encontram abrangidos por bolsas para professores/ /investigadores ou por programas e bolsas de pós – graduação, mestrado e doutoramento	200	348	465	565	165	421	112
Eixo II – Emprego e coesão social							
Nº de estagiários apoiados	230	0	852	1.439	835	1020	1171
Nº de jovens que frequentaram uma ação de informação e orientação profissional	350	0	0	0	0	0	0
Nº de postos de trabalho apoiados	144	17	174	97	212	296	270
Nº participantes apoiados	119	133	545	417	314	458	350
Nº de clubes de emprego apoiados	17	35	35	20	21	19	22
Nº participantes apoiados (Pessoas desfavorecidas, portadoras de deficiência, desempregados, ...)	432	760 (a)	1.714	2074 (b)	952	1772	2126

Fonte: SIIFSE; Relatório de execução de 2010.

(1) Realização Prevista (aprovações): muito embora esta informação não se encontre contemplada no modelo de quadro relativo à execução física do Anexo XVIII do Regulamento (CE) n.º 1828/2006, considera-se que, atendendo ao ano de reporte do Relatório Anual de Execução, os valores relativos às aprovações serão complementares aos valores relativos a realização efetiva na análise da execução e implementação dos Programas Operacionais; a) O valor executado de 2008 correto deveria ser 739 (soma da execução dos 4 projetos registados no siifse até 2008: 000452/2007/231, 000453/2007/233, 000454/2007/234 e 000455/2007/234, sendo o total correto, 2813; b) Inclui 1 projeto de 2007 que não foi considerado nos relatórios de execução anteriores: 000443/2007/232 (15 participantes)

Os valores dos indicadores de resultado do Programa relativos ao Eixo I Educação e Formação revelam que as metas estabelecidas foram superadas. O comportamento muito positivo dos indicadores de resultado relativos à componente de educação e formação, que estão orientados para medir, fundamentalmente, os resultados imediatos da participação dos jovens e ativos nas diversas tipologias, reflete a elevada dimensão do número de abrangidos, tal como foi apresentado na análise dos indicadores de realização.

Relativamente ao Eixo II, a maioria dos indicadores de resultado referem-se à criação direta de emprego e nesta matéria os resultados conseguidos apontam para comportamentos desiguais. As tipologias de ação inseridas nas vertentes de “Apoio ao emprego e desenvolvimento local” e “Desenvolvimento do mercado social de emprego e apoio aos grupos desfavorecidos”, alcançam resultados ao nível de emprego que superam ou igualam as metas definidas. Refira-se que no primeiro caso as metas definidas para a criação de emprego são modestas (25% dos participantes) atendendo a que se dirigem a públicos com múltiplas dificuldades de acesso ao mercado de trabalho, mas no segundo caso a meta definida (70% dos participantes) corresponde à criação de um número significativo de postos de trabalho.

O valor do indicador relativo à criação de emprego associada à Tipologia 2.1.1 Estágios Profissionais, em 2010, aquém da meta definida em cinco pontos percentuais, assume relevância no contexto do Programa e da importante medida de política de emprego regional que materializa. A debilidade do contexto socioeconómico, o conseqüente aumento do desemprego e as restrições no recrutamento por parte da administração pública, um importante espaço de enquadramento de estagiários, são os principais fatores que justificam que cerca de 40% dos jovens apoiados não estejam a trabalhar seis meses após o final do estágio.

Finalmente, uma referência para o indicador relativo à inserção dos jovens que frequentaram ações de informação e orientação, que não apresenta resultados porque, como foi referido anteriormente, também não regista realização.

Tabela 18. Indicadores de resultado do Programa

<i>Indicador</i>	<i>Unid de medida</i>	<i>Meta 2010</i>	<i>Meta 2015</i>	<i>Executado 2010</i>
Eixo I- Educação e formação				
N.º de diplomados com dupla certificação (9º ano de escolaridade e nível II e 12º ano de escolaridade e nível III)	nº	1.050	2.800	1.296
Taxa de participação da população ativa em ações de formação profissional	%	16%	28%	23,4%
N.º de adultos certificados em processos RVCC	nº	1.000	2.250	1.388
N.º de bolseiros apoiados que concluíram a pós-graduação, mestrado, doutoramento ou pós -doutoramento	nº	150	650	308
Eixo II – Emprego e coesão social				
% dos participantes que obtiveram emprego, 6 meses após a sua conclusão (tipologia 211 Estágios Profissionais)	%	63%	67%	58%*
% de jovens que tendo frequentado uma ação de informação e orientação profissional obtiveram emprego 12 meses após a sua participação	%	50%	50%	-
% de postos de trabalho criados**	%	100%	100%	85%*
% de clubes de emprego mantidos após um ano	%	90%	-	-

% dos participantes que obtiveram emprego, 6 meses após a sua participação (tipologias 2.2.1 Apoios à Contratação, 2.2.2. Apoios à Criação do Próprio Emprego, 2.2.3 Prémios à autocolocação, 2.3.4 Iniciativas Locais de Emprego)	%	25%	28%	32%*
% dos participantes que obtiveram emprego, 6 meses após a sua participação (tipologia 225 Formação/Emprego)	%	70%	74%	70%

Fonte: SIIFSE; Relatório de execução de 2010
* Dados Provisórios
** Postos aprovados em 2010 e criados até 19.05.2011

A análise do grau de cumprimento dos objetivos quantificados do Programa, traduzidos nos indicadores de realização física e de resultados previamente definidos, não deve ser dissociada da análise do nível de aprovação e de execução financeira alcançado. A realização física e os resultados alcançados até 2010, anteriormente explicitados pela análise dos indicadores de objetivo, são proporcionados pelo nível de compromisso e de execução alcançado pelo Programa até 2010.

Assim, à data de 31/12/2010, o nível de compromisso do Programa era já elevado, correspondendo o valor da aprovação a 82% do valor do Fundo programado, muito embora o nível de execução fosse pouco mais de metade deste valor relativo (43% do valor do fundo programado correspondia a despesa validada pela AG). A situação por Eixo Prioritário do Programa era, no entanto, diferenciada pois o Eixo II - Emprego e Coesão Social - apresentava um nível de compromisso e de execução superior aos respetivos valores médios do Programa, ou seja de 90% e 72%, respetivamente.

Tabela 19. Evolução anual acumulada dos indicadores financeiros (taxas em termos de FSE)

Eixos	Compromisso (AP/PG)				Execução (VAL/PG)				Realização (VAL/AP), até 31/12/2011
	até 31/12/2008	até 31/12/2009	até 31/12/2010	até 31/12/2011	até 31/12/2008	até 31/12/2009	até 31/12/2010	até 31/12/2011	
Eixo I	36,6%	60%	79%	100,2%	3,5%	19,0%	34,0%	47,8%	47,8%
Eixo II	29,8%	52%	90%	121,0%	4,4%	38,0%	72,0%	93,5%	77,3%
Eixo III	23,6%	33%	70%	82,5%	4,5%	15,0%	39,0%	46,7%	56,6%
Total	34,6%	58%	82%	104,9%	3,7%	23,0%	43,0%	59,0%	56,2%

Fonte: SIIFSE

À data de 31/12/2011 e em termos de valores do FSE, a taxa de compromisso do Programa ultrapassou os 100%, isto é o valor de Fundo aprovado (131.110.304 M€) era superior em cerca de 5 pontos percentuais ao valor programado (125 MEUROS), sendo que esta situação relativa era mais acentuada ao nível do Eixo II (121%). A taxa de execução média do Programa situava-se nos 59%, continuando o Eixo II a apresentar um valor relativo significativamente superior à média, de cerca de 94%.

Este maior nível de execução do Programa, no final de 2011, traduzir-se-á certamente em novos valores dos indicadores de objetivo, mas ainda indisponíveis aquando a realização desta análise. A atualização dos indicadores de realização e de resultado, como habitualmente, estará disponível após validação pela AG dos pedidos de saldo final e será informação a integrar no relatório de execução de 2011.

Tabela 20. Ponto de situação financeiro do Programa Rumos (31/12/2011)

Eixos	Programação 2007-2013		Aprovação até 31/12/2011		Execução até 31/12/2011		Pagamentos até 31/12/2011
	Despesa Pública	FSE	Despesa Pública	FSE	Despesa Pública	FSE	FSE
Eixo I	114.625.000	91.700.000	114.819.657	91.855.725	54.835.453	43.868.362	44.721.045
Eixo II	38.250.000	30.600.000	46.284.679	37.027.743	35.764.262	28.611.410	29.902.939
Eixo III	3.176.471	2.700.000	2.619.806	2.226.835	1.483.842	1.261.266	1.386.086
Total	156.051.471	125.000.000	163.724.142	131.110.304	92.083.557	73.741.037	76.010.070

Fonte: SIIFSE

A análise do nível de compromisso e de execução, a 31/12/2011, por vertente e tipologia de intervenção do Programa, permite destacar para além dos níveis médios alcançados pelo Eixo II, os elevados níveis de compromisso (184%) e de execução (148%) do Fundo destinado a apoiar ações da vertente da Transição para a Vida Ativa.

Relativamente ao Eixo I, há que destacar o elevado nível de compromisso do Fundo destinado a apoiar ações de Formação Avançada (133%) e ações que promovam a Aprendizagem ao Longo da Vida (118%).

Tabela 21. Indicadores financeiros por tipologia (31/12/2011)

Eixo/Tipologia de Operação	Taxas FSE		
	Compromisso (AP/PG)	Execução (VAL/PG)	Realização (VAL/AP)
Total Programa Rumos	104,9%	59,0%	56,2%
Eixo I - Educação e Formação	100,2%	47,8%	47,8%
Qualificação Inicial	88,4%	39,4%	44,6%
Adaptabilidade de Aprendizagem ao Longo da Vida	118,3%	61,4%	52,0%
Formação Avançada	133,0%	67,9%	51,0%
Eixo II - Emprego e Coesão Social	121,0%	93,5%	77,3%
Transição para a Vida Ativa	183,7%	148,1%	80,6%
Apoio ao Emprego e Desenvolvimento Local	90,3%	61,7%	68,3%
Desenvolvimento do Mercado Social de Emprego e Apoio aos Grupos Desfavorecidos face ao mercado de trabalho	99,3%	78,6%	79,1%
Eixo III - Assistência Técnica	82,5%	46,7%	56,6%

Fonte: SIIFSE

Em termos do contributo financeiro do Programa para os temas prioritários, tanto em termos da programação como da aprovação realizada até 31/12/2011, este concretiza-se sobretudo ao nível da melhoria do *capital humano* e ao nível da Melhoria do *acesso ao emprego e da sustentabilidade*.

Tabela 22. Distribuição do FSE por Tema Prioritário (31/12/2011)

	<i>Programação</i>		<i>Aprovação</i>		<i>Execução</i>	
	€	% FSE	€	Taxa	€	Taxa
Aumentar a adaptabilidade dos trabalhadores, das empresas e dos empresários	13.200.000	10,6	12.675.146	96%	7.859.104	60%
Melhorar o acesso ao emprego e a sustentabilidade	25.800.000	20,6	34.332.091	133%	26.889.973	104%
Melhorar a inclusão social dos mais desfavorecidos	9.700.000	7,8	6.987.821	72%	4.059.459	42%
Melhorar o capital humano	73.400.000	58,7	74.888.411	102%	33.671.236	46%
Mobilização para a reforma nos domínios do emprego e inclusão	100.000	0,1	0	0%	0	0%
Reforço de capacidade institucional aos níveis nacional, regional e local	100.000	0,1	0	0%	0	0%
Assistência técnica	2.700.000	2,2	2.226.835	82%	1.261.266	47%
Total Temas Prioritários	125.000.000	100,0	131.110.304	105%	73.741.037	59%
Total EARMARKING	122.100.000	97,7	128.883.468	106%	72.479.772	59%

Fonte: SIIFSE

Finalmente, convém referir que face ao elevado compromisso financeiro do Programa, que extravasa o valor de programação de Fundo Comunitário, por via da situação ao nível do Eixo II, foi solicitado em meados de 2011 e aprovado pela Comissão Europeia no final desse ano, a reprogramação financeira do Programa Rumos. O reforço do Fundo destinado ao Eixo II e no valor de 378 798 € corresponde a uma transferência de verba dos PO de assistência Técnica do QREN. Segundo informação da Gestão do próprio eixo, é ainda esperado um reforço por via da transferência de verba do Programa Intervir +, no valor de 10 MEUROS.

5.4. O PERFIL DE DESEMPENHO CORRESPONDE AO ESPERADO, EM TERMOS DE NECESSIDADES DE INTERVENÇÃO E DE COBERTURA DOS DESTINATÁRIOS-ALVO? QUAIS AS EXPLICAÇÕES PARA O PERFIL OBSERVADO?

Quais as alterações registadas ao nível da operacionalização das diversas tipologias, fatores explicativos e impacto no desenho do Programa? Em que medida os projetos aprovados cobrem as necessidades identificadas como prioritárias e os destinatários em sede de programação? O que justifica as dinâmicas de execução efetivamente verificadas e em que medida as opções de investimento respondem às necessidades de intervenção e de cobertura dos destinatários?

5.4.1. EIXO I EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

Vertente de Intervenção: Qualificação Inicial

Esta vertente de intervenção materializa a forte aposta do Programa na formação dos jovens, através dos cursos de dupla certificação (quatro tipologias distintas), dos cursos de especialização tecnológica e da educação especial.

O volume de investimento previsto para o período 2007/ 2010 corresponde a 63% do EP I e a taxa de compromisso de 67% em 2010 atesta a gestão equilibrada da dotação face à necessidade de assegurar a continuidade da oferta, em curso e prevista.

Em termos globais, a execução desenrolou-se de acordo com o previsto, registando-se uma elevada dinâmica de adesão aos concursos para apresentação de candidaturas. Até 2010 foram apresentadas 209 candidaturas, mais de 50% na tipologia 1.1.3. Cursos de Educação e Formação. A taxa de aprovação global é de 78%, com um valor máximo de 84% na referida tipologia, e o valor mínimo de 50% na tipologia 1.1.4. Cursos de Especialização Tecnológica.

A tipologia 1.1.1 Sistema de Aprendizagem é de todas as ofertas de dupla certificação a que regista um número menor de abrangidos (2008/ 104, 2009/ 30, 2010/ 83), mas dentro das expectativas definidas para esta modalidade.

A tipologia 1.1.4. Cursos de Especialização Tecnológica, revela-se pelo número e características dos abrangidos com um significado particular no quadro das ofertas qualificantes para jovens. Em termos de abrangidos, regista-se um crescimento com significado – 2008/ 69, 2010/ 202, que reflete uma procura crescente. Esta procura é diversificada, inclui ativos empregados e desempregados que procuram uma especialização profissional e abrange, por isso, um leque etário mais dilatado do que é habitual na formação de jovens.

No que se refere às tipologias sujeitas a análise aprofundada a informação recolhida através de inquérito e de entrevista permite uma análise mais detalhada do seu perfil de desempenho.

1.1.2 Cursos Profissionalizantes (Escolas de Turismo e Ensino Profissional)

Trata-se de uma oferta que se tem vindo a consolidar ao longo dos anos e a mobilizar jovens que procuram de forma cada vez mais esclarecida uma oportunidade de prosseguimento de estudos por via da dupla certificação. Esta procura tende a alargar-se para jovens com mais de 25 anos que interromperam o percurso escolar. Por parte das empresas, estas ofertas colhem uma boa receptividade, não tendo sido reportadas dificuldades de acolhimento de jovens em formação em contexto de trabalho.

As Escolas Profissionais da Região e a Escola de Hotelaria e Turismo são os principais promotores desta modalidade de formação, a que se juntam, embora com menor representatividade outros estabelecimentos, nomeadamente escolas do sistema regular de ensino.

Na generalidade dos casos trata-se de escolas com significativa experiência em matéria de formação cofinanciada e com um historial de formação com significado. Esta condição justifica o facto de a generalidade das entidades inquiridas⁶ não reportarem ajustamentos significativos aos projetos aprovados.

Os mecanismos de apoio à definição dos cursos, de acordo com a mesma fonte de informação, apresentam uma diversidade assinalável – “inquirição a entidades empregadoras”, “explicitação dos interesses/ necessidades de formação por parte dos jovens” e “consulta de referenciais e estudos de âmbito nacional, regional ou sectorial”.

1.1.3 Cursos de Educação e Formação

Esta tipologia corresponde à generalização da formação de dupla certificação nas escolas do ensino público regular, sobretudo CEF tipo 2 e 3, vocacionada para os jovens em risco de abandonar precocemente a escola, permitindo a conclusão do 9.º ano, através de um percurso escolar e formativo com a duração de um ano.

O balanço global por parte da DRQP e das entidades beneficiárias é positivo em termos de recuperação dos jovens, que sem esta oferta estariam fora do sistema de ensino e, eventualmente, a trabalhar mas sem qualquer qualificação profissional. Contudo, mantém-se um certo estigma social sobre esta oferta e a componente profissional aparenta debilidades e é perspetivada como meio de trabalhar a retenção e o insucesso e não como verdadeira oportunidade de qualificação profissional. A intenção de concentração desta oferta nas escolas públicas é olhada com algum criticismo por parte de algumas entidades beneficiárias, porque consideram que reduz o leque de ofertas disponíveis para este público.

As diferenças entre as datas de abertura dos concursos e o calendário escolar, bem como os constrangimentos de ordem financeira, relacionados com a comparticipação regional, foram elencados como condições desfavoráveis às atividades das escolas e dos cursos. Refira-se que de acordo com o inquérito aplicado às entidades beneficiárias⁷, 80% das entidades não tinham experiência em termos de formação cofinanciada anterior a 2007, o que implicou um trabalho de adaptação às regras do financiamento do FSE.

De uma forma geral, e de acordo com a mesma fonte, os desvios da execução dos projetos não são expressivos – são referidos por cerca de ¼ das entidades inquiridas. Quando ocorrem centram-se maioritariamente na “cobertura de necessidades não previstas inicialmente” e na “redução do número de abrangidos”, neste caso representam sérias dificuldades para as EB que perante a desistência dos formandos veem reduzida a comparticipação.

Para a definição dos cursos assume forte relevância a “explicitação dos interesses/ necessidades de formação por parte dos jovens”, a que se segue a “consulta de referenciais e estudos de âmbito nacional, regional ou sectorial”.

Vertente de Intervenção: Adaptabilidade de Aprendizagem ao Longo da Vida

Esta vertente de intervenção inclui tipologias diversificadas que se orientam para cobrir necessidades de formação e destinatários muito variados. O volume de investimento no período 2007/ 2010 corresponde a 38% do EP I e a taxa de compromisso de 98% em 2010 indica que esse investimento será executado sem dificuldades.

Numa ótica de análise global a execução desenrolou-se de acordo com o previsto, registando-se uma elevada dinâmica de adesão aos concursos para apresentação de candidaturas.

Foram apresentadas 710 candidaturas, com particular relevo para as tipologias 1.2.1 Cursos de Qualificação para Ativos (248 candidaturas), 1.2.5 Formação de Adultos (122 candidaturas), 1.2.4. Formação de Docentes e Formadores e 1.2.2 Formação Profissional da Administração Pública;

⁶ Responderam ao inquérito 10 entidades beneficiárias (100% do universo).

⁷ Responderam ao inquérito 25 entidades beneficiárias (89% do universo).

Estes valores sinalizam a elevada procura das tipologias integradas nesta vertente, que não corresponde necessariamente a igual capacidade de execução, na medida em que só foram aprovadas 287 candidaturas, o que representa uma taxa média de aprovação de 40%. Ainda assim, a DRQP considera que a qualidade média das candidaturas está a melhorar. Exceto nos casos das tipologias 1.2.6 Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências e 1.2.7. Apoio à Produção de Recursos e Materiais Didáticos, registam-se taxas de aprovação abaixo dos 75%. A tipologia 1.2.5 Formação de Adultos apresenta o valor mínimo de aprovação (24%), que se justifica pelo facto de aproximadamente metade das candidaturas (cerca de uma centena) terem sido apresentadas por um único operador, tendo sido reprovadas na sua totalidade.

O nível de adesão aos concursos de abertura de candidaturas reflete o alargamento do mercado de oferta de formação na Região, que conta atualmente com um grupo muito ativo de promotores oriundos do Continente, que por sua vez encontram elevada receptividade às suas propostas de formação por parte dos ativos das organizações públicas e privadas da Região.

A informação recolhida através de análise documental e nas entrevistas não indicia alterações significativas ao nível das condições gerais previstas para a operacionalização das diversas tipologias, exceto no caso da tipologia 1.2.5 Formação de Adultos, que funciona atualmente como uma medida de apoio aos desempregados, com particular significado no caso da subação 1.2.5.2 Formação Modular.

Esta tipologia está a ser desenvolvida em articulação direta com o IEM que seleciona os formandos e as áreas de formação a desenvolver numa lógica de percursos de formação até 175 horas. A realização da formação está centrada em entidades formadoras com Centro Novas Oportunidade, e as áreas de formação predominantes orientam-se para competências básicas de empregabilidade, como é o caso da informática.

No que se refere às tipologias sujeitas a análise aprofundada a informação recolhida através de inquérito permite sinalizar outros aspetos com importância para a análise do seu perfil de desempenho.

1.2.2 Formação Profissional da Administração Pública

Inicialmente predominavam promotores da administração pública, com destaque para a Vice-presidência do Governo Regional da Madeira mas os privados e sindicatos foram ganhando peso, incluindo um grupo com relevância de entidades do continente - as suas candidaturas correspondem a cerca de 50% dos projetos e do valor financeiro.

O inquérito aplicado às entidades beneficiárias⁸ revela as seguintes características dos promotores e da organização da oferta de formação:

- para cerca de 1/3 das entidades o Programa Rumos corresponde às primeiras experiências como promotores de formação para a administração pública; a contratação de entidade externa e o recurso a uma combinatória de formadores externos e internos são as modalidades predominantes para a execução da formação;
- a auscultação de entidades empregadoras é o principal mecanismo para o diagnóstico das necessidades de formação; sendo que a definição dos cursos está fundamentalmente orientada para a resposta a necessidades de atualização/ aperfeiçoamento de competências e estratégias de modernização e reorganização dos serviços.

A informação recolhida através de entrevista e do estudo de caso não evidencia uma relação tão marcante entre os projetos de formação e as abordagens estruturadas de levantamento de necessidades de formação. Por outro lado, essa informação também não permitiu recolher evidências da relação dos projetos de formação com uma “estratégia regional de formação profissional na administração pública e administração local”, conforme estabelecido no Regulamento Específico do Programa.

⁸ Responderam ao inquérito 26 entidades beneficiárias (81% do universo);

No caso estudado – uma autarquia local – os critérios que sustentam a escolha dos cursos resultam menos de uma abordagem estratégica às necessidades de formação da organização no seu conjunto e mais do cruzamento da iniciativa dos proponentes internos com o facto de serem domínios onde no passado havia omissão de realização de formação. A Câmara realiza todos os anos um diagnóstico de necessidades, através da aplicação de inquérito às chefias intermédias, que auscultam os funcionários. Este parece ser, porém, um exercício relativamente administrativo insuficientemente articulado com um quadro de planeamento estratégico para a organização, ou pelo menos com cada um dos serviços e departamentos da autarquia.

O inquérito às entidades beneficiárias revela ainda que os projetos aprovados não sofreram alterações com significado, exceto os ajustamentos normais em termos de cronograma e cursos que resultam do adaptação dos projetos às datas de aprovação, à dinâmica das instituições, e em alguns casos, a mudanças de legislação.

1.2.6 Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências

A rede regional é composta por cinco CNO, que têm acolhido um número significativo de adultos, cujo perfil dominante de ativos empregados está atualmente a ser substituído pela presença mais significativa dos desempregados. Esta mudança de perfil dos adultos tem colocado novos desafios às equipas técnicas, na medida em que as competências informais e não formais destes adultos se revelam menos adequadas ao objetivo de certificação escolar.

O inquérito aplicado às entidades beneficiárias⁹ (uma escola profissional, uma escola básica/secundária e duas associações) revela que as entidades promotoras possuem experiência com significado na educação e formação de adultos, mas dada a inovação desta abordagem a nível nacional serão detentores de reduzida experiência em processo de certificação de competências informais e não formais.

As necessidades de ajustamento em termos das etapas de intervenção dos CNO estão centradas nas componentes de diagnóstico de necessidades e triagem dos adultos e não nas etapas nucleares do processo RVCC. Esta opinião reflete a procura dos CNO por parte de públicos cujas condições de certificação de competências se revelam menos favoráveis aos princípios e metodologias em causa e à dificuldade em encontrar outras respostas que promovam a sua qualificação escolar e profissional. É também sinalizada, mas com menor ênfase, a dimensão do acompanhamento do Plano Pessoal de Desenvolvimento.

Vertente de Intervenção: Formação Avançada

Esta vertente de intervenção integra quatro tipologias, tendo sido contempladas para o Estudo duas delas: 1.3.1. Bolsas para Professores e Investigadores e 1.3.2. Programas e Bolsas de Pós-Graduação / Mestrado / Doutoramento e Pós-Doutoramento. A Formação Avançada representa 5% do volume de investimento aprovado para o RUMOS e 8% para o Eixo I até ao final de 2011, que se traduz em 133% do total de investimento programado (taxa de compromisso).

A meta média anual definida para o período 2007-2013 foi de 200 pessoas abrangidas por bolsas para professores e investigadores ou por programas e bolsas de Pós-graduação, Mestrado, Doutoramento ou Pós-doutoramento, tendo-se verificado uma duplicação em termos do número de abrangidos face à meta prevista ao longo do período temporal que decorreu entre 2008 a 2010. No entanto, de acordo com o Relatório de Execução 2010 do Programa, perspetiva-se “alguma desaceleração nos próximos anos, o indicador deverá registar em 2015 valores próximos da meta definida”.

Em termos relativos, a tipologia 1.3.1 tem uma baixa expressão das pessoas abrangidas, sendo que em 2008 representava apenas 2% das 348 pessoas abrangidas, em 2009 6% das 565 abrangidas e em 2010 representava 1% das 421 abrangidas.

⁹ Responderam ao inquérito 4 entidades beneficiárias (100% do universo); não foi inquirido o CNO da DRQP.

A tipologia 1.3.2. Programas e Bolsas de Pós-graduação/ Mestrado, Doutoramento e Pós-doutoramento apresenta como única entidade beneficiária o Centro de Ciência e Tecnologia da Madeira (CITMA) conforme previsto em sede de regulamento, que viu aprovados: 1 projeto em 2007, 1 projeto em 2008, 4 projetos em 2009 e 4 projetos em 2010. A esses projetos correspondeu um número médio anual de 430 participantes no período de tempo que decorreu entre o ano de 2008 e 2010, que se materializaram em 558 indivíduos com bolsa, dado que na generalidade dos casos a frequência da formação superior aqui contemplada abrange mais do que um ano civil.

A análise do perfil de abrangidos revela que 55% se encontravam a trabalhar em instituições de natureza pública, 30% em instituições de natureza privada, 10% encontravam-se desempregados e 4% eram funcionários da Universidade da Madeira.

A dinâmica gerada pela procura por esta tipologia foi elevada ultrapassando consideravelmente a meta média anual pré-definida (200 participantes por ano). Segundo transmitido pelo CITMA em sede de entrevista, a principal motivação da procura assenta numa estratégia de investimento em estratégias de Aprendizagem ao Longo da Vida (ALV) e de prosseguimento de estudos (como fuga ao desemprego no caso dos mestrados), tendo uma menor relação com o incremento da cultura e investigação científica ou com o emprego e empregabilidade.

Ora, considerando que, no que se refere ao tipo de bolsas atribuídas até ao final de 2010, a maioria (52%) se destinava à realização de cursos de pós-graduação, seguindo-se os programas de mestrado (35%), os programas de doutoramento (11%) e, por fim, os programas de pós-doutoramento (1%), pode verificar-se que:

- um menor peso de mestrados e de doutoramentos (e pós-doutoramentos) face às pós-graduações, conducente à realização de dissertações e teses capazes de produzir reflexão e contributo para o sistema científico, evidencia, de facto um contributo potencial menor para a cultura e investigação científica face a uma estratégia mais purista de ALV;

- a procura pela frequência de cursos de pós-graduação mesmo que associada a estratégias de ALV pode não excluir aspetos diretamente ligados à melhoria da empregabilidade, à obtenção ou melhoria da qualidade do emprego.

Na verdade, analisando os motivos apresentados pelos bolseiros com formação concluída, inquiridos pela equipa de avaliação, é possível constatar que para 64% dos mesmos, a principal razão para frequentarem a formação foi “desenvolver conhecimentos e competências relacionadas com a atividade profissional”, seguindo-se “melhorar as perspetivas de carreira (mudança de funções e/ou aumento de salário) expresso por 15% e “ter mais hipóteses de encontrar ou mudar de emprego” (para 8%). Apenas 13% apresenta motivos que se podem associar a uma estratégia de ALV quando afirma que o fator determinante para frequentar a formação foi “desenvolver conhecimentos e competências de interesse pessoal ou “obter uma qualificação escolar mais elevada”.

5.4.2. EIXO II EMPREGO E COESÃO SOCIAL

O Eixo II representa 28% do investimento total aprovado para o Programa Rumos até ao final de 2011 e apresenta uma taxa de compromisso face ao investimento programado equivalente a 121%. Esta taxa resulta da necessidade de reforçar as medidas de política ativa de emprego para responder à elevada dinâmica de crescimento do desemprego. Dado que na Região estas medidas estão concentradas no Eixo II do Programa Rumos, o aumento da capacidade de resposta pressupõe o reforço do Fundo, tal como já foi estabelecido.

Em geral, os níveis de realização das tipologias do Eixo II excedem as metas programadas, sobretudo para as tipologias sujeitas a aprofundamento. O número médio anual de postos de trabalho apoiados no período 2008-2010 ficou ligeiramente abaixo da meta (135 apoiados; 144 programados).

Considerando as tipologias sujeitas a aprofundamento, são as mulheres (grupo desfavorecido perante o mercado de trabalho) que mais beneficiam da participação nas tipologias do Eixo II. Este é

um grupo que tipicamente é considerado mais desfavorecido perante o mercado de trabalho. Porém, no contexto atual da RAM o desemprego é maioritariamente masculino, fruto da conjuntura desfavorável em setores de atividade económica (por exemplo, construção civil) com profissões protagonizadas maioritariamente por homens e da criação de emprego em setores de atividade (retalho) com profissões com um maior peso de mulheres.

Os jovens são parcialmente cobertos pela tipologia Estágios Profissionais, e as tipologias Formação/Emprego e, principalmente, Ocupação de Desempregados privilegiam a intervenção junto dos indivíduos menos escolarizados.

Vertente de intervenção: Transição para a Vida Ativa

A vertente de intervenção Transição para a Vida Ativa representa 44% do investimento aprovado para o Eixo II até ao final de 2011 e 12% para o PO, sendo que a taxa de compromisso se situava nessa data em 184%. Esta vertente inclui apenas a Tipologia 2.1.1 Estágios Profissionais.

O número de participantes no Programa de Estágios Profissionais cresceu entre 2008 e 2010 e estabilizou em 2011 fruto da gestão financeira associada ao montante programado ainda disponível até ao final do período de vigência do QREN. Assim, as taxas de aprovação referentes ao número de candidaturas, começaram por apresentar registos bastante elevados (94%, em 2008) tendo descido para níveis abaixo dos 70% nos anos subsequentes. Com maior detalhe podemos observar que o número de participantes cresce entre 2008 e 2009 apesar das taxas de aprovação terem diminuído, o que resulta de um aumento da pressão da procura pela medida. Este aspeto decorre de alterações registadas ao nível da operacionalização desta tipologia dado que a partir de 2009, o público-alvo considerado passou a abranger também os jovens com o ensino secundário até 25 anos, contrariamente ao que sucedia anteriormente, além disso os estágios passaram de 9 para 12 meses de duração.

A tipologia ultrapassa largamente a meta definida em sede de programação, não conseguindo, no entanto, dar resposta ao volume de procura, que uma vez em excesso é reencaminhada para outras respostas do foro formativo ou de oferta de emprego, nomeadamente a partir da rede EURES, consoante o perfil do candidato.

Vertente de intervenção: Apoio ao emprego e desenvolvimento local

A vertente de intervenção Apoio ao emprego e desenvolvimento local representa 23% do investimento aprovado para o Eixo II até ao final de 2011 e 7% para o PO, sendo que a taxa de compromisso se situava nessa data em 90%.

2.2.5 Formação/Emprego

O número de participantes no programa Formação/Emprego começou por ser elevado (417 participantes em 2008) face à meta, tendo começado os níveis de procura e as taxas de aprovação a diminuir, reduzindo-se o número de participantes no programa para 166 em 2011 (conforme dados disponibilizados pelo IEM). Este programa é procurado pelos empregadores, sobretudo, para fazer a formação inicial, de integração no posto de trabalho, no momento de recrutamento de novos colaboradores, inclusive aquando da abertura de novos estabelecimentos.

A conjuntura económica desfavorável marca indiscutivelmente a dinâmica da procura da medida, mas no contacto com o serviço do emprego foram identificados outros fatores explicativos, nomeadamente o fato desta tipologia apresentar elevados níveis de empregabilidade (70%), o que resulta num baixo *turnover* dos novos colaboradores na empresa. Este aspeto tem inclusive contribuído para uma diversificação das entidades empregadoras participantes no programa. Inicialmente era o setor hoteleiro o principal beneficiário, tendo ocorrido uma diversificação para outros subsectores dos serviços como é o caso do retalho ou das limpezas.

Vertente de intervenção: Desenvolvimento do mercado social de emprego e apoio aos grupos desfavorecidos face ao mercado de trabalho

A vertente de intervenção Desenvolvimento do mercado social de emprego e Apoio aos grupos desfavorecidos face ao mercado de trabalho representa 33% do investimento aprovado para o Eixo II até ao final de 2011 e 9% para o PO, sendo que a taxa de compromisso se situava nessa data em 99%.

2.3.4 Ocupação de Desempregados

O número de participantes apoiados no âmbito do Programa de Ocupação de Desempregados é bastante elevado: As taxas de não aprovação surgem, algumas das vezes, para evitar a concentração de apoios numa mesma entidade. O ano de 2010 correspondeu ao ano em que se registou o número mais elevado de destinatários apoiados, aspeto que se deveu sobretudo à articulação com as atividades programadas no programa de reflorestação após incêndios e às atividades associadas à recuperação da cidade do Funchal após a tempestade registada em 20 de fevereiro de 2010.

A taxa de empregabilidade (35%) é significativamente superior à meta definida (25%). Registe-se que o público-alvo apresenta diversas fragilidades do ponto de vista da sua relação com o mercado de trabalho – é uma das medidas destinadas aos públicos mais fragilizados perante o mercado de trabalho – e consequentemente das competências básicas de empregabilidade. A ocupação em contexto de trabalho é relevante por forma a aproximar os beneficiários do mercado de trabalho, permitindo desenvolver um conjunto de competências ao saber-estar em contexto de trabalho, mas para alguns públicos este tipo de intervenção é manifestamente insuficiente, tendo em consideração a complexidade de condições e fatores que limitam a promoção da sua empregabilidade.

A integração nesta tipologia de intervenções de aspetos associados a qualificação estruturada destes públicos e de serviços de apoio à resolução de outros domínios de exclusão social identificados como problemáticos, extravasa aquilo que é o quadro de intervenção IEM nesta matéria, apelando por isso a uma forte articulação com as organizações da área do desenvolvimento social.

Apesar deste facto, a intervenção do IEM poderá ser melhorada no que se refere aos programas de ocupação de desempregados por via de intervenções personalizadas para cada desempregado integrado no Programa de Ocupação, nomeadamente através da definição de um plano de aquisição de competências durante a sua integração em posto de trabalho que assegure uma orientação ao investimento feito pelas múltiplas partes de todo o processo e que deve ser ajustado à situação de cada destinatário. Note-se que em sede de estudo de caso, foi possível aferir que as entidades acolhedoras sugerem como necessidade de ajustamento desta tipologia a uma melhor clarificação das obrigações respeitantes à formação e ao seu papel enquanto organização acolhedora. Refira-se ainda que o facto da taxa de empregabilidade ser superior à prevista poderá estar relacionado com o facto de, ainda assim, 22% dos participantes possuírem pelo menos o nível de ensino secundário completo.

Apesar de, em termos globais, se registar um desempenho do Eixo II correspondente ao esperado e, em alguns casos, melhor do que o esperado, o desafio colocado pela conjuntura no que se refere à criação de emprego e melhoria de empregabilidade conduziu a que, presentemente, as tipologias de intervenção estejam a ser sujeitas a alterações na sua forma de operacionalização, bem como aprofundamento da parceria com a DRQP, no sentido de assegurar um programa formativo para desempregados sem subsídio de desemprego, de modo a dar resposta à elevada taxa de desemprego e com o objetivo de envolver um maior número de destinatários finais.

5.5. OS NÍVEIS DE REALIZAÇÃO E DE RESULTADOS PERMITEM CARACTERIZAR AS TRAJETÓRIAS DE CONCRETIZAÇÃO DE IMPACTOS AO NÍVEL DOS PRINCIPAIS OBJETIVOS GERAIS (OU ESTRATÉGICOS) DO PROGRAMA?

Quais são os contributos específicos das diversas vertentes de intervenção do Programa Rumos para os diversos objetivos de caráter estratégico assumidos?

5.5.1. EIXO I EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

1.1.2 Cursos Profissionalizantes

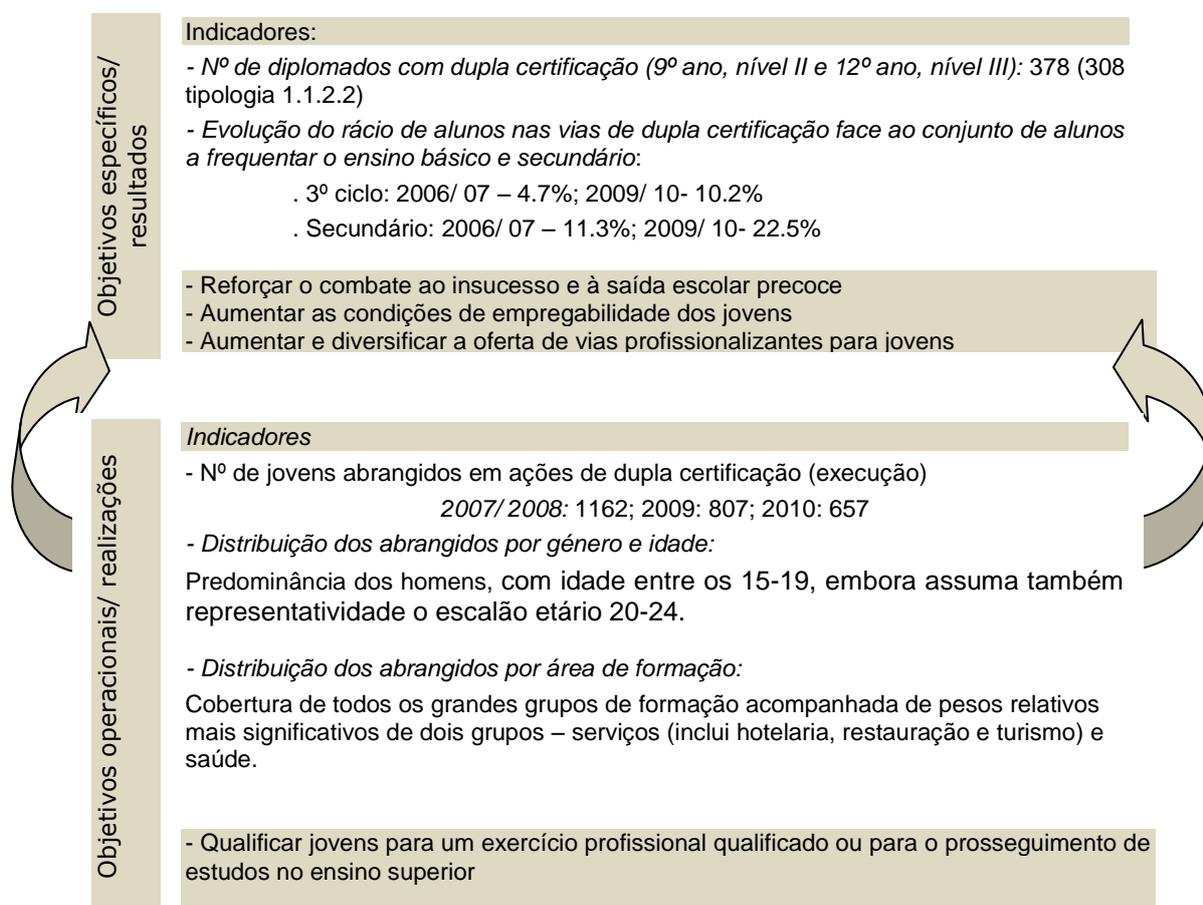
Os projetos de formação desenvolvidos no âmbito da tipologia envolveram um número significativo de jovens, com peso muito expressivo da subação 1.1.2.2. Ensino Profissional, em que predominam os homens, ainda que de forma ligeira, e o escalão etário 15-19, embora assumam também representatividade o escalão 20-24. Os projetos organizados em percursos longos de três anos cobrem todos os grandes grupos de formação e apresentam uma incidência mais forte em dois grupos principais: serviços (inclui hotelaria, restauração e turismo) e saúde.

Entre os anos letivos de 2006/07 e 2009/10 duplicou o peso dos alunos das vias profissionalizantes (básico e secundário) no total de alunos a frequentar esses níveis de ensino, e no caso desta tipologia é particularmente relevante a evolução no secundário na medida em que a maioria dos cursos referem-se a este nível. O número de diplomados no período de 2007/10 é de 378, um valor substancialmente inferior aos abrangidos dado que se trata de formações de longa duração.

O inquérito aplicado às entidades beneficiárias permite sinalizar aspetos complementares das realizações e dos resultados:

- As entidades beneficiárias têm uma perceção muito positiva dos resultados alcançados em termos da qualificação escolar, do combate ao insucesso e ao abandono, do desenvolvimento das competências técnicas específicas e da inserção profissional – todas estas dimensões são pontuadas como “contributo forte”.
- Cerca de um 1/3 das entidades inquiridas pontua com “contributo médio” a ação dos projetos realizados para o desenvolvimento de competências relevantes para a construção das condições de empregabilidade dos jovens – as competências interpessoais e sociais, p.e. cumprimento de regras, trabalho em equipa, iniciativa ...
- Não foram identificados fatores, externos e internos, com impacto marcadamente negativo ao nível da concretização dos objetivos dos projetos.

Tabela 23. 1.1.2 Cursos Profissionalizantes – síntese das realizações e dos resultados



Fonte: SIIFSE (informação disponibilizada pela DRQP); Estatísticas da Educação, GEPE.

Tendo em consideração a informação relativa ao desempenho global da tipologia e aos indicadores de realização e resultado pode-se afirmar o seguinte quanto aos objetivos específicos da tipologia:

- O contributo para o aumento das condições de empregabilidade dos jovens parece evidente por aquilo que é o cerne da sua ação e pelo seu lugar no âmbito da oferta de formação de dupla qualificação. De facto, dado o seu historial os Cursos Profissionalizantes apresentam uma estruturação consolidada, que não contraria as necessárias evoluções, e uma capacidade de afirmação junto dos potenciais empregadores, com reconhecimento crescente. As áreas de formação da hotelaria e turismo constituem uma marca desta tipologia, mas a diversidade de áreas de formação acentua também a sua capacidade de adaptação às necessidades da Região.

- A relação da tipologia com o objetivo “reforçar o combate ao insucesso e à saída escolar precoce” é também significativa, se bem que a sua apreciação deva ser ponderada face aos seguintes aspetos. É óbvio que a tipologia acolhe jovens com percursos escolares descontinuados ou problemáticos e, neste sentido, constitui uma das várias opções para reter os jovens no sistema escolar e de formação. Contudo, a informação recolhida aponta para uma tendência crescente de procura por parte de jovens que assumidamente pretendem obter uma qualificação profissional, e deste modo ingressar no mercado de trabalho. Neste sentido, pode-se afirmar que a relação da tipologia com este objetivo terá mais a ver com situações específicas de escolas/ cursos/ contextos sociais e menos com a sua orientação efetiva.

- Relativamente ao objetivo relacionado com o aumento e diversificação da oferta de vias profissionalizantes para jovens, a tipologia assume um contributo significativo na medida em que há um reforço desta oferta e do número de abrangidos, portanto, verifica-se o aumento e relevância destas.

1.1.6 Cursos de Educação e Formação

Os projetos de formação desenvolvidos no âmbito da tipologia envolveram um número significativo de jovens. Nos anos 2007/08 e 2009 o valor dos abrangidos é inferior à tipologia 1.1.2. mas no ano 2010 é claramente superior. Predominam os homens, ainda que de forma ligeira, com idade entre os 15-19. O escalão etário 20-24 assume também representatividade, sobretudo no ano de 2009, em que representava cerca de 25% dos abrangidos.

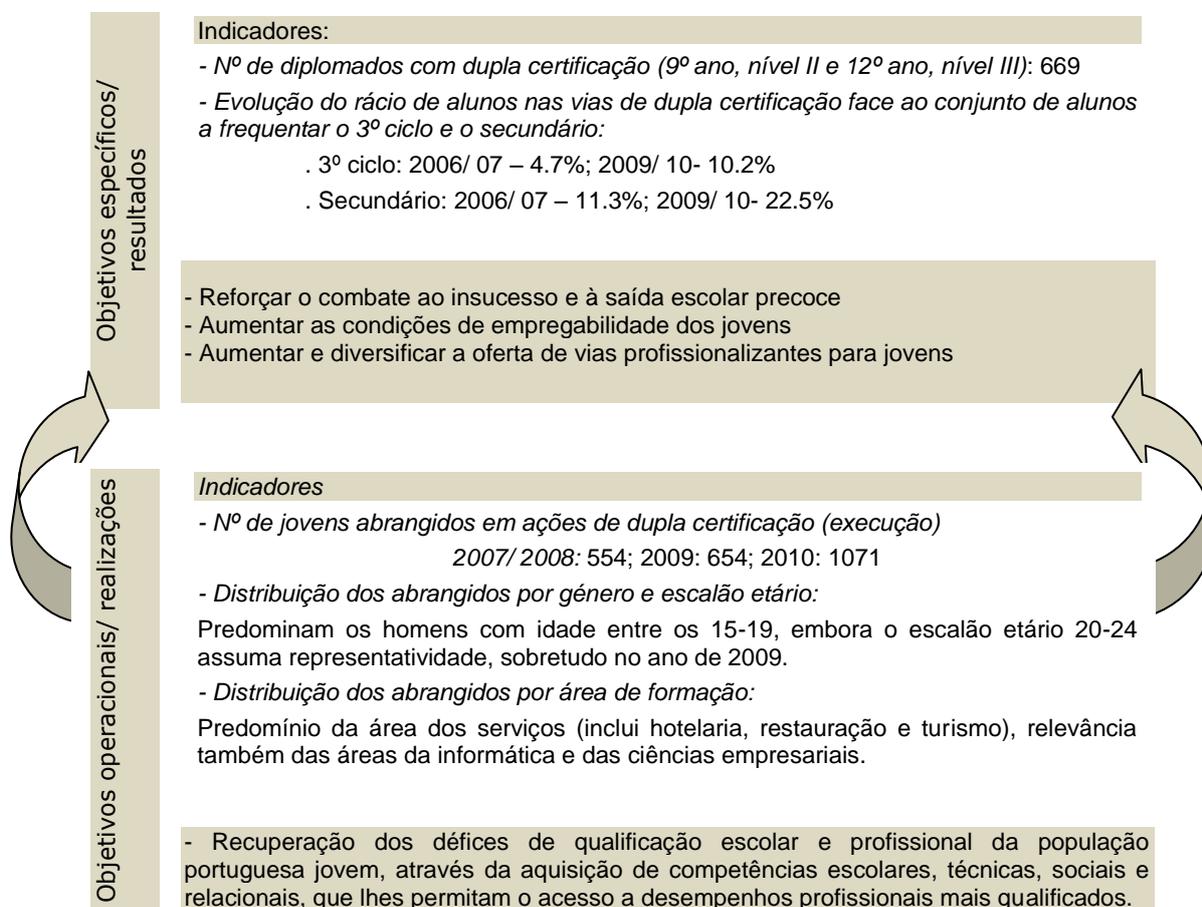
Estas ações de formação organizadas em percursos de um ano cobrem todos os grandes grupos de formação com predomínio para as áreas dos serviços (inclui hotelaria, restauração e turismo). Refira-se também a relevância das áreas da informática e das ciências empresariais e a incursão em áreas pouco tradicionais na formação dos jovens, como é o caso da agricultura.

- Entre os anos letivos de 2006/07 e 2009/10 duplicou o peso dos alunos das vias profissionalizantes (básico e secundário) no total de alunos a frequentar esses níveis de ensino, e no caso desta tipologia é particularmente relevante a evolução ao nível do 3º ciclo, na medida em que a sua orientação primordial é a de permitir uma via alternativa para a finalização do ensino básico. O número de diplomados no período de 2007/10 é de 669, o que duplica o número de diplomados associado à tipologia 1.1.2 Cursos Profissionalizantes.

O inquérito aplicado às entidades beneficiárias permite sinalizar aspetos complementares das realizações e dos resultados, que confirma a particularidade desta subação face aos Cursos Profissionais e Escolas de Turismo:

- As entidades beneficiárias têm uma perceção positiva do contributo dos projetos desenvolvidos para os objetivos da tipologia, mas a classificação desses contributos permite confirmar alguns dos aspetos já referenciados.
- A valoração das dimensões relativas ao combate ao insucesso e ao abandono e ao aumento das qualificações escolares e profissionais indica que na perspetiva das entidades os cursos CEF estão a contribuir de forma decisiva para estes resultados. Mas outras dimensões de resultado associadas à tipologia são perspetivadas com maior reserva, nomeadamente o contributo da tipologia para o prosseguimento de estudos e para a aquisição de competências escolares (valoradas com “contributo médio” por, respetivamente, 48% e 38% das entidades). Refira-se que esta apreciação é muito distinta da realizada por parte das entidades beneficiárias dos Cursos Profissionalizantes.
- Não foram identificados fatores, externos e internos, com impacto marcadamente negativo ao nível da concretização dos objetivos dos projetos.

Tabela 24. 1.1.6 Cursos de Educação e Formação – síntese das realizações e dos resultados



Fonte: SIIFSE (informação disponibilizada pela DRQP); Estatísticas da Educação, GEPE.

Tendo em consideração a informação relativa ao desempenho global da tipologia e aos indicadores de realização e resultado pode-se afirmar o seguinte quanto aos objetivos específicos da tipologia:

- A informação recolhida aponta para resultados relevantes ao nível do objetivo “reforçar o combate ao insucesso e à saída escolar precoce”. A integração desta oferta nas escolas públicas permite atuar em tempo real face às situações dos jovens com percursos escolares mais complexos, mas a estrutura de idades dos abrangidos revela que a tipologia mobiliza também jovens afastados da escola há muito tempo.

Indicadores como a continuidade dos estudos para o secundário profissional, por exemplo no caso dos cursos CEF de hotelaria, indiciam que a tipologia favorece também o prosseguimento dos estudos. Porém, atendendo à informação recolhida junto das entidades beneficiárias a generalização deste tipo de resultado merece alguma reserva.

- O contributo para o aumento das condições de empregabilidade dos jovens deve ser entendido como um contributo que decorre de níveis de qualificação profissional básica. A duração dos cursos – um ano – limita a produção de competências profissionais consolidadas. Por outro lado, atendendo aos perfis dos jovens envolvidos, a componente profissional funcionará também como pretexto e elemento de motivação para um percurso formativo cujo resultado será, pelo menos em alguns casos, a recuperação de níveis de confiança e de adesão à escola e à formação.

- Relativamente ao objetivo “aumentar e diversificar a oferta de vias profissionalizantes para jovens” a tipologia assume um contributo com elevado significado. Os cursos CEF constituem uma novidade no âmbito do sistema regional de educação e formação, e constituem a única oferta especificamente dirigida para os jovens em risco, ou situação real, de abandono precoce da escola.

1.2.2 Formação Profissional da Administração Pública

Os projetos de formação desenvolvidos no âmbito da tipologia envolveram um número elevado de funcionários públicos, em que predominam as mulheres, os estratos etários 25/ 34 e 35/ 44 e os funcionários com qualificação de nível superior.

Estas ações de formação, essencialmente de curta e média duração (até 50 horas), apresentam uma heterogeneidade temática significativa, mas as seguintes áreas são as mais representativas: “ciências empresariais”/ “direito”/ “saúde”, “desconhecido e não especificado”/ “informática”/ “ciências sociais e do comportamento”/ “desenvolvimento pessoal”.

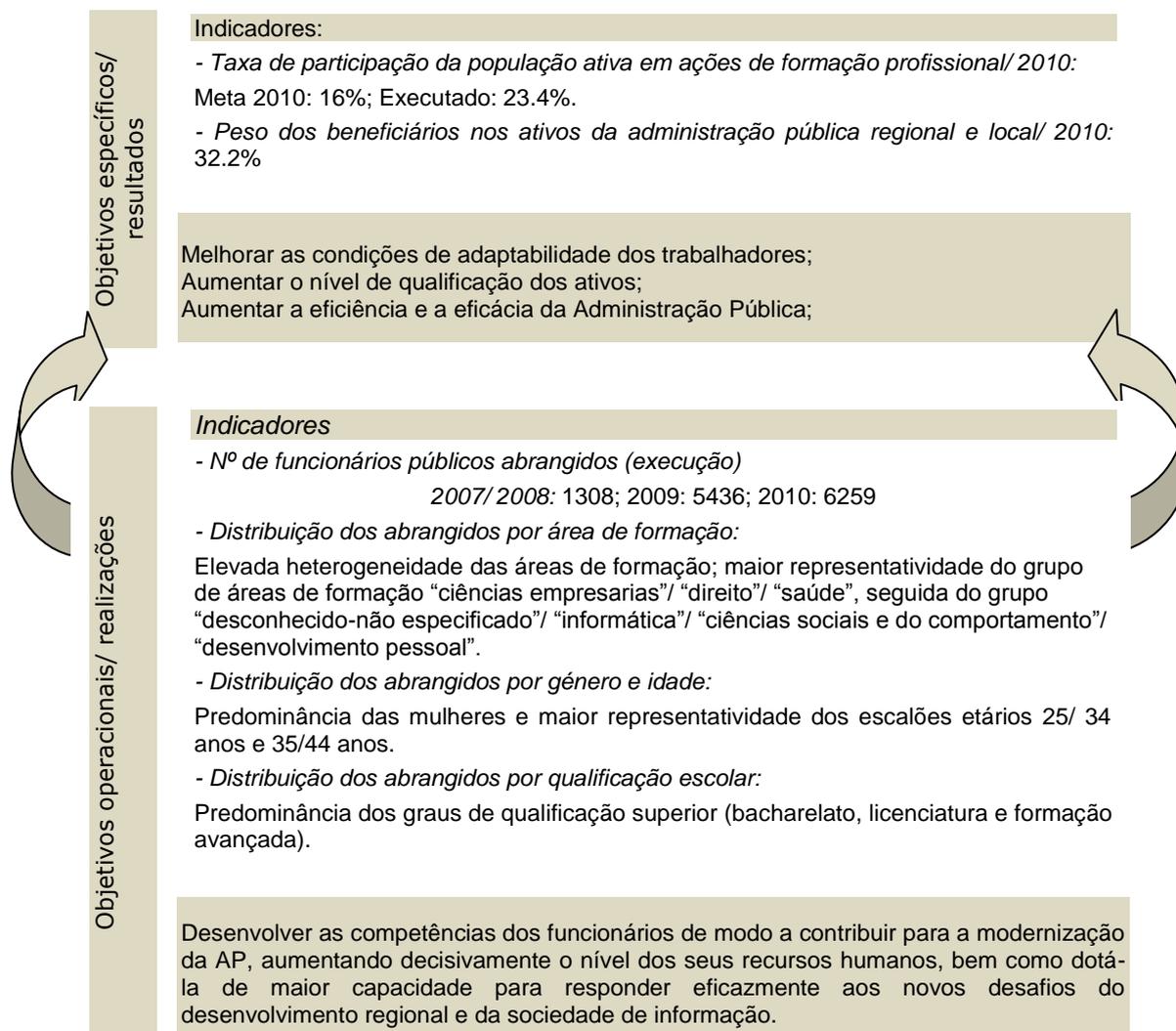
Como consequência do elevado número de formandos, o peso dos beneficiários abrangidos pela tipologia nos ativos da administração pública regional e local cresceu ao longo dos anos e correspondia, em 2010, a 32,3%. A partir deste indicador, presume-se que a tipologia terá um contributo importante para a taxa de participação da população ativa em ações de formação profissional, cujo valor em 2010 era de 23.4% (meta definida: 16%).

Os inquéritos aplicados às entidades beneficiárias e aos formandos permitem sinalizar os seguintes aspetos:

- A perceção das entidades beneficiárias relativamente ao contributo da tipologia para a atualização/ aperfeiçoamento das competências dos ativos envolvidos é extremamente positiva - 88% considera que a tipologia tem um “contributo forte”; além disso, não são identificados fatores internos ou externos que tenham condicionado o potencial de resultados;
- A maioria dos ex-formandos inquiridos (87.5%) refere que a formação foi “muito útil” e “extremamente útil” para as suas atividades profissionais e que essa utilidade teve um efeito no incremento da qualidade do serviço (92,9%). A sua perceção quanto a outras dimensões de resultado da formação é igualmente muito positiva, conforme os seguintes resultados do inquérito:

% de inquiridos que afirma melhorias ...	
... nas competências técnicas	84,7%;
... motivação no trabalho	75,9%;
... competências de trabalho em equipa	83,9%;
... relacionamento com as chefias	65,9
... na relação com o público	76,1%;

Tabela 25. 1.2.2 Formação profissional da administração pública – síntese das realizações e dos resultados



Fonte: SIIFSE (informação disponibilizada pela DRQP); Estatísticas da Educação, GEPE.

No caso da autarquia local envolvida no estudo de caso, o projeto formativo estudado estava bastante focado na resposta a problemas concretos de um departamento e no apoio ao desempenho das pessoas. Os conhecimentos técnicos adquiridos e a transferência para o posto de trabalho também são avaliados de forma positiva, mas atendendo à alteração constante de legislação, a reciclagem é uma condição fundamental para manter atualizadas as competências necessárias ao desempenho profissional.

Tendo em consideração a informação relativa ao desempenho global da tipologia e aos indicadores de realização e resultado pode-se afirmar o seguinte quanto aos objetivos específicos da tipologia:

- Relativamente ao objetivo “Melhorar as condições de adaptabilidade dos trabalhadores” é expectável que a tipologia assumira um contributo com significado para a melhoria das condições de adaptabilidade dos trabalhadores envolvidos, por via do reforço das competências profissionais necessárias ao funcionamento dos serviços e também pelo efeito em dimensões transversais do exercício profissional, nomeadamente a motivação e a relação com colegas e chefias. Como foi apresentado anteriormente, os ativos que responderam ao inquérito expressam esta ideia de forma categórica.

Se atendermos às áreas de formação predominantes compreende-se que este contributo tem uma orientação com relevância para áreas associadas à gestão das organizações, mas é fundamentalmente nas competências técnicas específicas que este contributo será mais evidente: (i) competências de carácter transversal (“informática”/ “ciências sociais e do comportamento”/ “desenvolvimento pessoal”) e (ii) competências técnicas de determinados perfis profissionais de setores como a saúde e a administração local. Refira-se que através do processo de inquirição foi possível compreender a forte incidência da formação em determinados perfis profissionais, como é o caso do pessoal de enfermagem.

A abrangência deste contributo relativamente ao universo de beneficiários é difícil de apurar na medida em que seria necessária uma estratégia de avaliação que permitisse uma abordagem mais detalhada da tipologia. Contudo, a informação apurada relativamente à fase de conceção e montagem dos projetos de formação coloca dúvidas quanto à solidez dos processos de identificação de necessidades de competências e de formação.

- Relativamente ao objetivo “Aumentar a eficiência e a eficácia da Administração Pública”, que coincide parcialmente com o objetivo estratégico do próprio Programa e que por isso se considera que seria melhor expresso numa formulação do tipo “melhorar as competências associadas à eficiência e eficácia da administração pública”, o seu grau de prossecução afigura-se menos positivo.

O documento do Programa refere explicitamente a orientação da tipologia para o “apoio à maior eficiência e eficácia da Administração Pública Regional, designadamente através da formação dos funcionários e agentes públicos (com relevo para as tecnologias de informação e de comunicação) e, bem assim, mediante a introdução de modelos organizativos mais modernos, indispensáveis para a respetiva modernização e para melhorar a eficácia e a eficiência da utilização de recursos de financiamento”, e ainda, mais adiante, é referida a ideia da “formação de funcionários e agentes da Administração, associada a projetos de modernização dos serviços públicos”.

As áreas de formação “ciências empresariais” e “informática” serão as que melhor respondem a este objetivo, mas se bem que a sua representatividade tenha significado, de facto as áreas predominantes estão centradas em perfis técnicos de diversos sub-setores da administração pública regional e local. Deste modo, é uma formação que responde fundamentalmente às necessidades de funcionamento, mas que se afigura menos vocacionada para contextos de reorganização e modernização.

Conclui-se, portanto, que a tipologia cumpre o objetivo de “melhorar as condições de empregabilidade dos trabalhadores”, apresentando uma repartição significativa de perfis profissionais envolvidos, mas apresenta resultados menos positivos quanto à capacidade de construir competências associadas ao aumento da eficácia e eficiência na administração pública. Neste sentido, perspetiva-se um contributo com limitações para o objetivo estratégico do Programa “melhorar a eficiência da governação regional”.

1.2.6 Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências

O número de adultos abrangidos pela atividade dos cinco CNO em funcionamento na Região tem crescido de forma significativa, ascendendo em 2010 ao valor de 2248 adultos; predominam as mulheres e os escalões etários 25/ 44 anos e 35/44 anos, embora com tendência para maior rejuvenescimento no ano de 2010.

Até esse período, os empregados por conta de outrem são maioritários, mas a tendência mais recente revela o crescimento do número de beneficiários em situação de desemprego. A informação recolhida através de inquérito revela que cerca de 60% dos respondentes trabalham na administração pública regional e local.

- O elemento de motivação que domina de forma notória a adesão dos adultos ao processo RVCC é o desejo de obtenção de uma qualificação escolar mais elevada;

- Os resultados alcançados em termos da certificação apontam para um total de 1.537 adultos que viram as suas competências informais e não formais certificadas escolarmente, sobretudo ao nível do 3º ciclo, embora comparativamente a 2009 se assista a um crescimento com significado da

certificação de nível secundário. A certificação na vertente profissional apresenta valores ainda residuais.

O inquérito aplicado às entidades beneficiárias permite sinalizar os seguintes aspetos:

- a perceção das entidades beneficiárias relativamente ao contributo da tipologia para a evolução das qualificações escolares está em linha com os resultados efetivamente alcançados, e a menor valorização do contributo para as qualificações profissionais reflete a reduzida representatividade desta vertente de certificação;
- o fator que é identificado como limitação com relevância para a prossecução dos resultados esperados é a disponibilidade de formação complementar suscetível de apoiar os processos de RVCC dos adultos; a notoriedade desta limitação terá crescido recentemente, em função da mudança do perfil dos adultos e da necessidade de reforçar o trabalho de apoio à certificação das competências;

A informação relativa ao desempenho global da tipologia e aos indicadores de realização e resultado, indica que a tipologia assume um contributo com significado para o objetivo específico “Aumentar o nível de qualificação dos ativos”. O número de abrangidos e de certificados até 2010, que aliás ultrapassa as metas definidas, garantiu que cerca de 1.500 adultos aumentassem a sua qualificação escolar, sobretudo ao nível do terceiro ciclo, o que corresponde a um acréscimo com significado dos níveis de qualificação escolar dos adultos da Região.

A elevação da qualificação escolar dos adultos terá efeito positivo no objetivo “Melhoria das condições de adaptabilidade dos trabalhadores”, por via do reforço das competências de base dos adultos trabalhadores, que são, aliás, a maioria dos beneficiários da tipologia. A informação recolhida através de inquérito junto dos adultos certificados de nível secundário atesta uma perceção muito positiva do contributo do processo RVCC para a melhoria do desempenho profissional e para as perspetivas de progressão de carreira. As entidades que gerem os CNO alinham pelo mesmo tipo de apreciação positiva quanto ao contributo da tipologia para a melhoria da situação profissional dos adultos.

Admite-se, contudo, que estes efeitos não decorrem direta e necessariamente da evolução das qualificações escolares mas antes de um acumular de efeitos decorrentes do processo RVCC, onde se incluem as melhorias em termos de diversas esferas do desenvolvimento pessoal e das estratégias de Aprendizagem ao Longo da Vida.

Este nível de resultados permite antecipar contributos com significado para os objetivos gerais que se relacionam com a tipologia, nomeadamente em termos do aumento dos níveis educativos e da coesão social, mas também perspetiva contributos para objetivos que não estavam à partida totalmente explicitados como é o caso da situação profissional e da qualidade do emprego dos beneficiários.

Tabela 26. 1.2.6 Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências - síntese das realizações e dos resultados

Objetivos operacionais/ realizações	Objetivos específicos/ resultados																														
	<p>Indicadores:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Nº de adultos certificados em processo RVCC: Meta 2010: 1.000; Executado: 1388 - Distribuição dos adultos certificados pelo tipo e nível de certificação (1): <p style="text-align: center;">Certificação/ vertente escolar</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th colspan="2">2.º Ciclo</th> <th colspan="2">3.º Ciclo</th> <th colspan="2">Ensino Secundário</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2009</td> <td>45</td> <td>11%</td> <td>318</td> <td>79%</td> <td>41</td> <td>10%</td> <td>404</td> </tr> <tr> <td>2010</td> <td>75</td> <td>7%</td> <td>833</td> <td>74%</td> <td>225</td> <td>20%</td> <td>1133</td> </tr> </tbody> </table> <p>A certificação vertente profissional apresenta no ano de 2010 um valor de 25 adultos certificados.</p> <ul style="list-style-type: none"> - % de adultos certificados com nível secundário que foram inquiridos e que classificam como “forte e muito forte” os contributos do processo RVCC para: <ul style="list-style-type: none"> . a melhoria do desempenho profissional – 76% . as perspetivas de progressão na carreira – 71% <p>- Melhorar as condições de adaptabilidade dos trabalhadores - Aumentar o nível de qualificação dos ativos</p>									2.º Ciclo		3.º Ciclo		Ensino Secundário		Total	2009	45	11%	318	79%	41	10%	404	2010	75	7%	833	74%	225	20%
	2.º Ciclo		3.º Ciclo		Ensino Secundário		Total																								
2009	45	11%	318	79%	41	10%	404																								
2010	75	7%	833	74%	225	20%	1133																								
<p>Indicadores</p> <ul style="list-style-type: none"> - Nº de pessoas abrangidas em processos de reconhecimento, validação e certificação de competências (execução): 2007/ 2008: 416; 2009: 1893; 2010: 2248 - Distribuição dos beneficiários por género e idade: Predominância das mulheres, maior representatividade dos escalões etários 25/ 44 anos e 35/44 anos e perfil etário tendencialmente mais jovem nos abrangidos no ano 2010 - Distribuição da situação dos beneficiários face ao trabalho: Predominância dos empregados por conta de outrem, seguida dos desempregados e relevância residual dos empregados por conta de outrem. <p>- Apoiar a criação e o funcionamento dos CNO, para o desenvolvimento de processos de RVC (certificar competências atribuindo-lhes uma equivalência escolar e/ ou profissional)</p>																															

Fonte: SIIFSE (informação disponibilizada pela DRQP); Inquérito aos beneficiários (Quatenaire Portugal)

(1) A variação do nº número de certificados deve-se aos diferentes momentos da recolha de informação.

1.3.2. Programas e Bolsas de Pós-graduação/ Mestrado, Doutoramento e Pós-doutoramento

O elevado volume de participantes nesta tipologia de intervenção (que mais do que duplica a meta definida) e o facto de apenas 6% dos bolseiros terem desistido do seu processo formativo, e de no caso das pós-graduações a totalidade dos bolseiros aprovados já ter concluído o processo, enquanto os mestrandos se cifram em 52%, os doutorandos em 13% e os pós-doutorandos em 0%, por serem processos ainda em curso para uma percentagem significativa de indivíduos, permite antecipar uma boa eficácia na aquisição de conhecimentos de formação avançada e um forte contributo para o objetivo operacional associado à promoção da formação avançada dos recursos humanos, em particular da RAM.

Na verdade, 96% dos bolseiros com formação concluída que responderam ao inquérito residiam habitualmente na RAM, embora apenas pouco mais de 60% tenha realizado o seu processo formativo na RAM. Esse contributo ocorrerá pela qualificação de uma proporção ligeiramente maior de mulheres (55%) face aos homens e de indivíduos entre os 30 e os 39 anos (56%) face às demais faixas etárias.

Predomina a formação na área científica da enfermagem (20%), em resposta à elevada procura de indivíduos com essa qualificação na RAM e da gestão (18%) e ciências empresariais (12%) com forte ligação às empresas e segundo o CITMA visando “valorização pessoal e profissional”.

De facto, sendo que entre os objetivos operacionais consta a consolidação das instituições e o reforço das lideranças científicas, e considerando que numa escala de 1 (pouca regularidade) a 5 (muita regularidade) os bolseiros que já concluíram a formação e que se encontram a trabalhar consideram, em média, que o grau de regularidade de aplicação das aprendizagens adquiridas durante a formação no seu contexto de trabalho é 4,07 (com um desvio padrão de 1,02), quando questionados sobre os fatores condicionadores, referem regularmente, entre outros fatores, uma desvalorização da formação por parte da chefia e uma organização de trabalho inibidora de aplicação das suas competências entretanto adquiridas.

Estas afirmações sugerem uma desarticulação entre as políticas e estratégias de recursos humanos das organizações e as estratégias formativas dos indivíduos, mesmo que no plano teórico tenham a chancela da entidade empregadora, querendo isto significar que o impacto destes processos na consolidação das instituições e no reforço das lideranças científicas das mesmas não está assegurado, por limitações decorrentes dos próprios contexto organizacionais.

Tabela 27. 1.3.2 Programas e bolsas de pós-graduação, mestrado, doutoramento e pós-doutoramento – síntese das realizações e dos resultados

Objetivos específicos/ resultados	Indicadores (CITMA): <i>Taxa de conclusão dos programas de pós-graduação com bolsa atribuída</i> Executado até 2010: 100% <i>Taxa de conclusão dos programas de mestrado com bolsa atribuída</i> Executado até 2010: 52% <i>Taxa de conclusão dos programas de doutoramento com bolsa atribuída</i> Executado até 2010: 13% <i>Taxa de conclusão dos programas de pós-doutoramento com bolsa atribuída</i> Executado até 2010: 0% <i>Taxa de desistência dos programas de pós-graduação, Mestrado, Doutoramento e Pós-Doutoramento com bolsa atribuída</i> Executado até 2010: 6%
	Indicadores (Inquérito) <i>Grau de regularidade de aplicação das aprendizagens adquiridas no contexto profissional:</i> Média: 4,07% Desvio padrão: 1,02% [escala 1 (pouca regularidade) a 5 (muita regularidade)]
	Apoiar o reforço da capacidade de inovação e desenvolvimento tecnológico regional Promover o emprego e a cultura científica e tecnológica Reforçar a formação avançada dos recursos humanos regionais
	Indicadores (PO) <i>Nº de pessoas abrangidas:</i> Executado 2008: 342 Executado 2009: 530 Executado 2010: 419
Objetivos operacionais/ realizações	Indicadores (Inquérito) <i>Distribuição de bolseiros com formação concluída por género:</i> Homens: 44,6% Mulheres: 55,4% <i>Distribuição de bolseiros com formação concluída por faixa etária:</i> Menos 30 anos: 14,6% 30 a 39 anos: 55,8% 40 a 49 anos: 21,9% 50 a 59 anos: 7,3% 60 ou mais anos: 0,4% <i>Distribuição de bolseiros com formação concluída por área científica:</i> +: <i>Enfermagem (20,3%) Gestão (18,2%) Ciências empresariais (11,9%) Ciências da educação (10,2%)</i> -: <i>História e Arqueologia (0,4%) Ciências do Desporto (0,8%) Estudos Artísticos (1,3%)</i>
	Promover a formação avançada de recursos humanos de forma a criar uma sólida base de qualificação, consolidação das instituições, criação de emprego científico, inserção nas empresas e o reforço das lideranças científicas

Fonte: SIIFE (informação disponibilizada pela DRQP); CITMA

5.5.2. EIXO II EMPREGO E COESÃO SOCIAL

As tipologias do Eixo II criaram condições para que o nível de empregabilidade da população madeirense melhorasse, tal como comprovam os indicadores de resultado (taxa de empregabilidade) associados às tipologias deste Eixo sujeitas a aprofundamento.

A informação recolhida junto do IEM permitiu compreender a “adesão limitada” dos beneficiários aos programas de apoio à criação do próprio emprego e, simultaneamente, a necessidade de calibrar os programas de apoio ao empreendedorismo, nomeadamente no que se refere aos públicos mais desfavorecidos perante o mercado de trabalho, nomeadamente ao nível das Empresas de Inserção. No total, as medidas que apoiam a criação direta de postos de trabalho (2.2.1. Apoios à Contratação; 2.2.2. Apoios à Criação do Próprio Emprego; 2.2.3. Prémios à autocolocação; 2.3.4. Iniciativas Locais de Emprego), aproximam-se da meta média anual estabelecida, mas em termos absolutos abrangem um número bastante inferior de beneficiários do que as demais medidas, orientadas para a promoção da empregabilidade.

Assim, é expectável que o contributo para “criar emprego ...” enquanto objetivo geral do Eixo provenha do fomento não só da iniciativa empresarial, mas também ocorra por via da melhoria das condições de empregabilidade, nomeadamente da melhoria das competências proporcionada pela experiência de trabalho junto de grupos desfavorecidos perante o mercado de trabalho como é o caso dos jovens (no caso do Programa de Estágios) e proporcionada pela formação de inserção junto do indivíduos pouco qualificados (no caso do Programa Formação/Emprego). Já no caso da experiência de trabalho proporcionada pelo Programa Ocupação de Desempregados, a sua eficácia na empregabilidade é menor dado que os níveis de qualificação e competências dos públicos-alvos também são eles próprios mais baixos (mais de 70% tem no máximo o 9.º ano de escolaridade). Ou seja, o contributo da experiência de trabalho para o incremento da empregabilidade parece ser tanto maior, quanto maior os níveis de habilitação e de competências de partida dos indivíduos

2.1.1 Estágios Profissionais

No que se refere à tipologia Estágios Profissionais, constata-se que 56% dos beneficiários se encontra empregado 6 meses após a conclusão do estágio.

É possível também verificar que a proporção de estagiários apoiados acolhidos por entidades públicas e privadas SFL é elevada (77%), e possui um peso relativo semelhante ao dos ex-estagiários empregues nessa mesma tipologia de entidades 6 meses após a conclusão do estágio (75%). Dado que as entidades públicas não podem contratar novos recursos humanos, provavelmente essa capacidade de integração dos estagiários ocorre em entidades SFL.

Tabela 28. 2.1.1 Estágios Profissionais - síntese das realizações e dos resultados

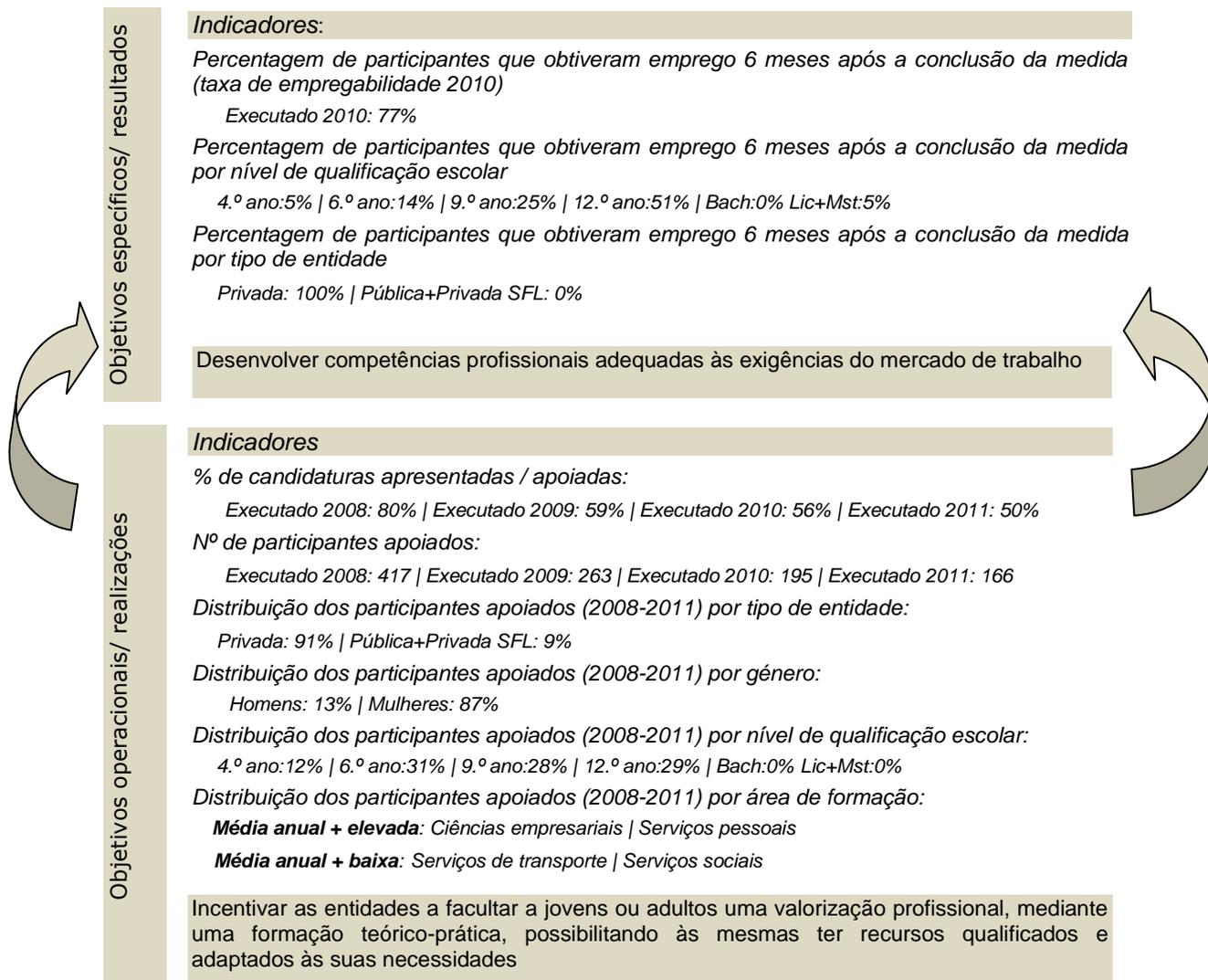
Objetivos específicos/ resultados	Indicadores: <i>Percentagem de participantes que obtiveram emprego 6 meses após a conclusão do estágio (taxa de empregabilidade 2010)</i> <i>Executado 2010: 56%</i> <i>Percentagem de participantes que obtiveram emprego 6 meses após a conclusão do estágio por nível de qualificação escolar</i> <i>4.º ano:0% 6.º ano:0% 9.º ano:2% 12.º ano:18% Bach:1% Lic+Mst:79%</i> <i>Percentagem de participantes que obtiveram emprego 6 meses após a conclusão do estágio por tipo de entidade</i> <i>Privada: 25% Pública+Privada SFL: 75%</i>
	Apoiar a integração profissional de jovens
Objetivos operacionais/ realizações	Indicadores <i>% de candidaturas apresentadas / apoiadas:</i> <i>Executado 2008: 94% Executado 2009: 66% Executado 2010: 61% Executado 2011: 57%</i> <i>Nº de participantes apoiados:</i> <i>Executado 2008: 521 Executado 2009: 739 Executado 2010: 871 Executado 2011: 866</i> <i>Distribuição dos participantes apoiados (2008-2011) por tipo de entidade:</i> <i>Privada: 23% Pública+Privada SFL: 77%</i> <i>Distribuição dos participantes apoiados (2008-2011) por género:</i> <i>Homens: 33% Mulheres: 67%</i> <i>Distribuição dos participantes apoiados (2008-2011) por nível de qualificação escolar:</i> <i>4.º ano:0% 6.º ano:0% 9.º ano:2% 12.º ano:17% Bach:2% Lic+Mst:79%</i> <i>Distribuição dos participantes apoiados (2008-2011) por área de formação:</i> <i>Média anual + elevada: Ciências empresariais Ciências sociais e do comportamento Serviços sociais</i> <i>Média anual + baixa: Agricultura, silvicultura e pescas Indústrias transformadoras Serviços de transporte</i>
	Possibilitar aos jovens possuidores de qualificações de nível superior ou intermédio um contacto com o mundo do trabalho, de modo a perfeição as suas competências socioprofissionais

Fonte: IEM

2.2.5 Formação/Emprego

No que concerne à tipologia Formação/Emprego a taxa de empregabilidade 6 meses após a conclusão da medida cifrou-se em 77%, tendo sido assegurada na sua totalidade por entidades privadas, que corresponde ao perfil de entidades acolhedoras, sugerindo um forte potencial de integração na própria entidade acolhedora. São os beneficiários com níveis de qualificação escolar mais elevada (secundário) que apresentam níveis de empregabilidade mais elevados.

Tabela 29. 2.2.5 Formação/ Emprego - síntese das realizações e dos resultados



Fonte: IEM

2.3.4 Ocupação de Desempregados

A tipologia Ocupação de Desempregados apresenta níveis de empregabilidade baixos (35%) 6 meses após a conclusão da medida, dado o perfil de intervenção (não qualificante) e as características apresentadas pelo público-alvo (pouco qualificado). Contrariamente à tipologia acima analisada, são as entidades públicas e entidades privadas SFL que acolhem a totalidade dos beneficiários, sendo também estas que se apresentam como promotoras de empregabilidade registada. Também aqui se verifica que quanto mais elevado o nível de escolaridade maior a probabilidade de integrar o grupo de indivíduos com emprego 6 meses após a conclusão da medida.

Em sede de estudo de caso, foi possível aferir que na visão das entidades acolhedoras é complexo fazer o ajustamento entre o perfil dos indivíduos e as exigências das funções que irão desempenhar, sendo que são muito valorizados os requisitos ao nível comportamental (sentido de responsabilidade, pontualidade, capacidade de organização, ...). O fato de a colocação do desempregado não passar por um processo de ajustamento do perfil da entidade e da função a desempenhar ao indivíduo condiciona o potencial de empregabilidade da tipologia.

Tabela 30. 2.3.4 Ocupação de desempregados - síntese das realizações e dos resultados

Objetivos específicos/ resultados	<p>Indicadores:</p> <p><i>Percentagem de participantes que obtiveram emprego 6 meses após a conclusão da medida (taxa de empregabilidade 2010)</i> Executado 2010: 35%</p> <p><i>Percentagem de participantes que obtiveram emprego 6 meses após a sua conclusão da medida por nível de qualificação escolar</i> 4.º ano:33% 6.º ano:24% 9.º ano:15% 12.º ano:23% Bach:1% Lic+Mst:4%</p> <p><i>Percentagem de participantes que obtiveram emprego 6 meses após a conclusão da medida por tipo de entidade</i> Privada: 0% Pública+Privada SFL: 100%</p> <p>Promover o emprego e a empregabilidade</p>
Objetivos operacionais/ realizações	<p>Indicadores</p> <p><i>% de candidaturas apresentadas / apoiadas:</i> Executado 2008: 88% Executado 2009: 65% Executado 2010: 49% Executado 2011: 56%</p> <p><i>Nº de participantes apoiados:</i> Executado 2008: 868 Executado 2009: 1101 Executado 2010: 1618 Executado 2011: 1450</p> <p><i>Distribuição dos participantes apoiados (2008-2011) por tipo de entidade:</i> Privada: 0% Pública+Privada SFL: 100%</p> <p><i>Distribuição dos participantes apoiados (2008-2011) por género:</i> Homens: 49% Mulheres: 51%</p> <p><i>Distribuição dos participantes apoiados (2008-2011) por nível de qualificação escolar:</i> 4.º ano:44% 6.º ano:22% 9.º ano:12% 12.º ano:18% Bach:0% Lic+Mst:4%</p> <p><i>Distribuição dos participantes apoiados (2008-2011) por área de formação:</i> Média anual + elevada: Ciências empresariais Serviços pessoais Serviços Sociais Média anual + baixa: Matemática e estatística Indústrias transformadoras Ciência veterinários proteção do ambiente</p> <p>Facultar aos desempregados inscritos uma experiência/ocupação de trabalho que proporcione ... em atividades que possam satisfazer necessidades coletivas, reforçando as suas perspetivas de empregabilidade.</p>

Fonte: IEM

Em síntese, os níveis de prossecução das realizações e dos resultados apontam para uma melhoria da empregabilidade dos desempregados por via do desenvolvimento de competências proporcionada pelas experiências de trabalho entretanto realizadas, com especial impacto nos mais jovens e nos mais qualificados.

5.6. OS IMPACTOS ANTECIPÁVEIS NO ÂMBITO DA CONCRETIZAÇÃO DAS PRIORIDADES DAS DIVERSAS TIPOLOGIAS DE INTERVENÇÃO ESTÃO ALINHADOS COM OS OBJETIVOS GERAIS OU ESTRATÉGICOS DO PROGRAMA?

Quais os objetivos gerais e estratégicos do PO que se antecipa que terão maior probabilidade de ser concretizados até ao final de vigência do PO por via dos efeitos induzidos das intervenções efetivamente em curso e das planeadas? Quais os impactos não previstos nem visados inicialmente que são possíveis de antecipar?

O objetivo “Garantir o aumento significativo dos níveis educativos e formativos” constitui-se como um dos objetivos que se antecipa que terá maior probabilidade de ser concretizado até ao final da vigência do Programa.

No segmento dos jovens, através das tipologias associadas à formação escolar e profissional (1.1.2 Cursos Profissionalizantes e 1.1.3 Cursos de Educação e Formação de jovens), estima-se que a evolução crescente da representatividade das vias de formação escolar e profissional no 3º ciclo e no ensino secundário, assumam um impacto positivo na evolução das taxas de escolarização, em particular no ensino secundário. No 3º ciclo o peso dos alunos nas vias profissionais é menor, mas o facto de estarem envolvidos jovens em risco, ou situação efetiva, de abandono da escolaridade básica, garante um importante contributo do Programa para o aumento dos níveis educativos e formativos dos jovens envolvidos neste tipo de intervenção.

A informação recolhida através de inquérito permitiu apurar que cerca de 1/3 dos jovens que frequentam estas vias profissionalizantes prosseguem estudos. Este indicador revela um importante contributo para percursos de educação e formação mais diferenciados e para a elevação dos níveis de qualificação dos jovens envolvidos.

No segmento dos adultos, o número de ativos envolvidos nas tipologias 1.2.2. Formação Profissional da Administração Pública e 1.2.6 Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências permite perspetivar um impacto com significado na evolução da taxa de participação da população dos 25 aos 64 anos, em educação ou formação. De facto, o número de ativos envolvidos apresenta uma trajetória crescente desde o início do Programa, atingindo em 2010 o valor máximo de 16.496 indivíduos, o que corresponde a 11.8% do total de indivíduos da Região com idade entre os 25 e 64 anos. Importa referir que esta participação em educação e formação envolve, no caso da formação para a administração pública, fundamentalmente ativos com nível de qualificação superior, mas a Tipologia 1.2.6 Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências tem a capacidade de mobilizar para a educação e formação os ativos com baixa qualificação escolar.

O contributo do Programa para a elevação dos níveis educativos e formativos na Região incide também na Formação Avançada – pós-graduação, mestrado e doutoramento. A proporção de bolseiros em pós-graduação é superior aos bolseiros em mestrado e doutoramento, mas na comparação com os TCO na Região pode dizer-se que a tipologia tem um impacto relevante o incremento do volume de mestres na RAM (nº de TCO com mestrado em 2009, 245, nº de bolseiros de mestrado apoiados pelo Programa, 198). No caso dos doutoramentos o incremento é mais elevado, pois a Região registava em 2009 25 TCO doutorados, e o programa apoia atualmente 64 doutorandos.

As tipologias que concorrem para a apreciação do objetivo do Programa relativo à elevação das competências regionais em matéria de formação de base tecnológica e profissionalizante são as tipologias relativas à de educação e formação profissional de jovens e a Tipologia 1.3.2. Programas e Bolsas de Pós-graduação, Mestrado, Doutoramento e Pós-Doutoramento. No primeiro caso, a meta definida pelo Programa quanto ao número de diplomados em 2015 (2.800), e a meta alcançada em 2010 (1.296) aponta para um impacto com significado na evolução das competências regionais de carácter profissionalizante. Os dados apurados em 2010 revelam também uma distribuição similar

entre os níveis de qualificação II e III, o que indica que na produção dessas competências profissionalizantes o perfil inicial e básico assume relevância.

Relativamente à componente da formação de base tecnológica o impacto do Programa revela-se modesto. Seria expectável que as bolsas de formação avançada contribuíssem para este objetivo, mas a baixa proporção de bolsheiros apoiados que concluíram a formação em áreas C&T (9,8%) quando comparado com a proporção de diplomados em áreas C&T no ensino superior (24%), indica impacto reduzido desta tipologia ao nível das competências de base tecnológica.

No caso das tipologias 1.1.2 Cursos Profissionalizantes 1.1.3 Cursos de Educação e Formação de Jovens foi apurado que 29% dos cursos estão integrados em áreas de formação que se associa a esta componente. Apesar da informação disponível não permitir aferir com o rigor desejado as áreas específicas de formação tecnológica dos cursos, este valor aponta para um maior alinhamento com o objetivo geral em análise.

O objetivo relacionado com a criação de emprego está associado fundamentalmente ao Eixo II. As tipologias analisadas criaram condições para que o nível de empregabilidade da população madeirense melhorasse, tal como comprovam os indicadores de resultado (taxa de empregabilidade) associados às tipologias deste Eixo sujeitas a aprofundamento. Já no que se refere à criação direta de emprego por conta de outrem ou por conta própria, resultante da intervenção decorrente das tipologias de baixa relevância, o seu potencial impacto na criação de emprego não é claro, sendo que a percentagem de postos de trabalho criados ficou abaixo da meta estabelecida,

Assim, é expectável que o contributo para “criar emprego ...” enquanto objetivo geral do Eixo provenha do fomento não só da iniciativa empresarial, mas também ocorra por via da melhoria das condições de empregabilidade, nomeadamente da melhoria das competências proporcionada pela experiência de trabalho junto de grupos desfavorecidos perante o mercado de trabalho como é o caso dos jovens (no caso do Programa de Estágios) e proporcionada pela formação de inserção junto do indivíduos pouco qualificados (no caso do Programa Formação/Emprego).

Já no caso da experiência de trabalho proporcionada pelo Programa Ocupação de Desempregados, a sua eficácia na empregabilidade é menor dado que os níveis de qualificação e competências dos públicos-alvos também são eles próprios mais baixos (mais de 70% tem no máximo o 9.º ano de escolaridade). Ou seja, o contributo da experiência de trabalho para o incremento da empregabilidade parece ser tanto maior, quanto maior os níveis de habilitação e de competências de partida dos indivíduos.

Acresce ainda relativamente aos jovens, que as taxas de inserção proporcionadas pela tipologia Estágios Profissionais, uma das mais emblemáticas do Eixo II e uma das mais representativas do ponto de vista do investimento financeiro, indicam níveis de eficácia muito interessantes. Por via da implementação de um processo de inquirição foi possível registar a situação perante o emprego dos ex-estagiários e de um grupo de controlo. Constatou-se que a probabilidade de obter um emprego era muito superior para os ex-estagiários (63,3%) comparativamente ao grupo de controlo (46,5%). Por outro lado, apesar do crescimento da taxa de desemprego (39,1%, em 2011), os níveis de empregabilidades destes jovens mantêm-se elevados.

Já no que se refere à inserção profissional dos jovens diplomados da formação profissional, os inquéritos promovidos pelo OSECRAM, revelam que as taxas de inserção profissional apresentam uma tendência de descida notória ao longo dos anos. No último inquérito da sua responsabilidade, relativo à inserção dos diplomados dos cursos 2009, a taxa de inserção era de 37%.

No inquérito aplicado no âmbito do Estudo, em dezembro de 2011, 38% dos ex-diplomados inquiridos (Cursos Profissionalizantes e Cursos CEF) estavam a trabalhar e 37% estavam desempregados. Comparativamente ao último inquérito do OSECRAM, a taxa de inserção é semelhante mas a taxa de desemprego é superior. Neste sentido, pode-se afirmar que o valor associado à criação de emprego decorrente dos cursos profissionais apresenta uma certa tendência de estabilização, mas a libertação de jovens para a situação de desemprego está a aumentar.

Relativamente ao contributo do Programa para o objetivo “Melhorar a eficiência da governação regional”, um contributo decorrente da Tipologia 1.2.2. Formação para a Administração Pública, as evidências recolhidas não permitem uma conclusão definitiva.

A abordagem através da perceção e opinião das entidades beneficiárias e dos formandos indica resultados positivos ao nível do contributo para a melhoria da qualidade dos serviços e cerca de 1/3 dos formandos inquiridos refere que existe relação entre a formação realizada e os projetos de modernização administrativa. Os projetos mencionados incluem como domínio mais relevante os projetos de implementação tecnológica, mas são referidos outros domínios, por exemplo, acreditação/certificação e qualidade.

A informação relativa à trajetória das realizações e dos resultados, ao nível da fase de conceção e montagem dos cursos e das suas áreas de formação, não permitiu identificar uma tendência forte ao nível da orientação dos projetos neste sentido. Por outro lado, o facto de existir uma relação dos cursos com os projetos de modernização administrativa não significa impactos com relevância em todos os casos. Assim, admite-se que a tipologia terá contribuído para a melhoria da eficiência da governação regional, mas a informação disponível não permite uma apreciação mais detalhada da incidência desse contributo.

A apreciação do objetivo “Aumentar a coesão social” desenvolve-se por referência às tipologias relativas aos cursos de qualificação inicial para jovens, a partir do seu contributo para o combate ao insucesso e à saída escolar precoce, à tipologia que intervém junto dos adultos com baixa qualificação escolar através dos processos RVCC e à tipologia do Eixo II relativa à Ocupação de desempregados.

No primeiro caso, os indicadores apurados indicam um contributo com significado destas tipologias para a trajetória de diminuição acentuada da taxa de abandono precoce na Região (dez pontos percentuais entre 2008/ 2010). Esse contributo decorre do crescimento relevante do número de jovens em risco elevado de abandono que foram abrangidos no mesmo período. A informação recolhida através de inquérito permite também concluir que estas tipologias, não só intervêm em situações de risco de abandono identificadas no âmbito do percurso escolar dos jovens como revelam capacidade de recrutar jovens que já se encontravam fora do sistema de ensino (18% dos inquiridos não estavam a estudar na altura da inscrição nos cursos).

No que se refere à Tipologia 2.3.4 Ocupação de Desempregados, o contributo esperado está associado à melhoria das condições de empregabilidade de desempregados com incidência de diversos fatores que marcam a sua exclusão face ao mercado de trabalho. A inserção no mundo do trabalho apresenta níveis baixos de prossecução, e os efeitos da melhoria das suas condições de empregabilidade passam pela abordagem a outros fatores de exclusão do mundo do trabalho, centrados na qualificação escolar e profissional mas também em situações de inserção pessoal, familiar e social de desfavorecimento. O impacto da experiência de trabalho proporcionada pela tipologia na alteração destas condições está muito dependente da situação individual de partida e do ajustamento e estruturação dessa experiência às condições individuais.

Relativamente ao contributo da tipologia 1.2.6 Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências para o reforço da coesão social, o impacto esperado relaciona-se com a orientação da tipologia para proporcionar aos adultos com baixas qualificações uma oportunidade para aumentar a qualificação escolar e profissional, tendo em vista melhorar as condições de empregabilidade e as estratégias de ALV.

Relativamente aos beneficiários inquiridos que concluíram o processo RVCC de nível secundário, a informação recolhida aponta para efeitos relevantes em diversas esferas da vida social e pessoal e na ALV – 45% dos beneficiários referem ter participado em formação nos 6 meses anteriores. Um indicador surpreendente tem a ver com as melhorias do rendimento mensal, referidas por 37% dos inquiridos. Trata-se de uma informação que merece análise aprofundada mas a informação recolhida não o permite, nomeadamente na relação com a situação de partida dos beneficiários. Quanto à situação profissional dos beneficiários inquiridos a taxa de desemprego regista um crescimento de cinco pontos percentuais, entre a fase de inscrição e a inquirição.

Por via da utilização da metodologia do Grupo de Controlo (adultos inscritos em processo RVCC, desistentes ou suspensos) constatou-se que a incidência da situação de desemprego é igual nos dois grupos, mas comparativamente ao Grupo de Controlo os beneficiários que concluíram o processo RVCC apresentam indicadores bastante mais positivos em diversas esferas do desenvolvimento pessoal e no que se refere à evolução do rendimento e à ALV.

5.6.1. ANÁLISE E INDICADORES DE SUPORTE POR OBJETIVO GERAL

Neste capítulo procede-se ao aprofundamento da análise aos impactos do Programa e aos objetivos gerais e estratégicos que se antecipa que terão maior probabilidade de ser concretizados.

Para tal é apresentado para cada um dos objetivos gerais do Programa e respetivas tipologias pré-selecionadas um percurso analítico constituído pelas seguintes elementos:

- Tipo de contributo esperado/ programado de cada uma das tipologias para o objetivo geral em análise;
- Aspetos nucleares da trajetória de realizações e resultados das tipologias;
- Principais elementos conclusivos quanto aos impactos da tipologia no respetivo objetivo.

A análise de cada um dos objetivos gerais do Programa finaliza com a apresentação da matriz de indicadores e descritores em que se baseou a avaliação de impactos.

Objetivo – Garantir o aumento significativo dos níveis educativos e formativos

<i>Tipologia</i>	<i>Tipo de contributo esperado/ programado</i>	<i>Trajectoria das realizações e dos resultados</i>	<i>Impacto real/ antecipável</i>
<p>1.1.2 Cursos Profissionalizantes 1.1.3 Cursos de Educação e Formação de jovens</p>	<p>Contributo forte decorrente da diversificação e do aumento da oferta de formação e do combate ao abandono escolar precoce;</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Crescimento acentuado do número de abrangidos e uma representatividade crescente destas vias no sistema de ensino regional; - Duas vias paralelas: consolidação dos cursos profissionalizantes como espaços de qualificação profissional valorizada pelos empregadores e os cursos CEF que revelam menor capacidade de afirmação no âmbito da qualificação profissional, 	<ul style="list-style-type: none"> - A duplicação em 3 anos letivos da representatividade dos jovens a frequentar as vias profissionalizantes no 3º ciclo e secundário, atingindo, em 2010, o valor de, respetivamente, 10% e 22%, indica um contributo relevante para a evolução verificada nas taxas de escolarização; - O peso dos alunos dos cursos CEF no 3º ciclo apresenta uma dinâmica de crescimento inferior à registada para os cursos profissionais e CEF no secundário, mas tratando-se de uma via claramente orientada para a recuperação de jovens em risco, ou situação efetiva, de abandono, o seu contributo para este objetivo geral afigura-se evidente; - O peso dos alunos dos cursos profissionais e CEF no total de alunos do ensino secundário apresenta um crescimento superior à evolução da taxa bruta de escolarização para o mesmo nível de ensino, o que indica um contributo crescente dos cursos profissionais para a evolução da taxa de escolarização; - O indicador relativo ao prosseguimento de estudos (34% dos jovens/ inquérito diplomados) indica um impacto relevante para percursos de educação e formação diferenciados;
<p>1.2.2. Formação profissional da administração pública</p>	<p>Contributo forte ao nível do aumento da participação dos ativos em educação ou formação;</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Número muito significativo de funcionários públicos abrangidos; - Áreas de formação predominantes associadas a perfis técnicos de diversos subsectores da administração pública regional e local; 	<ul style="list-style-type: none"> - O número de ativos envolvidos apresenta uma trajetória crescente, que atinge em 2010 o valor máximo de 16.496 indivíduos, valores que superam de forma notória as metas estabelecidas para o período em análise; - Perspetiva-se impacto com significado na evolução da taxa de participação da população dos 25 aos 64 anos, em educação ou formação por via do elevado número de ativos envolvidos;
<p>1.2.6 Reconhecimento, validação e certificação de competências</p>		<ul style="list-style-type: none"> - Número significativo de adultos com baixa qualificação, maioritariamente mulheres, até aos 44 anos; peso significativo de adultos oriundos da administração pública; - 1.537 adultos com certificação escolar, predominantemente ao nível do 3ª ciclo; 	
<p>1.3.2. Programas e Bolsas de Pós-graduação, Mestrado, Doutoramento e Pós-Doutoramento</p>	<p>Contributo forte para o aumento dos níveis de formação avançada dos recursos humanos na Região;</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Baixas taxas de desistência; conclusão absoluta nas pós-graduações; conclusão dos processos de mestrado, doutoramento e pós-doutoramento ainda em curso; 	<ul style="list-style-type: none"> - A proporção de bolseiros em pós-graduação é superior aos participantes em processos formativos conducentes à elevação dos níveis de qualificação escolar (mestrado e doutoramento); - Porem, comparando o número de TCO na RAM com mestrado (245), pode dizer-se que a tipologia tem um potencial de notabilidade elevado (198 bolseiro de mestrado) para o incremento do volume de mestres na

Tipologia	Tipo de contributo esperado/ programado	Trajetória das realizações e dos resultados	Impacto real/ antecipável
			RAM. Será ainda mais elevado no caso dos doutoramentos, pois a RAM registava em 2009 25 TCO doutorados, e o programa apoia atualmente 64 doutorandos.

Domínios de impacto, indicadores e descritores

Domínios de impacto	Indicadores e descritores	2006/2007	2009/2010	Fonte
Contributo dos cursos profissionalizantes e de educação e formação de jovens para a evolução das taxas brutas de escolarização, no ensino básico e no ensino secundário, no período 2007 a 2010	Nº total de alunos matriculados no 3º ciclo e secundário profissional (cursos profissionais e cursos CEF)	1805	3199	Estatísticas da Educação, GEPE
	Nº total de alunos matriculados no 3º ciclo e secundário	22948	20461	
	Nº total de alunos matriculados no 3º ciclo e secundário profissional/ Nº total de alunos matriculados no 3º ciclo e secundário (%)	7,9%	15,6%	
	Nº de alunos matriculados no 3º ciclo profissional (cursos profissionais e cursos CEF)	555	1123	
	Nº de alunos matriculados no 3º ciclo	11922	10962	
	Nº total de alunos matriculados no 3º ciclo profissional/ Nº total de alunos matriculados no 3º ciclo (%)	4,7%	10,2%	
	Nº total de alunos matriculados no secundário profissional (cursos profissionais e cursos CEF)	1250	2076	
	Nº de alunos matriculados no ensino secundário	11026	9499	
	Nº total de alunos matriculados no secundário profissional/ Nº total de alunos matriculados no secundário (%)	11,3%	21,9%	
	Taxa bruta de escolarização no ensino secundário [(Alunos matriculados no ensino secundário/ População residente com idade entre 15 e 17 anos)*100]	114,4%	121,2%	Sistema estatístico

<i>Domínios de impacto</i>	<i>Indicadores e descritores</i>	<i>Dezembro de 2011</i>	<i>Fonte</i>
Contributo dos cursos profissionalizantes e de educação e formação de jovens para o prosseguimento de estudos, no período 2007 a 2011	Nº de diplomados inquiridos com dupla certificação, de Nível II e III, que iniciaram um curso mais avançado / Nº total de diplomados respondentes (%)	34,0%	Inquérito aos diplomados dos Cursos Profissionalizantes e Cursos de Educação e Formação

<i>Domínios de impacto</i>	<i>Indicadores e descritores</i>	<i>2008</i>	<i>2009</i>	<i>2010</i>	<i>Fonte</i>
Contributo da formação RVCC e da formação profissional da administração pública do PO para a evolução da taxa de participação da população, dos 25 aos 64 anos, em Educação ou Formação (aprendizagem ao longo da vida) no período 2007 a 2010.	Nº de abrangidos	1.725	7.329	16.496	SIIFSE (Tipologias 1.2.2 e 1.2.6)
	Nº total de indivíduos com idade entre os 25 e 64 anos	136.924	138.602	139.966	Sistema estatístico
	Nº de abrangidos / Nº total de indivíduos da RAM com idade entre os 25 e 64 anos (%)	1,3%	5,3%	11,8%	O indicador selecionado corresponde à definição de taxa de participação utilizada como indicador de resultado pelo Programa e não ao indicador de aprendizagem ao longo da vida do Observatório SECRAM ou INE, Inquérito ao Emprego.
Contributo da formação avançada do PO para a evolução do nº de indivíduos com pós-graduação, mestrado, doutoramento e pós-doutoramento na RAM, no período 2007 a 2010	Nº de indivíduos apoiados por bolsas de mestrado	198			SIIFSE (Tipologia 1.3.2)
	Nº de TCO da RAM com mestrado	-	245	-	MTSS, Quadros de Pessoal
	Nº de indivíduos apoiados por bolsas de doutoramento	64			SIIFSE (Tipologia 1.3.2)
	Nº de TCO da RAM com doutoramento	-	25	-	MTSS, Quadros de Pessoal

Objetivo do Programa – Elevar as competências regionais correspondentes à formação de base tecnológica e profissionalizante

<i>Tipologia</i>	<i>Tipo de contributo esperado/ programado</i>	<i>Trajectoria das realizações e dos resultados</i>	<i>Impacto real/ antecipável</i>
1.1.2 Cursos Profissionalizantes 1.1.3 Cursos de Educação e Formação de jovens	- Contributo forte ao nível da formação para jovens, através da diversificação das modalidades de qualificação profissionalizante oferta e da consolidação da qualidade do sistema;	- Crescimento acentuado do número de abrangidos e uma representatividade crescente destas vias no sistema de ensino regional; - Consolidação dos cursos profissionalizantes como espaços de qualificação profissional crescentemente valorizados pelos empregadores;	- A meta definida pelo Programa para o nº de diplomados com dupla certificação (nível II e III), em 2015, é de 2.800; - Em três anos letivos, a proporção de jovens que concluem o secundário com uma certificação profissional cresceu quatro pontos percentuais, atingindo o valor de 14%, o que corresponde a 442 diplomados com certificação profissional; - Em 2010, 29% dos cursos integram-se nas seguintes áreas de formação “ciências, matemática e informática” e “engenharia, indústrias transformadoras e construção”;
Tipologia 1.3.2. Programas e Bolsas de Pós-graduação, Mestrado, Doutoramento e Pós-Doutoramento	- Contributo para aumentar os níveis de formação avançada, visando o aumento das lideranças científicas e a criação de emprego científico;	- Baixas taxas de desistência; conclusão absoluta nas pós-graduações; conclusão dos processos de mestrado, doutoramento e pós-doutoramento ainda em curso;	- Baixa proporção de bolseiros apoiados que concluíram a formação em áreas C&T (9,8%) quando comparado com a proporção de diplomados em áreas C&T no ensino superior (24%), indica impacto reduzido da tipologia ao nível das competências de base tecnológica

Domínios de impacto, indicadores e descritores

Domínios de impacto	Indicadores e descritores	2006/2007	2009/2010	Fonte
Contributo dos cursos profissionalizantes e de educação e formação de jovens para a evolução dos jovens que concluem o ensino secundário com uma certificação profissional no período 2007 a 2010.	Nº total de jovens que concluem o ensino secundário com uma certificação profissional (<i> cursos profissionais e cursos CEF</i>) (a)	279	442	Estatísticas da Educação, GEPE
	Nº total de jovens que concluem o ensino secundário (b)	2643	3109	
	a / b*100	10,6%	14,2%	

Domínios de impacto	Indicadores e descritores	2008	2009	2010	2010 (em termos acumulados)	Fonte
Contributo dos cursos profissionalizantes e de educação e formação de jovens do PO para o número de jovens com formação de base tecnológica, no período 2007 a 2010	Nº de abrangidos, em cursos de nível II e III, em áreas de formação de base tecnológica (<i>classificação 4 e 5</i>) (a)	-	370	504	-	SIIFSE (Tipologias 1.1.2 e 1.1.3); *Indicador alterado de forma a integrar os cursos dos 2 níveis pois os dados segundo a área de formação não se encontram desagregados por nível de curso. Inicialmente, o indicador era definido para o nível III.
	Nº de abrangidos em cursos de Nível II e III (b)	-	1471	1747	-	
	a / b*100	-	25,2	28,8	-	
Contributo da formação avançada do PO para o número de indivíduos com formação avançada de base tecnológica, no período de 2007 a 2010.	Nº de bolsiros apoiados que concluíram por bolsas de formação avançada em áreas/ temáticas de base tecnológica (<i>classificação 4 e 5</i>) (a)	2	3	16	21	SIIFSE (CITMA); O valor final do indicador poderá estar inflacionado na medida em que face à informação disponível se optou por usar os grandes grupos de classificação das áreas de educação e formação – Grupo 4: ciências, matemática e informática; Grupo 5: engenharia, indústrias transformadora e construção.
	Nº total de bolsiros que concluíram (b)	65	29	120	214	
	a / b*100	3,1%	10,3%	13,3%	9,8%	

Objetivo do Programa: Criar emprego em articulação proativa com o fomento da iniciativa empresarial e a inserção profissional

<i>Tipologia</i>	<i>Tipo de contributo esperado/ programado</i>	<i>Trajétória das realizações e dos resultados</i>	<i>Impacto real/ antecipável</i>
1.1.2 Cursos Profissionalizantes 1.1.3 Cursos de Educação e Formação de jovens	Aumentar as condições de empregabilidade dos jovens e promover a inserção no mercado de trabalho	<ul style="list-style-type: none"> - Crescimento acentuado do número de abrangidos e uma representatividade crescente destas vias no sistema de ensino regional - Duas vias paralelas: consolidação dos cursos profissionalizantes como espaços de qualificação profissional valorizada pelos empregadores e os cursos CEF com menor capacidade de afirmação no âmbito das vias profissionalizantes. 	<ul style="list-style-type: none"> - A informação recolhida pelo OSECRAM relativa à empregabilidade dos ex-formandos revela uma descida significativa ao longo dos anos (taxa de empregabilidade: 2000/ 83%; 2007/ 59%); - Os dados apurados através de inquérito aos ex-formandos revelam: <ul style="list-style-type: none"> . 57% dos diplomados já tiveram uma experiência de emprego, após o final do curso, 38% estavam a trabalhar em dezembro de 2011 e 37% estavam desempregados. - Comparativamente com a informação recolhida pelo OSECRAM relativa aos diplomados de cursos terminados em 2009, quanto à situação profissional em maio de 2010, a % de diplomados inquiridos a trabalhar, em dezembro de 2011, é semelhante e a % de diplomados desempregados é superior (9 pontos percentuais);
Tipologia 1.3.2. Programas e Bolsas de Pós-graduação, Mestrado, Doutoramento e Pós-Doutoramento	Aumentar os níveis de formação avançada junto dos recursos humanos, facilitando a sua inserção nas empresas, consolidando as suas instituições e criando emprego científico	<ul style="list-style-type: none"> - Elevada procura pela formação avançada, predominantemente em regime de pós-graduação, orientado por motivações associada à melhoria de competências no desempenho da atividade profissional ou de melhoria das perspetivas de carreira - Baixas taxas de desistência; conclusão absoluta nas pós-graduações; conclusão dos processos de mestrado, doutoramento e pós-doutoramento ainda em curso 	<ul style="list-style-type: none"> - Procura da formação avançada maioritariamente por indivíduos que já trabalhavam, mas reflete-se na melhoria dos níveis de emprego, sendo superior a proporção de indivíduos que no final se encontra empregado, contrariando as condições de contexto que revelam crescimento da taxa de desemprego global. - Fortes limitações internas das organizações em definir uma organização do trabalho que potencie os resultados das formações avançadas, valorizando-as - Na perspetiva da qualidade da inserção regista-se uma elevada proporção de vínculos efetivos e de trabalho a tempo completo, mas níveis de remuneração abaixo dos 1.000€ para 15% , entre 1.000€ e 1500€ para 58% e acima de 1500€ para os demais. - Baixa proporção dos que se encontram a trabalhar por conta própria com ou sem pessoal ao serviço, sugerindo um baixo impacto no fomento da iniciativa empresarial
Tipologia 2.1.1 Estágios Profissionais	Aumentar as condições de empregabilidade dos jovens qualificados (ensino superior e secundário) e promover a inserção no mercado de trabalho	<ul style="list-style-type: none"> - Elevada taxa de participação 	<ul style="list-style-type: none"> - Bons níveis de empregabilidade, sobretudo quando comparado com indivíduos com as mesmas características que não realizaram estágio (grupo de controlo) - Possibilidade de integração após o estágio rápida e significativamente autónoma face aos serviços públicos de emprego. - Potencial contributo a introdução de correções face às áreas de formação que tipicamente apresentam menos potencial de empregabilidade. - Os empregos obtidos possuem vínculos contratuais com uma proporção superior

<i>Tipologia</i>	<i>Tipo de contributo esperado/ programado</i>	<i>Trajectoria das realizações e dos resultados</i>	<i>Impacto real/ antecipável</i>
			<p>a 1/3 de vínculos permanentes, sendo as condições remuneratórias um dos aspetos, analisados, menos favoráveis do ponto de vista da qualidade da inserção.</p> <p>- Apesar da taxa de desemprego jovem na Região apresentar uma tendência de agravamento a sua evolução cresceu menos do que a taxa de desemprego global.</p>
<p>Tipologia 2.2.5 Formação/Emprego</p>	<p>Aumentar as condições de empregabilidade dos desempregados, em relação direta com as necessidades das empresas acolhedoras, e promover a inserção no mercado de trabalho</p>	<p>- Níveis de participação superiores à meta, embora numa tendência decrescente.</p> <p>- A participação das empresas no programa decorre, em grande medida, da necessidade de realizar formação inicial aquando do recrutamento de colaboradores.</p>	<p>- Forte contributo para a melhoria das condições de empregabilidade, assegurada na totalidade pelo tecido produtivo do setor privado, embora com menor índice nos menos qualificados face aos mais qualificados.</p>
<p>Tipologia 2.3.4 Ocupação de desempregados</p>	<p>Aumentar as condições de empregabilidade dos desempregados dos desempregados fortemente desfavorecidos perante o mercado de trabalho, e promover a inserção no mercado de trabalho</p>	<p>- É a tipologia do Eixo II com índices de participação mais elevados.</p>	<p>- Níveis de empregabilidade baixos por parte das pessoas abrangidas, decorrente dos seus baixos níveis de qualificação e a sua junção a outros fatores de exclusão (social) que enfatizam o seu desfavorecimento perante o mercado de trabalho.</p> <p>- O facto das entidades acolhedoras serem públicas ou privadas SFL dificulta a obtenção de um emprego na entidade acolhedora uma vez findo o programa. No caso das entidades públicas porque o setor público tem restrições à contratação. No caso das entidades privadas SFL, existem evidências de que é complexo o ajustamento das competências básicas das pessoas ao perfil funcional de acolhimento.</p>

Domínios de impacto, indicadores e descritores

<i>Domínios de impacto</i>	<i>Indicadores e descritores</i>		<i>2008</i>	<i>2009</i>	<i>2010</i>	<i>2011</i>	<i>Fonte</i>
Contributo do PO para a evolução da taxa de desemprego da RAM, no período de 2007 a 2010.	Evolução da taxa de desemprego por grupo etário (%)	Total	6% (6,8 em 2007)	7,6%	7,4% (9,6 mil indiv.)	13,8% (18 mil indiv.)	INE, inquérito ao emprego ou estatísticas do emprego
		15 - 24 anos	15,1% (16,9 em 2007)	19,7%	17,3% (2,0 mil indiv.)	39,1% (4,7 mil indiv.)	
		25 - 34 anos	7,4% (7 em 2007)	9,3%	9,3% (3,4 mil indiv.)	14,8% (5,4 mil indiv.)	
		35 - 44 anos	4,5% (6,6 em 2007)	5,2%	6,1% (2,2 mil indiv.)	11,4% (4,1 mil indiv.)	
		45 e mais anos	3,1% (idem 2007)	4,7%	4,6% (2,1 mil indiv.)	8,3% (3,7 mil indiv.)	
		taxa de desemprego jovem (%)	15,1%	19,7%	17,3% (2,0 mil indiv.)	39,1% (4,7 mil indiv.)	
	Evolução da taxa de desemprego de longa duração(%)	3% (3,3 em 2007)	3,7%	3,6% (4,7 mil indiv.)	8,8% (11,5 mil ind.)		

<i>Domínios de impacto</i>	<i>Indicadores e descritores</i>	<i>Dezembro de 2011</i>	<i>Fonte</i>
Contributo dos cursos profissionalizantes e de educação e formação de jovens do para o emprego	% de diplomados que já trabalharam	56,7%	Inquérito aos diplomados dos Cursos Profissionalizantes e Cursos de Educação e Formação
	Nº de diplomados inquiridos que estavam a trabalhar em dezembro de 2011/ Nº total de diplomados respondentes (%)	37,5%	
	% de diplomados dos cursos 2009 que estavam a trabalhar em maio de 2010	36.9%	Inquérito do OSEGRAM
	Nº de diplomados inquiridos, que já trabalhavam ou que estão a trabalhar, que obtiveram emprego até 12 meses após o final do curso / Nº total de diplomados respondentes. (*) inclui os que já trabalhavam antes do fim do curso	91,2%	Inquérito aos diplomados dos Cursos Profissionalizantes e Cursos de Educação e Formação
Contributo dos estágios profissionais apoiados pelo PO para o emprego	% de ex-estagiários que já trabalharam	67,4%	Inquérito aos beneficiários com ensino superior dos Estágios Profissionais
	Nº de beneficiários com ensino superior que estavam a trabalhar em dezembro de 2011/ Nº total de beneficiários com ensino superior respondentes	63,3%	
	Nº de beneficiários que obtiveram emprego até 6 meses após a conclusão do estágio e estavam empregados em dezembro de 2011 / Nº total de beneficiários de estágio (ou total de inquiridos respondentes).	73,4%	
	Nº de jovens com ensino superior inscritos nas bases do IEM, que não beneficiaram da medida Estágio e que estão empregados/ Nº total de jovens com ensino superior inscritos nas bases do IEM no período de 2007 a 2011, que não beneficiaram da medida Estágio.	46,5%	Grupo de Controlo
Contributo da formação avançada apoiada pelo PO para o fomento da atividade profissional relacionada com a área científica da bolsa	Nº de bolseiros que concluíram a pós-graduação, mestrado, doutoramento e pós-doutoramento e que em dezembro de 2011 tinham atividade profissional principal ou secundária relacionada com a área científica da bolsa / Nº de bolseiros que concluíram a pós-graduação, mestrado, doutoramento e pós-doutoramento;	93,1%	Inquérito Destinatários Finais;

Objetivo do Programa – Melhorar a eficiência da governação regional

<i>Tipologia</i>	<i>Tipo de contributo esperado/ programado</i>	<i>Tendências gerais da trajetória das realizações e dos resultados</i>	<i>Impacto real/ antecipável</i>
1.2.2. Formação profissional da administração pública	É a única tipologia que contribui para este objetivo geral, por isso é expectável um contributo forte para o desenvolvimento do vetor “competências” dos processos de modernização da administração pública.	<ul style="list-style-type: none"> - Número muito significativo de funcionários públicos abrangidos; - Conceção e planeamento da formação escassamente ancorado na dimensão “processos de modernização administrativa”; - Áreas de formação predominantes associadas a perfis técnicos de diversos subsectores da administração pública regional e local; 	<ul style="list-style-type: none"> - As evidências recolhidas não permitem uma conclusão definitiva quanto à abrangência do impacto da tipologia ao nível da melhoria da eficiência da governação regional. - A abordagem através da perceção das entidades beneficiárias e dos formandos indica resultados muito positivos ao nível do contributo para a melhoria da qualidade dos serviços e cerca de 1/3 dos formandos inquiridos indica que existe relação entre a formação realizada e os projetos de modernização administrativa. - A trajetória das realizações e dos resultados, ao nível da fase de conceção e montagem dos cursos e das suas áreas de formação, sugerem reserva quanto à repercussão das tendências aferidas, junto dos beneficiários, na eficiência da governação regional.

Domínios de impacto, indicadores e descritores

<i>Domínios de impacto</i>	<i>Indicadores e descritores</i>	<i>dezembro de 2011</i>	<i>Fonte</i>
Contributo da formação profissional da administração pública apoiada pelo PO para a modernização administrativa e a melhoria da qualidade do serviço prestado	Nº de beneficiários envolvidos em projetos de modernização administrativa / Nº total de beneficiários (ou de inquiridos respondentes)	31,3%	Inquérito aos Destinatários Finais; Inquérito às Entidades Beneficiárias
	Nº de beneficiários inquiridos que afirmam melhorias da qualidade do serviço prestado no seu organismo/ serviço/ Nº total de beneficiários inquiridos	92,9%	

Objetivo do Programa – Aumentar a coesão social

Tipologia	Tipo de contributo esperado/ programado	Trajétoria das realizações e dos resultados	Impacto real/ antecipável												
1.1.2 Cursos Profissionalizantes 1.1.3 Cursos de Educação e Formação de jovens	Reforçar o combate ao insucesso e à saída escolar precoce	- Crescimento acentuado do número de abrangidos e uma representatividade crescente dos cursos CEF no âmbito do sistema regular de ensino, o que favorece a adesão dos jovens em risco, ou situação efetiva, de insucesso e abandono.	- Os indicadores apurados indicam um contributo com significado destas tipologias para a trajetória de diminuição acentuada da taxa de abandono precoce na Região (dez pontos percentuais entre 2008/ 2010): <ul style="list-style-type: none"> . crescimento relevante do número de abrangidos por estas tipologias no mesmo período, sendo que no caso dos CEF os abrangidos correspondem exatamente aos jovens em risco elevado de abandono; . indicadores recolhidos através de inquérito sinalizam a capacidade de recrutamento de jovens que já estavam completamente fora do sistema (18% dos inquiridos não estavam a estudar na altura da inscrição nos cursos); . 37% dos inquiridos continuou a estudar após a conclusão dos cursos. 												
1.2.6 Reconhecimento, validação e certificação de competências	Proporcionar aos adultos com baixas qualificações uma oportunidade para retomar percursos escolares precocemente interrompidos, tendo em vista melhorar as condições de empregabilidade e as estratégias de ALV, e por essa via contribuir para a coesão social na Região	- Número significativo de ativos abrangidos com baixa qualificação, maioritariamente mulheres, até aos 44 anos oriundas da administração pública; - 1.537 adultos com certificação escolar, predominantemente ao nível do 3 ^a ciclo.	- Os indicadores apurados (beneficiários e Grupo de Controlo) indicam impactos com relevância associados à frequência do processo RVCC nos domínios da evolução do rendimento mensal e da participação em formação, porém quanto à situação profissional, nomeadamente ao nível da incidência do desemprego, não foram identificados impactos. A conjuntura desfavorável atual, não permite retirar conclusões definitivas relativamente a esta dimensão ¹⁰ . <table border="1" data-bbox="1167 951 2074 1232"> <thead> <tr> <th></th> <th>Beneficiários que concluíram o processo RVCC/ secundário</th> <th>Grupo de controlo/ Beneficiários inscritos para processo RVCC/ secundário</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Variação da taxa de desemprego (inscrição/ inquirição)</td> <td>+ 5%</td> <td>+ 5%</td> </tr> <tr> <td>% de beneficiários que referem evolução do rendimento mensal</td> <td>37%</td> <td>14%</td> </tr> <tr> <td>% de beneficiários que participou em formação nos</td> <td>45%</td> <td>26%</td> </tr> </tbody> </table>		Beneficiários que concluíram o processo RVCC/ secundário	Grupo de controlo/ Beneficiários inscritos para processo RVCC/ secundário	Variação da taxa de desemprego (inscrição/ inquirição)	+ 5%	+ 5%	% de beneficiários que referem evolução do rendimento mensal	37%	14%	% de beneficiários que participou em formação nos	45%	26%
	Beneficiários que concluíram o processo RVCC/ secundário	Grupo de controlo/ Beneficiários inscritos para processo RVCC/ secundário													
Variação da taxa de desemprego (inscrição/ inquirição)	+ 5%	+ 5%													
% de beneficiários que referem evolução do rendimento mensal	37%	14%													
% de beneficiários que participou em formação nos	45%	26%													

¹⁰ Refira-se que estas conclusões são coerentes com aos resultados do Estudo “Resultados e Mais-valias do Reconhecimento, Validação e Certificação de competências na Região autónoma da Madeira (RAM), Secretaria Regional de Educação e Recursos Humanos, fevereiro de 2012, que refere explicitamente no Sumário Executivo: “Há pouco ou nenhum efeito em termos de benefícios económicos... A janela de observação é provavelmente demasiado curta para testemunhar mudanças reais na situação económica ... Há fortes evidências que a vida dos participantes no processo RVCC é imediatamente afetada pelo processo RVCC.

Tipologia	Tipo de contributo esperado/ programado	Trajetória das realizações e dos resultados	Impacto real/ antecipável		
			últimos 6 meses		
Tipologia 2.3.4 Ocupação de desempregados	- Contributo para o envolvimento dos desempregados fortemente desfavorecidos perante o mercado de trabalho em experiências de trabalho que reforcem a sua empregabilidade	- É a tipologia do Eixo II com índices de participação mais elevados.	- Níveis de empregabilidade baixos por parte das pessoas abrangidas, decorrente dos seus baixos níveis de qualificação e a sua junção a outros fatores de exclusão (social) que enfatizam o seu desfavorecimento perante o mercado de trabalho. - O facto das entidades acolhedoras serem públicas ou privadas SFL dificulta a obtenção de um emprego na entidade acolhedora uma vez findo o programa. No caso das entidades públicas porque o setor público tem restrições à contratação. No caso das entidades privadas SFL, existem evidências de que é complexo o ajustamento das competências básicas das pessoas ao perfil funcional de acolhimento.		

Domínios de impacto, indicadores e descritores

Domínios de impacto	Indicadores e descritores	2008	2009	2010	2010 (em termos acumulados)	Fonte	
Contributo dos cursos profissionalizantes e de educação e formação de jovens para a redução da taxa abandono precoce de educação e formação no período de 2007/ 2010.	Nº de abrangidos em cursos de Nível II e III	-	1471	1747	-	SIIFSE (Tipologias 1.1.2 e 1.1.3);	
	% de jovens, entre os 18 e 24 anos de idade, que não estavam a estudar na altura da inscrição no curso profissionalizante ou CEF	17,7% (53 dos 300 jovens)					Inquérito aos diplomados dos Cursos Profissionalizantes e Cursos de Educação e Formação.
	% de diplomados, em cursos nível II e III, que continuou a estudar e após a conclusão do curso	-	-	-	36,7%		
	Taxa abandono precoce de educação e formação [(População residente com idade entre 18 e 24 anos, com nível de escolaridade completo até ao 3º ciclo do ensino básico que não recebeu nenhum tipo de educação (formal ou não formal) no período de referência/ População residente com idade entre 18 e 24 anos)*100]	46,8%	39,5%	37,3%	-	Sistema estatístico	

<i>Domínios de impacto</i>	<i>Indicadores e descritores</i>	<i>2008</i>	<i>2009</i>	<i>2010</i>	<i>2010 (em termos acumulados)</i>	<i>Fonte</i>
Contributo da formação RVCC e da formação profissional da administração pública do PO para a evolução da taxa de participação da população, dos 25 aos 64 anos, em Educação ou Formação no período de 2007/ 2010 (aprendizagem ao longo da vida)	Nº de abrangidos (a)	1.725	7.329	16.496	-	SIIFSE (Tipologias 1.2.2 e 1.2.6)
	Nº total de indivíduos da RAM com idade entre os 25 e 64 anos (b)	136.924	138.602	139.966	-	Sistema estatístico
	a / b*100	1,3%	5,3%	11,8%	-	O indicador selecionado corresponde à definição de taxa de participação utilizada como indicador de resultado pelo próprio programa e não ao indicador de aprendizagem ao longo da vida do O SECRAM ou INE, Inquérito ao Emprego.

<i>Domínios de impacto</i>	<i>Indicadores e descritores</i>	<i>dezembro de 2011</i>	<i>Fonte</i>
Contributo dos processos RVCC/ secundários para a melhoria da situação profissional;	% de beneficiários que concluíram processo RVCC/ secundário que se encontravam empregados aquando a inscrição no processo de RVCC e que atualmente se encontram empregados	94,5% (5,5% encontram-se atualmente desempregados)	Inquérito aos adultos certificados na tipologia RVCC;
	% de beneficiários que concluíram processo RVCC/ secundário que se encontravam desempregados aquando a inscrição no processo de RVCC e que atualmente se encontram empregados	100,0%	
	Nº de beneficiários que referem melhorias da sua situação profissional (aumentaram a remuneração) / Nº total de beneficiários que concluíram processo RVCC7 secundário (ou de inquiridos respondentes);	36,7%	
	% de beneficiários inscritos em CNO para certificação ao nível do ensino secundário, mas que não realizaram processo RVCC (desistentes e suspensos) e que se encontravam empregados aquando da inscrição no processo RVCC e que atualmente estão empregados	86,7% (10,4% estão atualmente desempregados)	Inquérito Grupo de Controlo/ tipologia RVCC (adultos inscritos nos CNO da RAM mas desistentes e suspensos)

<i>Domínios de impacto</i>	<i>Indicadores e descritores</i>	<i>dezembro de 2011</i>	<i>Fonte</i>
	% de beneficiários inscritos em CNO para certificação ao nível do ensino secundário, mas que não realizaram processo RVCC (desistentes e suspensos) que se encontravam desempregados aquando da inscrição no processo RVCC e que atualmente estão empregados	50% (50% encontravam-se atualmente desempregados)	
	% de beneficiários inscritos em CNO para certificação ao nível do ensino secundário, mas que não realizaram processo RVCC (desistentes e suspensos) que aumentaram a remuneração mensal	13,9%	
Contributo dos processos RVCC/secundário para o desenvolvimento pessoal;	Nº de beneficiários que após conclusão do processo RVCC passaram a ler mais vezes jornais e revistas / Nº total de beneficiários que concluíram processo RVCC (ou de inquiridos respondentes);	40,0%	Inquérito aos adultos certificados na tipologia RVCC; Nº de beneficiários que registam melhorias em termos de desenvolvimento pessoal / Nº total de beneficiários que concluíram processo RVCC (ou de inquiridos respondentes); *(este indicador foi substituído pelos 4 indicadores quantificados, no sentido de melhor definir o entendimento de "desenvolvimento pessoal"); Nº de beneficiários que iniciaram novo curso escolar ou profissional / Nº total de beneficiários que concluíram processo RVCC (ou de inquiridos respondentes); *(indicador substituído pelos dois indicadores quantificados)
	Nº de beneficiários que após conclusão do processo RVCC passaram a utilizar mais vezes a Internet / Nº total de beneficiários que concluíram processo RVCC (ou de inquiridos respondentes);	62,4%	
	Nº de beneficiários que após conclusão do processo RVCC sentem maior vontade em aprender coisas novas / Nº total de beneficiários que concluíram processo RVCC (ou de inquiridos respondentes);	85,1%	
	Nº de beneficiários que após conclusão do processo RVCC sentem maior confiança para desenvolver os próprios projetos/ Nº total de beneficiários que concluíram processo RVCC (ou de inquiridos respondentes);	83,9%	
Contributo dos processos RVCC/ secundário apoiados para o prosseguimento de estudos/formação	Nº de beneficiários certificados que participaram numa ação de formação profissional nos últimos 6 meses/ Nº total de beneficiários que concluíram processo RVCC (ou de inquiridos respondentes);	45,3%	Inquérito aos adultos certificados na tipologia RVCC;
	Nº de beneficiários certificados que ingressaram num CET ou numa licenciatura após a conclusão do processo RVCC/ Nº total de beneficiários que concluíram processo RVCC (ou de inquiridos respondentes);	8,8%	
	Nº de beneficiários (desistentes e suspensos) que participaram numa ação de formação profissional nos últimos 6 meses/ Nº total de beneficiários inscritos (desistentes e suspensos) (%)	26,4%	Inquérito Grupo de Controlo/ tipologia RVCC (adultos inscritos nos CNO da RAM mas desistentes e suspensos)

5.7. QUAIS OS EFEITOS-TIPO DAS PRINCIPAIS ÁREAS DE INTERVENÇÃO DO PROGRAMA, EM TERMOS DE CONTRIBUTOS PARA AS PRIORIDADES ESTRATÉGICAS DA AGENDA DO POTENCIAL HUMANO? NOMEADAMENTE AS QUE SE REFEREM À QUALIFICAÇÃO INICIAL DOS JOVENS, À APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA, À FORMAÇÃO E INTEGRAÇÃO PROFISSIONAL DE RECURSOS HUMANOS ALTAMENTE QUALIFICADOS, À TRANSIÇÃO PARA A VIDA ATIVA, À INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL E À IGUALDADE DE GÉNERO?"

Esta questão de avaliação remete para uma apreciação global do contributo do Programa Rumos para as prioridades estratégicas da Agenda do Potencial Humano, traduzidas nos seguintes quatro objetivos principais:

- (1) Superar o défice estrutural de qualificações da população portuguesa;
- (2) Promover o conhecimento científico, a inovação e a modernização do tecido produtivo e da Administração Pública;
- (3) Estimular a criação e a qualidade do emprego, e
- (4) Promover a igualdade de oportunidades.

A partir da sistematização dos principais efeitos-tipo do Programa para o cumprimento dos objetivos da Agenda do Potencial Humano, é possível analisar, de forma global, a relação de contributo que o Programa estabelece com esta Agenda. Assim, para formular a resposta à questão, importa destacar as principais evidências dos efeitos-tipo alcançados pelo Programa, com relação aos objetivos estratégicos da Agenda, mobilizando-se, para este efeito, a análise dos principais indicadores – de resultado, realização e impacto – que se afiguram mais expressivos do contributo do PO para:

- A correção do défice estrutural de qualificações escolares da população madeirense;
- A correção do défice estrutural de qualificações dos ativos empregados/ desempregados da RAM;
- A promoção do conhecimento científico e da inovação dos recursos humanos regionais;
- A criação e qualidade do emprego da população madeirense.

Quais os efeitos tipo do Eixo Prioritário Educação e Formação sobre a correção do défice estrutural de qualificações escolares da população madeirense?

Com a evidente aposta do Programa na componente de Educação e Formação, são os efeitos-tipo relacionados com o objetivo de superação do défice estrutural de qualificações da população portuguesa que se afiguram mais expressivos. Com efeito, o Eixo Prioritário Educação e Formação do Rumos está fortemente alinhado com as prioridades nacionais expressas na Agenda do Potencial Humano que visam orientar o “eixo de qualificação” da população para um patamar mais elevado de qualificações, como suporte ao desenvolvimento de novas qualificações e competências para novos empregos, numa economia regional mais competitiva.

O perfil de desempenho do Eixo Prioritário Educação e Formação, em particular das tipologias dirigidas a jovens e a adultos pouco qualificados, contribui de forma expressiva para os seguintes efeitos-tipo contributivos desse objetivo:

- expansão da oferta de formação inicial de natureza profissionalizante na Região;

- elevação das qualificações escolares dos jovens, consagrando o nível secundário como referencial mínimo de qualificação, e
- expansão da oferta de percursos flexíveis que permitem a aquisição de competências certificadas para os adultos.

No caso particular da formação inicial de jovens, o PO assume um papel de relevo no aumento e diversificação das vias profissionalizantes: no final de 2011, o total de formandos abrangidos em modalidades de dupla certificação ultrapassou os 6.000 jovens (Indicadores conjunturais de monitorização do QREN) e em 2009/2010, os jovens que frequentam vias profissionalizantes representam 16% do total de jovens que frequentam o 3.º ciclo do ensino básico e secundário, o dobro face ao período de arranque do Programa (em 2006/2007 esse valor era de 7,9%).

Esta linha de política tem efeitos observáveis na elevação da taxa de escolarização ao nível do ensino secundário, que aumenta 7% desde o arranque do Programa. Igualmente relevante é o efeito alcançado na redução do abandono escolar precoce, cifrado em 37,3% em 2010. Não obstante a taxa de abandono escolar na RAM ser, ainda, mais elevada que a média nacional (28,7% no total do país, em 2010), não deixa de ser bastante positivo que em 3 anos, se assista a uma redução desse indicador na ordem de 10 p.p. Com efeito, 18% dos inquiridos que concluíram um curso profissionalizante/curso de educação – formação não estavam a estudar antes de iniciar o curso, dado que dá conta do contributo do Programa para a recuperação do abandono escolar precoce.

No que respeita à população adulta, destaca-se o contributo da tipologia 1.2.6 – Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências para promover a elevação de qualificações de ativos com baixas qualificações, com alcance na certificação escolar de mais de 1500 adultos, predominantemente ao nível do 3.º ciclo do ensino básico.

Quais os efeitos tipo do Eixo Prioritário Educação e Formação sobre a correção do défice estrutural de qualificações dos ativos empregados/ desempregados da RAM?

Subordinado, igualmente, ao objetivo de superar o défice estrutural de qualificações da população portuguesa, inscrito na Agenda do Potencial Humano, destaca-se o contributo do Eixo Prioritário Educação e Formação para a:

- promoção da qualificação e da empregabilidade dos ativos, por via da aposta no reforço da sua qualificação base.

Trata-se de um efeito-tipo forte na medida em que o Programa revela uma forte capacidade de atração de ativos em ações de formação: mais de 16.000 ativos abrangidos nas tipologias 1.2.2 e 1.2.6. em 2010, com superação das metas estabelecidas.

A inquirição levada a cabo junto dos destinatários finais da tipologia 1.2.6 – Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências permite evidenciar um efeito positivo da passagem pelo processo na promoção da aprendizagem ao longo da vida dos beneficiários, que o confronto com o grupo de controlo torna ainda mais evidente: 45% dos certificados com RVCC secundário participou numa ação de formação profissional nos 6 meses anteriores à inquirição, sendo que no grupo de desistentes apenas 26% passaram por essa situação; 9% dos certificados com RVCC secundário ingressou num CET ou numa licenciatura após concluir o processo. Ainda que este efeito não possa ser generalizado às restantes tipologias, não deixa de ser um indicador relevante para a perceção do efeito que a frequência destas ações desempenha no estímulo à participação em educação e formação ao longo da vida.

Acresce, ainda, uma dimensão relevante de contributo do Eixo, que se cruza com o segundo objetivo principal da Agenda do Potencial Humano – “promoção do conhecimento científico, a inovação e a modernização do tecido produtivo e da Administração Pública” –, e que se prende com a:

- melhoria da situação profissional e adaptabilidade dos ativos da Administração Pública.

Trata-se de uma tipologia bastante expressiva no número de abrangidos envolvidos e que colhe percepções muito positivas dos participantes em relação ao contributo para a sua atividade profissional, a melhoria das suas competências técnicas, competências de trabalho em equipa e motivação para o exercício das suas funções (a valoração de contributo atribuída a todas estas dimensões é forte e muito forte, para mais de 80% dos inquiridos). No que respeita ao efeito da formação na melhoria da eficiência e da eficácia da Administração Pública, cerca de 1/3 dos participantes reconhece uma relação entre a formação realizada e projetos de modernização em curso. Contudo, face às evidências recolhidas, não é possível aferir conclusivamente em relação ao efeito mais amplo da intervenção na melhoria da eficiência e da eficácia da Administração Pública.

Quais os efeitos tipo do Eixo Prioritário Educação e Formação para a promoção do conhecimento científico e da inovação dos recursos humanos regionais?

O contributo do Eixo Prioritário Educação e Formação para a promoção do conhecimento científico e da inovação dos recursos humanos regionais ocorre, em particular, por via do reforço da formação avançada dos recursos humanos da Região. Este contributo advém do desempenho da Tipologia 1.3.2 Programas e bolsas de pós-graduação / mestrado / doutoramento e pós-doutoramento, uma vez que as restantes tipologias apresentam níveis de desempenho pouco significativos. Assim, o efeito-tipo observado prende-se com o contributo do Programa para o:

- alargamento das qualificações pós-graduadas dos recursos humanos da Região

O padrão de distribuição das bolsas privilegia as bolsas de pós-graduação, seguindo-se as bolsas de mestrado, distribuídas junto de beneficiários que acumulam a frequência da formação com uma atividade profissional (59% dos inquiridos estavam nessa situação quando se candidataram à bolsa do Programa Rumos) e que aposta na formação para desenvolver conhecimentos/competências relacionadas com a sua atividade profissional (64% dos casos), segundo dados do Inquérito aos ex-bolseiros. É na saúde e na educação que a maioria dos ex-bolseiros desempenha atividade profissional (62%), em entidades da Administração Pública (59,4% dos casos) sendo pouco expressiva a proporção da formação em áreas de C&T, quando comparada com o ensino superior (24% dos diplomados do ensino superior em áreas de C&T, face a 9,8% dos ex-bolseiros).

Assim, verifica-se que o alargamento das qualificações pós-graduadas tem um efeito pouco expressivo no desenvolvimento das áreas da ciência e tecnologia, destacando-se a incorporação de valor nas competências profissionais dos ativos do setor da saúde e educação da região, como o efeito mais evidente.

Quais os efeitos tipo do Eixo Prioritário Emprego e Coesão Social sobre a criação e qualidade do emprego da população madeirense?

Todas as tipologias de intervenção inscritas no Eixo Prioritário Emprego e Coesão Social contribuem para esta dimensão de contributo, com os principais efeitos-tipo inscritos ao nível do:

- apoio à transição de jovens para a vida ativa e à promoção da criação de emprego qualificado, e
- promoção da inserção social de pessoas vulneráveis a trajetórias de exclusão social.

Os Estágios Profissionais são a tipologia do Eixo que mais se destaca na promoção do apoio à transição para a vida ativa dos jovens, com contributos positivos, sobretudo quando confrontados com o grupo de controlo: 63% dos beneficiários de estágios profissionais estavam empregados no final de 2011 face a 46,5 do grupo de controlo. Do total de ex-estagiários que está empregado, 46% ficou a trabalhar na entidade onde realizou o estágio profissional o que é elucidativo da percepção de valorização dos empregadores em relação ao desempenho dos estagiários. No que respeita à qualidade do emprego, a quase totalidade dos inquiridos exerce atividade profissional a tempo inteiro, sobretudo como trabalhador por conta de outrem, dos quais 57% possui um contrato a prazo e 36% está efetivo. Também a tipologia de Formação/Emprego revela níveis de participação superiores à

meta e contributos fortes em matéria de melhoria das condições de empregabilidade dos beneficiários.

Atendendo ao contexto atual de contração do emprego no setor público, não é de estranhar o protagonismo do setor privado na absorção de beneficiários de ambas as tipologias.

No que respeita à promoção da inserção social de pessoas vulneráveis a trajetórias de exclusão social, os efeitos alcançados são menos positivos. Considerando a tipologia de intervenção 2.3.4 Ocupação de desempregados, a abrangência elevada (mais de 4.600 pessoas em situação de desfavorecimento abrangidas) não tem repercussão equivalente na inserção profissional dos abrangidos pela tipologia.

Quais os contributos do PO para os objetivos da Agenda do Potencial Humano a nível global?

A matriz seguinte expressa a relação entre os objetivos específicos das tipologias do PO sujeitas a tratamento aprofundado e os principais objetivos da Agenda do Potencial Humano, de forma a ilustrar a relação holística entre os contributos do PO e a Agenda do Potencial Humano.

Tabela 31. Interação entre os objetivos específicos das tipologias do PO sujeitas a tratamento aprofundado, para os objetivos da Agenda do Potencial Humano

Dimensões de contributo dos Eixos do Programa	Objetivos específicos do Programa Rumos	Prioridades da Agenda Operacional para o Potencial Humano			
		Superar o défice estrutural de qualificações da população portuguesa	Promover o conhecimento científico, a inovação e a modernização do tecido produtivo e da Administração Pública	Estimular a criação e a qualidade do emprego	Promover a igualdade de oportunidades
Eixo I - Correção do défice estrutural de qualificações escolares da população madeirense	Aumentar e diversificar a oferta de vias profissionalizantes para jovens	XXX			
	Aumentar as condições de empregabilidade dos jovens	XX			
	Reforçar o combate ao insucesso e à saída escolar precoce	XXX			
Eixo I - Correção do défice estrutural de qualificações dos ativos empregados/desempregados da RAM	Melhorar as condições de adaptabilidade dos trabalhadores	XXX	XXX		
	Aumentar o nível de qualificação dos ativos	XXX			
	Aumentar a eficiência e a eficácia da Administração Pública		XX		
Eixo I - Promoção do conhecimento científico e da inovação dos recursos humanos regionais;	Apoiar o reforço da capacidade de inovação e desenvolvimento tecnológico regional		X		
	Promover o emprego e a cultura científica e tecnológica:			X	
	Reforçar a formação avançada dos recursos humanos regionais		XX		
Eixo II - Criação e qualidade do emprego da população madeirense	Apoiar a integração profissional de jovens			XXX	
	Desenvolver competências profissionais adequadas às exigências do mercado de trabalho			XXX	
	Apoiar a criação de emprego no âmbito do desenvolvimento local			X	X
	Promover a coesão e o desenvolvimento social				X
	Promover a igualdade de oportunidades no acesso e na participação no mercado de trabalho				X

Legenda: Contributo forte (XXX); Contributo médio (XX); Contributo reduzido (X)

6. PRINCIPAIS CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

6.1. CONCLUSÕES

Alcance metodológico do estudo de avaliação

As conclusões do estudo de avaliação intercalar do Programa Rumos têm de ser contextualizadas no quadro das próprias opções metodológicas por ele assumidas, determinadas quer pelas opções de raiz definidas pelo próprio caderno de encargos, quer pela própria aprendizagem da equipa técnica que resulta do conhecimento aprofundado do sistema de formação da Região, quer ainda pelo investimento metodológico realizado para responder eficazmente às exigências contratuais acima referidas.

Importa destacar nesse campo a percepção à partida da complexidade do programa e da árvore de objetivos que lhe está associada. Essa percepção determinou, em primeiro lugar, a necessidade de focar o estudo de avaliação em algumas tipologias de medidas consideradas mais relevantes para ser possível extrapolar, com o presente grau de compromisso e de execução, resultados e impactos finais do programa. Exigiu ainda que o grau de aprofundamento do processo de avaliação não fosse homogêneo para todas as tipologias. Trata-se de uma boa prática a ter futuramente em conta e possibilita uma leitura consistente da programação, identificando onde estão os seus pontos críticos e atribuindo desse modo à avaliação intercalar um outro alcance operativo.

Depois, importa também realçar que o estudo de avaliação entra no domínio da avaliação de impactos e isso representa um marco a realçar no desenvolvimento de estudos de avaliação intercalar. O esforço realizado de estabelecer uma distinção o mais clara possível entre indicadores de realização, resultado e impacto e adaptando todo o processo de avaliação e de metodologia de sistematização de informação pertinente deve ser realçado. A equipa técnica entende que o caderno de encargos do estudo traçou uma orientação neste campo que vai seguramente contribuir para a melhoria sustentada da qualidade de processos de avaliação desta natureza. O processo exigirá seguramente aprendizagem futura em função sobretudo do “*matching*” a fazer entre tais exigências e as condições concretas que as equipas de avaliação encontram no terreno, seja em termos de informação, seja em termos de acesso aos testemunhos mais relevantes. Mas estamos em crer que os resultados alcançados evidenciam uma clara progressão em direção aos níveis de qualidade e fundamentação pretendidos.

Uma programação que enfrentou alterações consideráveis de contexto nas dimensões-problema

A avaliação concluiu que a programação enfrentou do ponto de vista global alterações de contexto nas dimensões-problema com algum significado e que podem ser resumidas nos seguintes pontos:

- Impacto considerável da crise internacional e dos seus efeitos na economia portuguesa no modelo económico que sustentou o ritmo elevado de convergência real da economia da região com a média nacional e da União Europeia, baseado na relação turismo-atividades imobiliárias e de construção e nos processos de diversificação dos grupos económicos empresariais em torno do terciário associado a essas atividades e às tecnologias de informação e comunicação;
- Aumento acentuado da taxa e do volume de desemprego registado, intensificando a procura de medidas ativas da política de emprego;
- Agravamento progressivo de constrangimentos orçamentais com fortes implicações no ritmo de absorção dos apoios do programa.

Os dois primeiros estão obviamente relacionados e o terceiro tende a tornar mais complexa a gestão das pressões de procura atrás referidos. A programação apostou numa capacitação empresarial que constituiria a sequência esperada da evolução do modelo económico central na Região, mas registou-se antes uma quebra de energia empresarial, alguma pulverização de unidades empresariais e seguramente uma incapacidade de resposta do ponto de vista da procura à melhoria da oferta de qualificações que a programação comunitária na Região ajudou a consolidar.

Do ponto de vista da evolução de contexto e da sua relação mais direta com as dimensões problema às quais a programação visa dar resposta, há matizes a considerar com repercussões a ter em conta em programações futuras:

- **Dimensão “Potencial Humano e Coesão social”:** (i) em matéria de insucesso e abandono escolar, a evolução é bastante positiva, embora não corresponda ainda à erradicação de um problema, mas os efeitos da programação (sobretudo a intervenção do eixo 1 do programa) estão presentes; (ii) no que respeita às qualificações escolares e profissionais prossegue a lenta evolução da Região neste domínio, com influência da programação Rumos, mas a oferta formativa existente enfrenta agora o desafio de novas tipologias de procura associadas à população desempregada que demanda o programa; (iii) a evolução do desemprego registado no período mais recente confronta com a praticamente esgotada capacidade de compromisso financeiro do Eixo Emprego e Coesão Social; (iv) em matéria de riscos de marginalidade e exclusão social, a informação disponível não é abundante mas o alastramento em curso de focos de pobreza e marginalidade confronta-se com uma diminuída capacidade de resposta de instituições de solidariedade na sequência do já mencionado agravamento dos constrangimentos orçamentais;
- **Domínio “Inovação, Empreendedorismo e Sociedade do Conhecimento”:** a Região enfrenta nesta dimensão um problema de desempenho crítico, materializado na perda de energia de um tecido institucional regional do qual se esperava um forte protagonismo de procura e absorção de apoios do Rumos, impondo-se toda uma metodologia de capacitação para um maior protagonismo de procura;
- **Domínio “Coesão territorial e Desenvolvimento equilibrado”:** a cobertura da Região em termos de ensino pré-escolar, a abordagem à empregabilidade de públicos específicos e a intensificação de apoios à instalação de casais jovens são evoluções de contexto a ter em conta, mas seguramente com menos intensidade do que as associadas ao primeiro domínio do potencial humano e coesão social.

A intervenção do Programa Rumos face ao estado atual do sistema de educação e formação da Região

A avaliação concluiu que a prioridade estratégica estabelecida pela programação para o sistema de educação e formação orientada para a melhoria das qualificações da população, designadamente da população ativa se mantém relevante e pertinente, embora tenha de adaptar-se ao estágio de evolução do modelo económico da Região.

Apesar dos progressos observados na questão do insucesso e abandono escolar, o problema não está erradicado e atinge ainda valores superiores à média nacional. A permanência do problema continuará a ser fonte potencial de trajetórias de exclusão que importa reduzir à sua mínima expressão possível atendendo à emergência de níveis de desemprego mais elevados. Além disso, a ultrapassagem do esgotamento do modelo de articulação entre o turismo e as atividades de imobiliário e de construção só é possível num quadro de modelo produtivo que seja capaz de incorporar mais qualificação.

Assim, se é verdade que a programação do Rumos não pode ignorar o peso crescente da procura de formação por parte de desempregados em busca de uma alternativa de empregabilidade, questão que deve condicionar a oferta formativa, interpelando-a a procurar modalidades de formação orientadas para esse desiderato, a continuidade do objetivo de prosseguir a melhoria de qualificações de futuros ativos e de ativos empregados continua no contexto da Região a merecer a prioridade que lhe foi atribuída.

Porém, essa melhoria de qualificações, designadamente através das modalidades de cursos de educação e formação, não pode ignorar o atual momento do modelo produtivo da Região. Parece fundamental reforçar o trabalho de forte envolvimento e de cooperação entre instituições responsáveis pela oferta formativa e os empregadores potenciais. Esse esforço será premente na procura de níveis mais elevados de inserção da vida ativa de jovens.

Nas condições de qualificação de ativos já ou ainda empregados, ainda baixa face a referenciais comparativos nacionais e comunitários, as questões de adaptabilidade e de aprendizagem ao longo da vida têm de permanecer como preocupações da programação, pelo menos com o objetivo de favorecer períodos mais curtos de transição entre um emprego e um outro.

Do ponto de vista da prioridade atribuída à formação avançada, a avaliação conclui que esta aposta deve ser necessariamente repensada em função de ações de estímulo e capacitação da procura. A Região apresenta uma cultura organizacional muito pouco sensível à valorização da formação avançada e a perda de energia observada nas instituições de base tecnológica existentes penaliza claramente a absorção potencial não só desses apoios, mas fundamentalmente a internalização dessas competências.

A utilização das políticas ativas de emprego como forma de minimização do desemprego em alta encontra um sério problema no elevado nível de utilização dos fundos disponíveis no âmbito do eixo 2. Neste contexto, as políticas ativas de emprego devem assumir crescentemente uma dimensão de políticas de empregabilidade. A formação para desempregados adquire um espaço de relevância acrescido, sendo essencial que as ofertas formativas e as opções metodológicas associadas se adaptem a este tipo de público, de modo a favorecer uma transição mais rápida para uma nova situação de emprego.

Níveis globais elevados de cumprimento de indicadores de realização e resultado

Para um nível elevado de compromisso global do PO que, em 31.12.2010, correspondia a 82% do valor do fundo programado, os indicadores físicos de realização apresentam para os anos analisados de 2008, 2009 e 2010 uma ampla concretização de metas previamente definidas. Entre os fatores que podem explicar o cumprimento das metas de realização devem necessariamente destacar-se a forte solvência da procura e a progressão observada na Região do que poderíamos designar de engenharia de candidatura. Estes fatores pesam sobretudo na componente de adaptabilidade e aprendizagem ao longo da vida do eixo 1 que apresenta o maior grau de sobrecumprimento de metas estabelecidas. As intervenções nos domínios da qualificação inicial e da formação avançada apresentam também elevados graus de cumprimento de metas, ainda que a execução e aprovações apresentem nestes casos valores mais próximos. A dinâmica da qualificação não é novidade. A da formação avançada respeita sobretudo aos ativos empregados que procuram a atualização profissional e a procura da formação de mestrado em estudos superiores no processo Bolonha.

A situação do Eixo II é similar, evidenciando também graus de cumprimento de metas bastante elevados. Neste domínio, destacam-se a dinâmica dos estágios como instrumento crucial de apoio à transição para a vida ativa e a maioria das tipologias de intervenção no âmbito do mercado social de emprego.

O panorama de elevado cumprimento de metas prolonga-se em matéria de indicadores de resultado. A superação de metas no quadro do eixo I “Educação e Formação” contrasta com alguma dificuldade no eixo II “Emprego e Coesão Social”. O cumprimento da meta estabelecida no caso do “Apoio ao Emprego e ao Desenvolvimento Local” traduz um resultado significativo em matéria de criação de emprego, dada a ambição a que a meta de 70% do número de participantes corresponde. Também em matéria de resultados, a componente de estágios merece destaque. A percentagem de 40% de beneficiários de estágios que seis meses após não está a trabalhar tem de ser compreendida no quadro do agravamento conjuntural experimentado pela economia regional.

A relativização do grau de cumprimento de indicadores de realização e resultado em função dos níveis de compromisso e de execução do programa permite estabelecer alguma diferença entre os eixos I e II, pois este último apresenta valores médios de compromisso e de execução superiores aos do PO no seu todo (90 e 72% contra, respetivamente, 82 e 43%, reportados a 31.12.2010). Refira-se que, à data de 31.12.2011, o nível de compromisso ultrapassava já os 100%, continuando o eixo II a

superar esse valor com 121% do fundo programado. Os valores da taxa de execução eram, respetivamente, de 59% e 94%.

A avaliação intercalar regista, assim, elevados valores de compromisso e de execução, configurando segundo o juízo da equipa de avaliação uma excelente utilização das margens de manobra abertas pela programação para responder ao agravamento conjuntural do contexto da programação. Um exemplo fortemente ilustrativo desta reatividade é dado pelos valores reportados a 31.12.2011 de compromisso e de execução (184% e 148%) da vertente de transição para a vida ativa (essencialmente apoio a estágios). Mas também a Formação Avançada e a Aprendizagem ao Longo da Vida apresentavam níveis altos de compromisso (133% e 118%).

Do ponto de vista do contributo do Rumos para os temas prioritários de programação FSE são os temas da “melhoria do capital humano” e da “melhoria do acesso ao emprego e da sustentabilidade” que se destacam.

Pode, assim, dizer-se como nota final que a experiência acumulada de programação FSE na Região e o conhecimento das prioridades de intervenção sobre o sistema de educação e formação regional explicam a capacidade elevada de utilização da programação existente como forma de intervenção sobre uma economia regional a justificar especial atenção sobre as condições de degradação do mercado de trabalho.

Elevado desempenho em matéria de necessidades de intervenção e de abrangência de públicos-alvo prioritários

O argumento que fecha a secção anterior prolonga-se para esta dimensão do objeto de avaliação.

De facto, globalmente, o Rumos apresenta um elevado desempenho em termos de resposta a necessidades de intervenção identificadas e de cobertura de públicos-alvo considerados prioritários.

A formação de jovens no âmbito dos processos de qualificação inicial continua a revelar uma procura extremamente dinâmica e solvente por parte das entidades suscetíveis de se apresentarem em sede de candidatura. Os cursos de educação e formação destacam-se nessa dinâmica. No entender da equipa de avaliação, isso revela que existe uma necessidade e que a própria sociedade regional tem vindo a acumular conhecimento e destreza na engenharia de candidaturas. É relevante também anotar que se registam sinais promissores de diversificação de tipologias, com relevo particular para os cursos de especialização tecnológica, sobretudo do ponto de vista que correspondem a uma procura em busca de uma especialização retribuidora no mercado de trabalho por parte de ativos empregados e de desempregados. Isto mostra que o sistema está maduro para encontrar novas ofertas e modalidades formativas, sendo necessário um trabalho de ajustamento das mesmas em função do estágio particular de desenvolvimento em que a Região se encontra.

A avaliação mais aprofundada que a diversificação de fontes e métodos de informação possibilitou favorece a captação de novos cambiantes de avaliação de desempenho do programa. Ao nível do eixo I, merecem destaque os seguintes elementos de avaliação:

- O argumento do profissionalismo em matéria de oferta formativa explica bem a dinâmica sustentada dos **cursos profissionalizantes com dupla certificação** , nos quais é notória a presença robusta das Escolas de Turismo e das Escolas Profissionais, que têm focado com êxito o público com mais de 25 anos com interrupção dos seus percursos escolares.
- Os **cursos de educação e formação tipo 2 e 3** continuam a proteger o público jovem com maior risco de abandono escolar, embora a sua implantação social suscite maiores reservas do que a dos cursos profissionalizantes anteriormente referidos. Duas matérias dominam as referidas reservas. Por um lado, continua a debater-se a capacidade da escola pública para cobrir de forma mais abrangente as necessidades deste público. Depois, é discutível que o desempenho de tais cursos em termos de qualificação profissional, sem invalidar o seu importante alcance em termos de combate ao insucesso e abandono escolar, seja o melhor. Para combater a estigmatização deste tipo de oferta formativa será necessário um envolvimento mais decisivo de empregadores na sua disseminação, pois o eventual efeito-demonstração da sua empregabilidade efetiva constituirá o veículo preferencial para a sua

valorização social. Trata-se de uma modalidade claramente em transição, com chegada de novas entidades ao sistema e por isso a exigir uma focagem de coordenação futura.

- A vertente da **adaptabilidade e da aprendizagem ao longo da vida** constitui também um caso evidente de elevado desempenho e sobretudo de capacidade de resposta ao agravamento do contexto regional. O que se destaca nesta tipologia é a força diversificada da procura, o que indicia que a programação foi bem concebida e reflete uma boa antecipação de prioridades e de públicos-alvo prioritários. Os números encontrados permitem também concluir que a gestão do programa tem sido crescentemente exigente em termos de padrões qualitativos de conceção e de engenharia de projeto de formação. Por exemplo, a avaliação realizada permitiu identificar que a complexidade dos processos de formação de longa duração para adultos não encontra ainda na Região a engenharia de projeto mais consistente, visível na baixa taxa de aprovação de projetos candidatos. Mas esta situação é normal, pois envolve aprendizagem futura e é louvável que a gestão mantenha essa interação, despertando a necessidade de melhoria de processos de conceção e engenharia de projeto. Pode justificar-se, neste contexto, a abertura de apoio a projetos piloto de capacitação e de disseminação de metodologias para uma formação de adultos mais consistente.
- A **formação profissional para a administração pública** evidencia um efeito muito relevante de abertura a novos tomadores de projetos e de promotores de formação, reduzindo a vinculação de promotores à própria administração pública regional. A tipologia revela, porém, duas lacunas às quais correspondem significativas margens de progresso: melhor articulação com as prioridades a definir pela estratégia regional de formação profissional na administração pública e progressos necessários na qualificação de metodologias e processos de identificação (antecipação) de necessidades de formação.
- A rede regional de cinco CNO com intervenção no **processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências** enfrenta essencialmente dois tipos de constrangimentos com reflexos no desempenho do programa: o crescente número de desempregados em busca da certificação de competências formais e informais coloca problemas de certificação escolar e a experiência regional em matéria de certificação de competências requer esforços de capacitação.
- O nível de desempenho em matéria de tipologias de **formação avançada** é penalizado pelo facto da elevada procura revelada manter com o incremento da investigação científica e o emprego e empregabilidade uma débil relação. As pós-graduações e os mestrados poderiam ser entendidos como uma forma de proteção antecipada face à degradação do mercado de trabalho, prolongando assim estudos e respondendo ao objetivo de aprendizagem ao longo da vida. Mas esclarece-se que 64% dos bolseiros inquiridos com formação concluída refere que o principal motivo do pedido de bolsa foi “desenvolver conhecimentos e competências relacionadas com a atividade profissional”. Os motivos associáveis a uma estratégia de ALV são reconhecidos apenas por 13% dos bolseiros inquiridos.

No que respeita à intervenção do eixo II, destacam-se os seguintes elementos:

- **Forte participação das mulheres**, ainda que a componente atual do desemprego seja maioritariamente masculina;
- **Forte recetividade regional aos estágios profissionais**, mesmo depois de estes terem alargado a sua duração para 12 meses e integrarem jovens com o ensino secundário e até 25 anos, neste momento com elevados níveis de procura não satisfeita;
- **Procura em diminuição de programas de formação-emprego**, seja por dificuldades de resposta por parte dos empregadores potenciais, seja pelo elevado nível de empregabilidade (70%) deste tipo de ações que reduz a rotação de candidatos por empregador, mas com diversificação de atividades para além do tradicionalmente envolvido setor do turismo;
- **Elevadíssima procura de candidatos a programas de ocupação de desempregados**, embora a intervenção do programa não consiga decisivamente contornar as fragilidades de

inserção no mercado de trabalho destes públicos, com empregabilidade ainda baixa (35%) embora superior à meta fixada de 25%. Só a médio prazo será possível avaliar se algumas das competências adquiridas nos processos de ocupação se traduzirão em melhores condições de “*Job search*”. Há ainda claramente espaço ainda não preenchido para a definição de planos de aquisição de competências no quadro de um processo de acompanhamento e orientação de cada desempregado, permitindo clarificar objetivos de formação a preencher e responsabilidades da entidade de acolhimento.

- **A abertura de processos formativos para desempregados sem acesso a subsídio de desemprego**, operacionalizando uma cooperação mais estreita entre IEM e DRQP, constitui um grande desafio da programação, sobretudo do ponto de vista da sua reatividade e adaptação ao agravamento do contexto regional.

Contributos esperados das realizações e resultados alcançados para o cumprimento dos objetivos gerais do Programa

Dado o nível global de realizações e resultados que o Programa Rumos apresenta, pode dizer-se que, se a programação estiver desenhada com uma forte ligação potencial aos objetivos estratégicos, será de antever uma trajetória de impactos favoráveis à concretização desses objetivos. Os fatores de ruído podem vir quer das mudanças de contexto, quer da qualidade de ações e projetos, quer ainda de interrupções anómalas dos mecanismos de causalidade inicialmente antecipados.

Nas tipologias de intervenção sujeitas a um aprofundamento de avaliação foi possível concretizar esta hipótese de trabalho.

Cursos profissionalizantes

- **Autoavaliação das entidades beneficiárias** refletindo um forte contributo dos cursos para a qualificação escolar, combate ao insucesso e abandono escolar, desenvolvimento de competências técnicas específicas e da inserção profissional e uma menor influência em termos de construção de condições de empregabilidade de jovens;
- **Reconhecimento crescente e consolidado dos cursos junto dos empregadores**, primeiro no domínio da formação em hotelaria e turismo e progressivamente com uma mais larga adaptação a toda a economia regional; este reconhecimento desta modalidade de dupla certificação constitui um passo crucial para a concretização de objetivos de empregabilidade;
- **Forte contributo para a concretização dos objetivos de redução dos níveis de insucesso e abandono escolar** sobretudo pela via da capacidade revelada de acolhimento e integração de jovens fragilizados e com grande dificuldade de cumprimento das condições de atendimento do sistema escolar tradicional;
- **Desafio crescente** enfrentado por esta oferta formativa para responder à procura de jovens em busca de melhores condições de empregabilidade, questão que remete para uma maior diferenciação de resultados de acordo com escolas, cursos e situações sociais envolvidas.

Cursos de educação-formação

- **A autoavaliação das entidades beneficiárias** aponta robustamente para um contributo relevante para o combate ao insucesso e abandono escolar e para a melhoria de qualificações escolares e profissionais, embora o prosseguimento de estudos e a aquisição de competências escolares sejam encarados como menos impactados;
- **O cruzamento das diferentes fontes de informação** aponta para um contributo significativo na redução do insucesso e abandono escolar, envolvendo seja jovens com percurso escolar fragilizado, seja jovens afastados da escola há mais longo tempo;
- **A avaliação mantém reservas** quanto aos contributos para o prosseguimento de estudos e quanto à consolidação de competências profissionais; a hotelaria e turismo tem acolhido algum prosseguimento de estudos por esta via, mas a sua generalização não tem evidência

segura; por outro lado, a duração anual dos cursos constitui uma forte limitação à aquisição de competências profissionais.

Formação Profissional para a Administração Pública

- **Autoavaliação de entidades beneficiárias e formandos** é robusta na ilustração de um contributo forte e de muita utilidade das formações seja para o desempenho profissional, seja para o incremento da qualidade de serviço;
- **O cruzamento das diferentes fontes de informação** aponta para um contributo relevante para a melhoria das condições de adaptabilidade de trabalhadores envolvidos e para a motivação adicional que a reciclagem profissional tende a proporcionar;
- **Os contributos anteriormente referidos** processam-se essencialmente através do reforço de competências técnicas específicas, com forte incidência em alguns perfis profissionais tais como o pessoal de enfermagem;
- **Não se regista evidência segura** de que o programa esteja a atingir o objetivo de aumento de eficiência e eficácia da administração pública regional, sobretudo porque o nexo existente entre a formação ministrada e as estratégias de modernização organizacional dos serviços não é totalmente claro, ou, pelo menos, não informa decisivamente o desenho dos programas de formação. Nas áreas de formação de “ciências empresariais e informática” os perfis técnicos envolvidos são mais propícios a esse nexo causal, mas as evidências disponíveis apontam para um impacto em termos de condições de funcionamento e não tanto de modernização ou reorganização de serviços. Justifica-se neste domínio que as condições de elegibilidade de projetos obriguem os seus promotores a uma mais clara demonstração dos mecanismos de ligação da formação aos objetivos de modernização e reorganização de serviços.

Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências

Três ideias marcam o contributo estratégico desta tipologia de intervenção do PO: (i) a transição de um modelo de procura com predomínio de empregados por conta de outrem para um outro com presença crescente de desempregados; (ii) o predomínio de uma motivação forte de aquisição de uma qualificação escolar mais elevada e (iii) predomínio claro das certificações escolares.

A autoavaliação das entidades beneficiárias confirma duas notas essenciais:

- Contributo mais relevante do processo para a melhoria de qualificações escolares;
- Evidências de sérias limitações de formação para responder à variação tipológica da procura inerente à maior presença de desempregados e às implicações que isso acarreta em termos de metodologias de certificação de competências.

Do ponto de vista dos objetivos estratégicos impactados, é o “aumento do nível de qualificação de ativos” que apresenta o efeito mais direto, quantificado em cerca de 1500 adultos com certificação essencialmente de terceiro ciclo. O efeito sobre a “melhoria das condições de adaptabilidade dos trabalhadores” sobretudo de trabalhadores adultos é de mais difícil demonstração, embora a autoavaliação dos adultos com certificação secundária acuse um efeito muito positivo no desempenho profissional e nas perspetivas de progressão de carreira. O que converge com a autoavaliação das entidades que gerem os CNO. Mas não é possível avaliar com mais rigor se são as melhorias de qualificação escolar se são as melhorias ao nível de outras variáveis como a autoestima ou o desempenho pessoal que tornam possível a referida autoavaliação. A avaliação não reuniu evidência segura para através dos contextos de trabalho verificar se a melhoria de qualificações obtida tem repercussões no desempenho efetivo dos beneficiários da certificação.

Programas e bolsas de Pósgraduação, Mestrado, Doutorado e Pós-doutorado

A forte procura que esta tipologia experimentou incidiu sobretudo nas áreas da enfermagem, gestão, ciências empresariais, com evidência de que a valorização pessoal e profissional terá predominado entre as motivações dessa procura.

A autoavaliação obtida por inquirição dos bolseiros com formação concluída evidencia um significativo desajustamento entre as estratégias e motivações formativas dos indivíduos beneficiários e as políticas e estratégias de gestão de recursos humanos das entidades empregadoras. A aplicação reconhecida das aprendizagens não tem o reconhecimento esperado por parte dos beneficiários. Assim, o contributo para o objetivo “consolidação das instituições e reforço das lideranças científicas” parece estar longe de estar a ser atingido, embora paradoxalmente num contexto de forte procura.

A lição de avaliação a retirar desta conclusão aponta para a necessidade da formação avançada exigir no contexto atual da economia regional um trabalho complementar de envolvimento de entidades empregadoras que transcende a simples definição de condições de elegibilidade. Por outras palavras, há espaço para uma espécie de capacitação das instituições de acolhimento e inserção da formação avançada apoiada.

Tipologias do Eixo II Emprego e Coesão Social

O indicador de resultado “taxa de empregabilidade” confirma que as tipologias de intervenção do Eixo II contribuíram para uma melhoria generalizada das condições de empregabilidade da população regional, o que face ao contexto económico regional não é desprecioso. Existe evidência segundo a qual pode concluir-se que a habilitação dos indivíduos beneficiários das experiências de trabalho apoiadas favorece os resultados de empregabilidade, traduzido, por exemplo, na menor taxa de empregabilidade de desempregados em programas de ocupação e no seu nível de escolaridade que não ultrapassa o 9º ano.

O indicador relativo à **criação de emprego** está ligeiramente abaixo do previsto, prevendo-se que esta tendência se agrave em virtude da conjuntura sócio-económica. As práticas do IEM nesta matéria refletem uma ideia de adequação às necessidades regionais. Embora em sede de avaliação, não tenha sido aprofundada a análise aos processos específicos de apoio ao empreendedorismo, admite-se a necessidade de refletir sobre as práticas encetadas no sentido de promover o seu ajustamento às novas necessidades decorrentes da evolução do desemprego.

O contributo para os objetivos de empregabilidade tem nos estágios profissionais uma forte participação: 56% dos beneficiários está empregado 6 meses após a conclusão do estágio e os níveis de habilitação de estagiários não influenciam decisivamente os resultados obtidos.

É também significativo o contributo da tipologia formação-emprego para o objetivo de empregabilidade: 77% está empregado em entidades privadas 6 meses após a conclusão do processo. Neste caso, a habilitação premeia a empregabilidade.

Os níveis de empregabilidade de beneficiários de programas ocupacionais para desempregados são baixos, mas devem ser ponderados face aos objetivos da tipologia e às características dos destinatários: 35%, 6 meses após a conclusão da participação no programa. A habilitação do beneficiário também premeia a empregabilidade. A evidência recolhida junto de entidades acolhedoras evidencia margens de melhoria na organização dos processos de inserção, com potencial impacto nas condições de desenvolvimento das competências de empregabilidade dos desempregados abrangidos.

Que impactos são antecipáveis em termos de cumprimento dos objetivos gerais do Programa?

Face aos elementos de informação que foi possível sistematizar e tendo em conta a perceção dos mecanismos de causalidade que ligam realizações, resultados, impactos e objetivos gerais do Programa que a teoria da programação elaborada pela equipa concebeu, é o objetivo **“Garantir o**

aumento significativo dos níveis educativos e formativos” da Região que terá o nível mais elevado de concretização:

- Forte contributo dos cursos profissionalizantes e cursos de dupla certificação educação-formação para o aumento das taxas de escolarização principalmente no secundário;
- O menor peso de alunos de vias profissionais nos cursos de 3º ciclo tem mesmo nessas condições um contributo para o objetivo assinalado através da retenção de jovens fragilizados em percursos escolares;
- 1/3 de alunos em vias profissionalizantes prossegue estudos;
- Crescimento da taxa de participação de adultos dos 25 aos 64 anos em processos de educação e formação: a formação profissional para a administração pública e os processos de RVCC equivalem a cerca de 11,8% do total de indivíduos da Região nesse escalão etário, envolvendo neste último caso ativos com baixa qualificação escolar;
- O contributo da formação avançada tem um impacto mais significativo na qualificação de mestrados: para 245 trabalhadores por conta de outrem em 2009, o Programa Rumos apoia cerca de 198 bolseiros de mestrado; com doutoramento, a relação atrás mencionada é de 25 para 64 doutorandos apoiados.

No que respeita ao objetivo do Programa relativo ao **“Aumento das competências regionais em matéria de formação de base tecnológica e profissionalizante”** é sobretudo a evolução das competências de caráter profissionalizante que será mais fortemente impactada, sobretudo por via da educação e formação profissional de jovens. Já o contributo para as competências de base tecnológica o impacto do Programa é antecipadamente modesto, tendo sobretudo em conta a baixa percentagem de bolseiros (9,8%) que concluíram cursos em áreas de ciência e tecnologia. Os números encontrados nas tipologias de cursos profissionalizantes e de educação e formação não chegam para inverter esta conclusão.

Quanto ao objetivo **“Criação de emprego”**, é sobretudo o nível de empregabilidade da população regional que será mais decisivamente impactado. Os indicadores de resultado constituem nesta matéria o principal elemento indiciador deste contributo. O programa de estágios revela-se no âmbito do programa um instrumento decisivo de desenvolvimento de competências em contexto de trabalho com contributo significativo para os referidos níveis de empregabilidade. O que também é assegurado pelos programas de formação para a inserção de indivíduos pouco qualificados. Os programas ocupacionais para desempregados requerem algum esforço de reorganização para melhorar as suas condições de empregabilidade. Mas o contributo das experiências de trabalho para a empregabilidade depende claramente dos níveis de habilitação de estagiários, o que reduz apreciavelmente o seu valor acrescentado em termos de aumento da empregabilidade.

O confronto entre um grupo de ex-estagiários e um grupo de controlo evidenciou para os primeiros uma probabilidade mais elevada de obter emprego (63,3% para 46,5%).

Os cursos de conteúdo profissionalizante (cursos profissionalizantes e CEF de dupla certificação) tendem a estabilizar o seu potencial de criação de emprego, embora libertando mais indivíduos para o desemprego: 38% dos ex-diplomados inquiridos estavam a trabalhar e 37% estavam desempregados em 31.12.2011, que revela convergência com o inquérito do OSECRAM quanto ao emprego e valores mais elevados na situação de desemprego.

O objetivo **“Melhorar a eficiência da governação regional”** não tem evidências disponíveis que permitam antecipar um forte contributo do Programa. Sem indicadores credíveis que permitam medir a evolução da eficiência da governação regional para o período de vigência do Rumos, é a ausência de evidências de focagem dos processos de formação em função de processos concretos de reorganização e modernização que nos faz antecipar que o contributo para o referido objetivo é reduzido. A relação existente entre os cursos e os projetos de modernização administrativa não é evidência segura para antecipar o impacto esperado.

A concretização do objetivo **“Aumentar a coesão social”** está consignada segundo a lógica de programação do Rumos a um contributo via melhoria dos níveis de qualificação de população mais desfavorecida (eixo I) e via programas ocupacionais para desempregados. A questão das qualificações constitui conforme é generalizadamente reconhecido um fator de exclusão potencial muito considerável. Por outras palavras, uma trajetória de afastamento dos rumos da educação e da formação para a qualificação encerra uma probabilidade elevada de início de trajetórias pessoais que conduzirão à exclusão e que a partir de um certo patamar se tornam autoreprodutivas. Por isso, o objetivo de manter jovens em contacto com o sistema de educação e formação representa um sério contributo para a coesão social, qualquer que seja a métrica que utilizemos para medir esta última. Ora, neste plano, o contributo do Programa para a redução dos níveis de insucesso e abandono escolar é significativa, protegendo não só jovens em risco de rutura com o sistema escolar, mas captando também jovens que estavam afastados já há algum tempo desse mesmo sistema. O mesmo se diga do contributo do Programa através dos processos de RVCC que permite melhorar a qualificação escolar e profissional (mais a primeira do que a segunda) de adultos com baixas qualificações.

Como é óbvio, o contributo do programa nestes domínios oferece a este tipo de beneficiários uma primeira plataforma ou oportunidade de combate às trajetórias de exclusão em que estariam potencialmente envolvidos. Não asseguram de per si a coesão social pretendida. Isso dependerá das condições de remuneração e de desenvolvimento profissional que venham a usufruir ao longo da sua inserção ativa. Há um dado preliminar da inquirição que é relevante a este nível: 37% dos inquiridos aos beneficiários de processos de RVCC declara ter observado uma melhoria de rendimento mensal, não tendo sido possível testar esse resultado face à situação inicial dos beneficiários antes da certificação escolar obtida.

A análise de um grupo de controlo (adultos que desistiram ou suspenderam os seus processos de RVCC) não permite conclusões definitivas quanto aos efeitos ao nível da situação profissional, mas os que concluem esses processos apresentam indicadores mais positivos em termos de desenvolvimento pessoal, evolução de rendimento e continuidade de processos de formação.

O outro domínio de intervenção do Programa que se prende com este objetivo é o da ocupação de desempregados, designadamente através de programas de formação ocupacional que visem melhorar condições de empregabilidade desses públicos. Nas condições correntes da economia regional e da economia portuguesa em geral, o desemprego é um poderoso fator de não coesão social, sobretudo porque começa a revestir a forma de “desemprego família”, com profundas repercussões na desigualdade entre famílias tocadas e não tocadas pelo fenómeno. De acordo com as análises de realização e resultado, os níveis de integração profissional desses programas são relativamente baixos, mas o contributo dessa tipologia para o objetivo de coesão social está muito associado à possibilidade de desenvolver competências de empregabilidade a partir das experiências de trabalho proporcionadas aos desempregados com baixas qualificações, após o afastamento prolongado do mercado de trabalho.

Diríamos em conclusão que o Programa Rumos, mais do que um contributo inequívoco para o aumento da coesão social, apresenta um forte contributo para a criação de condições de diminuição de risco de exclusão, proporcionando por essa via uma primeira plataforma de condições favoráveis a uma maior coesão social, essencialmente determinada por melhores condições de inserção no mercado de trabalho. Isto não significa que, face à intensificação do fenómeno desemprego e à sua incidência em termos de problema familiar, a programação não deva pugnar por melhores condições de empregabilidade de desempregados, reduzindo pelo menos a componente de desemprego de longa duração.

Contributos do Programa para as prioridades estratégicas da Agenda do Potencial Humano

As vias de ligação entre o alcance estratégico do Programa Rumos e estas prioridades passam por quatro domínios essenciais:

- A correção do défice estrutural de qualificações escolares da população madeirense;
- A correção do défice estrutural de qualificações dos ativos empregados/ desempregados da RAM;

- A promoção do conhecimento científico e da inovação dos recursos humanos regionais;
- A criação e qualidade do emprego da população madeirense.

É essencialmente a primeira via que adquire uma maior expressão no contributo do Rumos. Podemos mesmo dizer que isso começa no alinhamento do Eixo I com essa prioridade:

- Expansão da oferta de formação inicial de natureza profissionalizante na Região;
- Elevação das qualificações escolares dos jovens, consagrando o nível secundário como referencial mínimo de qualificação, e
- Expansão da oferta de percursos flexíveis que permitem a aquisição de competências certificadas para os adultos.

As realizações e resultados obtidos confirmam a dimensão desse alinhamento:

- Total de formandos abrangidos em modalidades de dupla certificação: 16% do número de jovens que frequentava em 2009-10 o 3º ciclo do ensino básico e secundário;
- Aumento de 7% da taxa de escolarização desde o arranque do Programa;
- 1500 adultos envolvidos em processos de RVCC.

Quanto à **correção do défice estrutural de qualificações dos ativos empregados/desempregados da RAM**, a capacidade que o Programa revela de atração de ativos à formação (mais de 16000 nas tipologias 1.2.2. 3 1.2.6. em 2010) representa um contributo relevante: 45% dos certificados com RVCC secundário participou numa ação de formação profissional nos 6 meses anteriores à inquirição, sendo que no grupo de desistentes apenas 26% passaram por essa situação; 9% dos certificados com RVCC secundário ingressou num CET ou numa licenciatura após concluir o processo. A valorização que os beneficiários de ações de formação para a administração pública fazem dessa participação em termos de atividade profissional futura, melhoria de competências técnicas e de trabalho em equipa e motivação pode acrescentar-se aqueles efeitos.

Em matéria de promoção do conhecimento científico e da inovação dos recursos humanos regionais, o alargamento das qualificações pós-graduadas concretizado através da formação avançada, com forte procura e desempenho, tem um efeito pouco expressivo no desenvolvimento das áreas da ciência e tecnologia, destacando-se a incorporação de valor nas competências profissionais dos ativos do setor da saúde e educação da região, como o efeito mais evidente.

Quanto à **criação e qualidade do emprego da população madeirense**, emerge no contributo da programação o papel central que a intervenção “estágios profissionais” apresenta, facto corroborado pelo confronto de evidência com a de um grupo de controlo: 63% de beneficiários empregados no final de 2011 contra 46,5% do grupo de controlo. Do total de estagiários empregados, 46% estava-o na empresa em que estagiou, o que é um excelente indicador de contributo efetivo. Os indicadores de qualidade de emprego constituem evidência menos segura pelo que nessa matéria a avaliação não é conclusiva.

Uma reflexão de síntese final

- O Programa Rumos revela até ao momento uma capacidade relevante de utilização das condições oferecidas pela programação para reagir ao agravamento do contexto da economia regional;
- A essa capacidade não é indiferente a aprendizagem realizada pela gestão de programas FSE e também a crescente consolidação da oferta formativa e do próprio sistema de educação e formação;
- Para uma programação que reflete um conhecimento aprofundado das dimensões problema da economia regional passíveis de serem combatidas pelas intervenções FSE, os elevados níveis de realização e resultado já alcançados fazem prever impactos relevantes na

concretização dos objetivos estratégicos definidos, sobretudo para a melhoria dos níveis educativos e formativos da população madeirense;

- O maior desafio que a programação enfrenta está relacionado com a transição para novas condições de procura de apoios determinadas pela intensificação do fenómeno do desemprego que, em alguns casos, tipicamente os processos de RVCC e de ocupação de desempregados, com profundas implicações de formação e capacitação das entidades promotoras de projetos nestes domínios, de modo a aumentar a qualidade das intervenções;
- Há domínios em que se verifica algum défice de focagem de intervenção e de projetos: a relação com o desenvolvimento científico e tecnológico da economia regional, o melhor entrosamento da formação avançada com as estratégias organizacionais de empresas de acolhimento e a necessidade de uma maior vinculação da formação para a administração pública com estratégias de reorganização e modernização de serviços;
- Há condições na programação para potenciar na Região uma transição de um modelo de políticas de emprego para um outro de políticas de empregabilidade, para o qual o Rumos tem um contributo que podemos considerar muito relevante;
- Tudo isto numa dinâmica de forte alinhamento com as prioridades da agenda do potencial humano.

6.2. RECOMENDAÇÕES

Três dimensões de contextualização devem ser tidas em conta na formulação de Recomendações no âmbito da Avaliação Intercalar do Programa.

Uma primeira dimensão de contextualização consiste na estreita articulação entre as dinâmicas de desempenho e as condições socioeconómicas significativamente alteradas face à situação de partida. As alterações ocorridas entre 2007 e 2011, ao nível da estrutura e funcionamento do mercado de trabalho, designadamente com o elevado agravamento do desemprego influenciaram as condições de gestão e implementação dos Eixos Prioritários do Programa, com especial incidência no Eixo Emprego e Coesão Social, mas também nas tipologias de intervenção do Eixo Educação e Formação que enquadram a formação de ativos (empregados e desempregados).

Uma segunda dimensão de contextualização, umbilicalmente complementar da anterior, remete para os elevados índices de compromisso atingidos por ambos os Eixos Prioritários do Programa Rumos, à data da Avaliação Intercalar, os quais tendem a delimitar a margem de Recomendações em matéria de prioridades e/ou de reafectação de recursos financeiros.

Uma terceira dimensão de contextualização surge associada às implicações do Mecanismo de Ajustamento Financeiro da Região sobre a concretização efetiva de algumas prioridades do Programa, nomeadamente em resultado dos constrangimentos orçamentais e de realização de despesas de investimento das entidades da Administração Pública Regional beneficiárias de ajudas, sobretudo, do Eixo Educação e Formação.

As drásticas alterações socioeconómicas face ao momento de programação induziram alterações substantivas das condições de implementação dos Programas Intervir+ e Rumos. No campo de Intervenção do Fundo Social, o aprofundamento negativo das dimensões-problema que contextualizam as principais procuras dirigidas ao Programa: estreitamento das condições de inserção na vida ativa e de rotação de empregos, agravamento do desemprego jovem e de adultos de baixas qualificações, alastramento da exclusão social, estrangulamento do potencial de dinamização de iniciativas de desenvolvimento local e outras de economia social, ...

No tocante às implicações do Mecanismo de Ajustamento Financeiro da Região sobre prioridades do Programa Rumos, são de admitir duas principais dimensões-problema:

- (i) Constrangimentos que têm limitado a gestão corrente de segmentos da oferta formativa de que são exemplo: a interrupção do financiamento de novos anos das Escolas Profissionais ou a limitação ao alargamento da oferta formativa dessas escolas; o atraso no lançamento da Escola Profissional de S. Martinho (investimento de 15 Milhões de Euros do Programa Intervir+) e que não consegue fazer funcionar áreas técnicas estruturantes (oficinas, equipamentos, ...); as aquisições (consumíveis, ...) que não beneficiam de regime de exceção, condicionando a atividade do Centro de Formação Profissional da DRQP; e a incapacidade de financiar a totalidade dos encargos gerais dos CNO's e de Escolas do ensino regular, onde assentou parte da dinamização dos Cursos Profissionalizantes e dos CEF, durante a vigência do Programa Rumos; e
- (ii) Impossibilidade de ensaiar novas políticas de apoio na melhoria das condições de empregabilidade dos desempregados, por inexistência de recursos de financiamento.

Internamente ao Programa, a situação existente em termos de compromisso retira qualquer margem de manobra para uma intervenção consistente de resposta aos desafios em presença, ainda que a Resolução nº 88/2012, de 28 de fevereiro, do Governo Regional, tenha vindo autorizar a transferência de um montante de 10 Milhões de euros do Programa Intervir+ para o Programa Rumos.

Em 31 de dezembro de 2011, o volume de Despesa Pública aprovada superava em 7,65 Milhões de euros, o montante programado para o período 2007-2013, sendo que no Eixo Emprego e Coesão Social os montantes aprovados excedam em mais de 8 Milhões a dotação financeira programada. Tal significa que o reforço agora autorizado responde apenas à necessidade de garantir a cobertura de encargos assumidos dentro da margem de manobra para gestão de implementação do Programa.

Tendo presente que, no horizonte dos dois próximos anos, as perspetivas de evolução apontam no sentido de um reforço das procuras dirigidas ao Programa [crescimento acelerado do desemprego com segmentos críticos (jovens e ativos com baixas qualificações), com reiteradas dificuldades de (re)integração no mercado de trabalho; agravamento das situações de desfavorecimento face ao mercado de trabalho, com novos focos de exclusão social; e necessidade de ampliar o esforço de formação de adultos, sobretudo de ativos desempregados em processo de reconversão profissional de competências], **recomenda-se** que seja equacionado um reforço da dotação financeira do Programa, subordinado a orientações de afetação prioritária para as tipologias de intervenção que se situam no interface formação/emprego (formação de ativos empregados e desempregados, estágios profissionais processos de RVCC e ocupação de desempregados).

Paralelamente, e em face da necessidade de concentrar esforços/orientações de política ativa na (re)dinamização da atividade económico-empresarial para responder a problemas estruturais e, simultaneamente, contrariar os efeitos da recessão económica pós-2008 (que o Plano de Ajustamento tenderá a acentuar), **recomenda-se** uma abordagem combinada das reprogramações do campo das Intervenções do FEDER e do FSE, na Madeira por forma a que a promoção da iniciativa empresarial do desenvolvimento económico (áreas de atuação do Programa Intervir+) beneficiem de prioridade adequada à condição de variável crítica de atuação das políticas públicas regionais, designadamente através da dinamização do investimento empresarial, enfatizando a prioridade atribuída aos critérios relacionados com a manutenção e, sobretudo, a criação de emprego.

Esta Recomendação enquadra-se numa perspetiva mais vasta de transição de um modelo de políticas ativas de emprego para um modelo de políticas de empregabilidade que deve inspirar as abordagens de desenvolvimento do potencial humano no próximo período de programação 2014-2020 e para o qual o Programa Rumos já contribui de forma relevante.

A tabela seguinte procede à sistematização das principais Conclusões da Avaliação Intercalar, das quais emergem Recomendações e integra também as Recomendações de natureza estruturante enunciadas nos parágrafos anteriores.

Tabela 32. Quadro síntese das recomendações

<i>Conclusões associadas a Recomendações</i>	<i>Recomendações</i>	<i>Destinatários</i>	<i>Ações a desenvolver</i>
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Reforço das procuras dirigidas ao Programa com destaque para o crescimento do desemprego dos jovens e dos ativos adultos, as dificuldades de (re)integração no mercado de trabalho para adultos com baixas qualificações, e o reforço da procura de formação de ativos (empregados e desempregados) e o aumento dos focos de exclusão social. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reforço da dotação financeira do Programa com orientação de afetação prioritária para as tipologias de intervenção que se situam no interface formação/emprego (formação de ativos empregados e desempregados, estágios profissionais processos de RVCC e ocupação de desempregados). 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Autoridade de Gestão ✓ IGFSE ✓ CTC/QREN 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Fundamentação técnica das propostas de reprogramação, equacionando soluções combinadas de transferência de verbas do Programa Intervir+ para o Rumos e de criação de uma nova Área de Intervenção no Intervir+, orientada para a dinamização da iniciativa empresarial, o desenvolvimento local e a criação de emprego.
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Na Vertente de Intervenção da Qualificação Inicial, permanecem necessidades importantes no domínio do combate à baixa escolaridade e ao abandono escolar precoce. A oferta de formação dirigida aos jovens encontra-se concentrada nas Escolas públicas (o que tende a reduzir o leque de ofertas disponíveis para este público), apresenta ainda problemas de adequação às principais necessidades da Região e de atratividade para os jovens e para o tecido empregador. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Alargamento e diversificação das respostas dirigidas à melhoria da escolaridade e redução dos indicadores de abandono escolar dos jovens dos 15 aos 24 anos, alargando a rede de ofertas com origem nas escolas e unidades formativas privadas e qualificando as intervenções sócio-educativas (diagnósticos de necessidade de formação, qualificação de formadores e das metodologias utilizadas). 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Unidades de formação ✓ Escolas/Unidades formativas da rede privada e associativa ✓ IEM (Informação e Orientação Escolar) 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Sensibilização das entidades formadoras para o desafio de melhorar as respostas dirigidas ao grupo mais afetado pelo desemprego na Região. ✓ Reestruturar as ofertas de formação de dupla certificação para jovens de baixa escolaridade. ✓ Trabalhar metodologias de identificação de necessidades de formação pedagógica e específica de formadores e de combinação formação em sala/estágio profissional.

(cont.)

Conclusões associadas a Recomendações	Recomendações	Destinatários	Ações a desenvolver
<p>✓ Na Vertente de Intervenção da Adaptabilidade e da Aprendizagem ao Longo da Vida têm sido proporcionadas respostas importantes de melhoria das qualificações dos ativos empregados (setor privado e Administração Pública), mas também respostas que derivam da ativação das políticas de emprego.</p> <p>No horizonte de curto prazo, a pressão sobre os Cursos Educação-Formação, os processos RVCC, a formação de qualificação/aperfeiçoamento e reciclagem e a reconversão de ativos (empregados e desempregados) tenderá a crescer. Esta evolução terá implicações no (re)ajustamento das ofertas para maior adequação a novas necessidades do tecido empregador regional, o que pressupõe um alargamento qualitativo das áreas de formação, predominantemente orientadas para competências básicas de empregabilidade.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Conferir maior amplitude aos públicos-alvo a abranger pelas intervenções educação-formação. ▪ Melhorar a qualidade das ofertas e das intervenções formativas com vista a um ajustamento mais eficaz entre formação e necessidades prioritárias do tecido empregador regional. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Autoridade de Gestão ✓ Organismo Intermédio 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Priorizar tipologias com financiamento menor de modo a alargar o leque de beneficiários (p.e., montante das bolsas de pós-graduação e duração dos estágios). ✓ Reforço da capacitação técnica dos formadores. ✓ Alargamento do nível etário dos destinatários dos Cursos de Educação-Formação. ✓ Atribuir prioridade nos processos de RVCC aos desempregados em percursos de certificação do nível básico. ✓ Alargar a diversidade funcional dos agentes do Estado abrangidos pela Formação para a Administração Pública.
<p>✓ Ausência de relação entre Projetos de formação dos Organismos da Administração Regional e abordagens mais estruturadas de diagnóstico de necessidades que contemplem as perspetivas de melhoria da eficiência e eficácia da Administração Pública, conforme implícito no Regulamento Específico do Programa.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Articular a conceção de formação para os agentes do Estado com o desenvolvimento de projetos de modernização e qualificação dos serviços públicos, identificando necessidades prospetivas de formação nesses projetos 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Vice-Presidência do Governo Regional ✓ Outras Entidades Beneficiárias da Tipologia de Formação para a Administração Pública 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Articulação da Formação para a Administração Pública com a tipologia de operação Modernização Administrativa (PO Intervir+), com base em abordagens estruturadas de levantamento de necessidades de formação.
<p>✓ Mudança no perfil de adultos que procuram os CNO da Madeira com o perfil dominante de ativos empregados a ser substituído pela presença mais significativa de desempregados cujas características colocam novos desafios às equipas técnicas (predomínio de competências informais e não formais).</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Melhorar as metodologias em matéria de educação e formação de adultos do pessoal dos CNO, nomeadamente com reforço da experiência em processos de certificação de competências informais e não formais. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Entidades acreditadas da oferta de formação escolar e profissional. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Investimento nos diagnósticos de necessidades de formação do mercado de trabalho para sustentação do planeamento da rede de ofertas dos vários operadores

(cont.)

<i>Conclusões associadas a Recomendações</i>	<i>Recomendações</i>	<i>Destinatários</i>	<i>Ações a desenvolver</i>
<p>✓ Na Vertente de Intervenção da Formação Avançada predominou o acesso a bolsas com vista a desenvolver conhecimentos e competências relacionadas com a atividade profissional (2 em cada 3 beneficiários). O menor peso das Bolsas dirigidas aos Mestrados, Doutoramentos e Pós-Doutoramentos reflete um contributo potencial menor da Tipologia para a investigação científica e a internacionalização, objetivos ventilados pelas perspetivas do PDES 2007-2013.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumentar a oferta/Dinamizar a procura de Bolsas de Mestrado, Doutoramento e dos Pós-Doutoramento, valorizando os contributos pretendidos com a Formação Avançada nos domínios de atração de bolseiros estrangeiros e do reforço das capacidades de I&DE e criando condições para uma mais eficaz integração de competências avançadas no quadro de trabalho das instituições científicas e organizações empregadoras. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ CITMA ✓ UMa 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Divulgação/Sensibilização das entidades beneficiárias para um mais eficaz articulação de oferta e procura de formação. ✓ Estímulo à estruturação e consolidação de redes de cooperação para a investigação científica com Universidades e Unidades de I&D do Continente, dos Açores e do estrangeiro.
<p>✓ Na Vertente de Intervenção da Transição para a Vida Ativa foram ultrapassadas as metas programadas sem, todavia, proporcionar respostas aos beneficiários potenciais que procuraram a Tipologia dos Estágios, num contexto de dificuldades acrescidas de integração no mercado de trabalho.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reforçar a dotação financeira dos Estágios Profissionais e, em simultâneo, estabelecer prioridades que discriminem positivamente o apoio a jovens diplomados por modalidades de qualificação (Cursos Profissionais e Cursos Tecnológicos) que reforçam a dotação de competências valorizadas pelo tecido empregador. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Organismo Intermédio ✓ Autoridade Gestão ✓ IGFSE <p>de</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Fundamentação do reforço de dotação para a Tipologia. ✓ Preparação técnica das orientações/prioridades a associar ao reforço da dotação. ✓ Divulgação/ sensibilização das entidades empregadoras.
<p>✓ Na Vertente de Intervenção Apoio do Emprego e Desenvolvimento Local, as dinâmicas de procura e iniciativa foram condicionadas pela conjuntura económica desfavorável e os níveis de realização situam-se aquém do esperado.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Dinamizar as Tipologias Formação/ Emprego e Desenvolvimento Local, enquanto geradores de contributos para reforçar as relações entre formação e emprego no contexto empresarial, e para suscitar a iniciativa empresarial nos territórios da Região. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ IEM ✓ DRQP ✓ Associação Municípios <p>de</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Sensibilização das organizações empregadoras para a integração qualificante de novos ativos. ✓ Identificação de oportunidades de negócios suscetíveis de empresarialização.
<p>✓ Na Vertente de Intervenção relativa ao Desenvolvimento do Mercado Social de Emprego/Apoio a grupos desfavorecidos destaca-se a Ocupação de Desempregados, apoiando destinatários-alvo com fragilidades de relação perante o mercado de trabalho. A taxa de empregabilidade desta Tipologia (35%) é superior à meta programada (25%). Atualmente, procura-se evoluir para um programa formativo (em parceria com a DRQP) dos desempregados sem subsídio de desemprego (cerca de 54% do total) reforçando o volume de destinatários abrangidos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reforçar a dotação financeira da Tipologia de modo a enquadrar o universo crescente de desempregados sem subsídio de desemprego que preenchem os requisitos de elegibilidade e podem encontrar na Tipologia mecanismos de ajuda orientados para o reingresso no mercado de trabalho. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ DRQP ✓ IEM 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Fundamentação do reforço de dotação para a Tipologia. ✓ Estruturação de metodologias e conteúdos ajustados às características dos desempregados, incluindo definição de planos pessoais de desenvolvimento de competências, o que implicará o envolvimento da DRQP, na medida em que a maior parte da formação para estes grupos passa pelo CFP da DRQP



Matosinhos
R. Tomás Ribeiro, nº 412 – 2º
4450-295 Matosinhos Portugal

Tel (+351) 229 399 150
Fax (+351) 229 399 159
porto@quaternaire.pt

Lisboa
Av. António Augusto de Aguiar
Nº15 – 5º Dto
1050-012 Lisboa Portugal

Tel (+351) 213 513 200
Fax (+351) 213 513 201
lisboa@quaternaire.pt

www.quaternaire.pt